



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LUÍS CARLOS DA SILVA

**A RESILIÊNCIA INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA HOMOFOBIA: O PAPEL
DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO ESPAÇO LGBT DE JOÃO PESSOA-PB**

JOÃO PESSOA-PB
2022

LUÍS CARLOS DA SILVA

**A RESILIÊNCIA INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA HOMOFOBIA: O PAPEL
DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO ESPAÇO LGBT DE JOÃO PESSOA-PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

Coorientador: Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro

JOÃO PESSOA-PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Luís Carlos da.

A resiliência informacional no contexto da homofobia
: o papel das práticas informacionais no Espaço LGBT de
João Pessoa-PB / Luís Carlos da Silva. - João Pessoa,
2022.

119 f.

Orientação: Edvaldo Carvalho Alves.

Coorientação: Fellipe Sá Brasileiro.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Resiliência Informacional. 2. Práticas
Informacionais. 3. LGBTQIAfobia. 4. LGBTQIA+. 5. Espaço
LGBT de João Pessoa. I. Alves, Edvaldo Carvalho. II.
Brasileiro, Fellipe Sá. III. Título.

UFPB/BC

CDU 02-055.3(043)

LUÍS CARLOS DA SILVA

**A RESILIÊNCIA INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA HOMOFOBIA: O PAPEL
DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO ESPAÇO LGBT DE JOÃO PESSOA-PB**

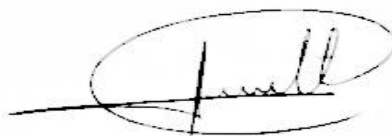
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 03 de março de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
(Orientador-PPGCI/UFPB)



Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
(Coorientador-PPGC/UFPB)



Profª. Drª. Eliane Bezerra Paiva
(Membro interno-PPGCI/UFPB)



Profª. Drª. Leilah Santiago Bufrem
(Membro externo-PPGCI/UFPE)

Dedico esta pesquisa aos meus pais, pelo incentivo e suporte durante a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por me fazer superar os momentos angustiantes e colocar pessoas incríveis na minha vida durante a realização desta pesquisa.

À minha mãe, **Vera Lúcia**, por me apoiar e me direcionar a vida acadêmica. Ao meu pai, **Luiz José**, por suprir minhas necessidades.

Às minhas irmãs, **Daniele** e **Michelly**, meus irmãos, **Michel**, **Daniel**, **Emanuel** e **Danilo** e minhas cunhadas **Gerlane** e **Maria José** pelos momentos compartilhados na vida.

Aos meus sobrinhos, **João Victor**, por me escutar em alguns momentos durante o desenvolvimento deste estudo. A **João Lucas** e meu eterno presente, sobrinho e afilhado **Davi Luiz**, por mesmo sem entenderem ou saberem, fazem meus dias serem mais felizes, amo vocês.

À minha amiga, **Suelen Brito**, que há muito tempo compartilha comigo angústias e felicidades. Além da contribuição na revisão textual deste trabalho. Sua amizade é importante para mim!

Ao meu orientador, **Edvaldo Alves**, pela dedicação, respeito e educação durante as orientações e pela contribuição dada a pesquisa. Foi uma honra tê-lo como orientador e seu exemplo será lembrado sempre na minha jornada acadêmica.

Ao meu coorientador, **Fellipe Brasileiro**, pela coorientação que foi feita com muito zelo, também foi uma honra tê-lo como coorientador, sua responsabilidade me motiva a me dedicar cada vez mais a minha carreira profissional.

À professora **Gisele Cortês** e o professor **Carlos Araújo** por terem participado e contribuído para o aprimoramento desta pesquisa, foi uma alegria em tê-los na minha banca de qualificação.

Às professoras **Leilah Bufrem** e **Eliane Paiva** pelas contribuições valiosas para a redação final da minha dissertação. Foi uma honra tê-las em minha banca de defesa.

Aos/as **professores/as do PPGCI/UFPB** pelos saberes compartilhados.

Aos/as **meus/minhas colegas de turma** pelos debates enriquecedores durante as aulas.

À **coordenação do PPGCI/UFPB** pelo comprometimento voltado aos atendimentos.

À **FAPESQ** e o **PPGCI/UFPB** pelo fomento a esta pesquisa.

À **Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana** pela concessão da realização deste estudo no Espaço LGBT Pedrinho e à **equipe da instituição** pela atenção, respeito e acolhimento que proporcionaram a mim durante esse processo.

Por fim, **aos entrevistados**, pela disponibilidade e dedicação, seus relatos proporcionaram aprendizados.

*Todos querem causar uma boa impressão,
deixar uma marca no mundo. Se você acabou
de passar por alguém e essa pessoa lembra o
seu nome, então você deixou uma marca.*

*Dorian Corey
(1937-1993)*

RESUMO

Analisa se/como as práticas informacionais constituídas no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), em João Pessoa, têm contribuído com a construção da resiliência informacional diante do contexto da homofobia. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e descritiva. Utiliza-se para coleta dos dados o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi realizada pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) a respeito das dificuldades vivenciadas e estratégias informacionais alternativas criadas na construção do processo de resiliência informacional diante da homofobia. Observa-se como os desafios informacionais enfrentados pelos sujeitos participantes dificultaram o processo de reconhecimento pela sua orientação sexual e como a interação com o Espaço LGBT de João Pessoa possibilitou o desenvolvimento de práticas informacionais cotidianas e, conseqüentemente, a promoção da resiliência informacional. Conclui-se que o ambiente informacional por meio das estratégias informacionais desenvolvidas no enfrentamento a LGBTQIAfobia e na garantia de direitos civis para a população LGBTQIA+ se apresenta como mediador, produtor e compartilhador da informação, o qual contribuiu na tomada de decisões dos participantes no enfrentamento a homofobia e demais contextos LGBTQIA+.

Palavras-chave: Resiliência Informacional. Práticas Informacionais. LGBTQIAfobia. LGBTQIA+. Espaço LGBT de João Pessoa.

ABSTRACT

It analyzes if/how the informational practices constituted in the State Center of Reference for the Rights of LGBTQIA+ and facing the LGBTQIAphobia of Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), in João Pessoa, have contributed to the construction of informational resilience in the face of the context of homophobia. This is a qualitative and descriptive study. The sociodemographic questionnaire and the semi-structured interview are used for data collection. Data analysis was performed using the Collective Subject Discourse (CSD) method regarding the difficulties experienced and alternative informational strategies created in the construction of the informational resilience process in the face of homophobia. It is observed how the informational challenges faced by the participating subjects hampered the process of recognition for their sexual orientation and how the interaction with the Espaço LGBT of João Pessoa enabled the development of daily informational practices and, consequently, the promotion of informational resilience. It is concluded that the informational environment through the informational strategies developed in the fight against LGBTQIAphobia and in the guarantee of civil rights for the LGBTQIA+ population presents itself as a mediator, producer and sharer of information, which contributed to the decision-making of the participants in facing the homophobia and other LGBTQIA+ contexts.

Keywords: Informational resilience. Informational practices. LGBTQIAphobia. LGBTQIA+. Espaço LGBT of João Pessoa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Fachada do Espaço LGBT Pedrinho.....	22
Figura 2 –	Pedro Alves de Souza (Pedrinho).....	23
Figura 3 –	Recepção do Espaço LGBT Pedrinho.....	25
Figura 4 –	Corredor do Espaço LGBT Pedrinho.....	26
Figura 5 –	Salas do Espaço LGBT Pedrinho.....	26
Figura 6 –	Ambiente das refeições do Espaço LGBT Pedrinho.....	27
Figura 7 –	<i>Grid</i> da Diversidade Sexual e outros marcadores sociais.....	49
Figura 8 –	Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais de Mckenzie.....	57
Figura 9 –	Cartaz da lei contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.....	89
Figura 10 –	Acervo LGBTQIA+.....	92
Figura 11 –	Material preventivo (camisinha).....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Percepções dos entrevistados sobre si.....	64
Tabela 2 –	Processo de reconhecimento pela orientação sexual.....	66
Tabela 3 –	Ambiente familiar.....	68
Tabela 4 –	Ambiente educacional.....	70
Tabela 5 –	Ambiente de trabalho.....	73
Tabela 6 –	Espaço de Saúde.....	74
Tabela 7 –	Direitos Cíveis.....	75
Tabela 8 –	O outro e o processo de reconhecimento pela identidade de gênero e/ou sexual.....	76
Tabela 9 –	Dificuldades ao buscar informações sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+.....	78
Tabela 10 –	Motivos para se direcionar ao Espaço LGBT de João Pessoa.....	81
Tabela 11 –	Barreiras ao se direcionar ao ambiente informacional.....	84
Tabela 12 –	Serviços utilizados pelos entrevistados no Espaço LGBT de João Pessoa	85
Tabela 13 –	Mudanças no cotidiano após contato com o Espaço LGBT de João Pessoa	86
Tabela 14 –	Conteúdos e estratégias informacionais identificados pelos entrevistados	88
Tabela 15 –	Fontes informacionais utilizadas pelos entrevistados.....	94
Tabela 16 –	Ambiente informacional e a tomada de decisão.....	98
Tabela 17 –	Opiniões sobre a criminalização da LGBTQIAfobia.....	100
Tabela 18 –	Mudanças no entendimento sobre homofobia e outros contextos.....	102

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 –	Mortes violentas de LGBTQIA+ por ano 1990 a 2020 no Brasil.....	17
--------------------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Serviços disponibilizados no Espaço LGBT Pedrinho.....	24
Quadro 2 –	Produções recuperadas sobre a LGBTQIAfobia.....	52
Quadro 3 –	Caracterização do perfil dos entrevistados.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ABLGT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AC	Ancoragem
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
ANADEP	Associação das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	Associação Norte-Americana de Psiquiatria
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
CONDEGE	Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRMIPD	Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiências
DECHRADI	Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-chave
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transexuais
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HIV	Human Immynodeficiency Virus
IAD 1	Instrumento de Análise de Discurso 1
IAD 2	Instrumento de Análise de Discurso 2
IC	Ideias centrais
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, T (Travestis, Transexuais e Transgêneros), Intersexo e o sinal de + para abranger as outras orientações sexuais e identidades de gênero
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, T (Travestis, Transexuais e Transgêneros), Queer, Intersexo, Assexual e o sinal de mais (+) que corresponde a toda a população não-heterossexual não contemplada pela sigla
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1	CAMPO EMPÍRICO.....	22
2.2	SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	28
2.3	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	29
3	DO GÊNERO À SEXUALIDADE E A DIVERSIDADE SEXUAL.....	32
3.1	DISCUTINDO O CONCEITO DE GÊNERO.....	32
3.2	SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL: COMPREENDENDO IDENTIDADES.....	37
3.3	MOVIMENTO LGBTQIA+ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
3.4	A LGBTQIAFOBIA.....	47
3.5	O CAMPO DA CI E OS ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+...	51
4	RESILIÊNCIA INFORMACIONAL.....	56
4.1	PRÁTICAS INFORMACIONAIS.....	56
4.2	O CONCEITO DE RESILIÊNCIA INFORMACIONAL.....	59
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	63
5.1	DESAFIOS INFORMACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS DA VIVÊNCIA HOMOSSEXUAL MASCULINA.....	64
5.1.1	Resultados e análise da pergunta 1.....	64
5.1.2	Resultados e análise da pergunta 2.....	66
5.1.2.1	Processo de se reconhecer pela orientação sexual.....	66
5.1.2.2	Ambiente familiar e a informação.....	68
5.1.2.3	Ambiente educacional e a informação.....	70
5.1.2.4	Ambiente de trabalho.....	73
5.1.2.5	Espaço de saúde.....	74
5.1.2.6	Direitos civis.....	75
5.1.2.7	O outro e o processo de reconhecimento pela identidade de gênero e/ou sexual	76
5.1.3	Resultados e análise da pergunta 3.....	78
5.2	ESTRATÉGIAS INFORMACIONAIS E O PROCESSO DE RESILIÊNCIA INFORMACIONAL DIANTE DA HOMOFOBIA.....	81
5.2.1	Resultados e análise da pergunta 4.....	81

5.2.1.1	Contato com o ambiente informacional.....	81
5.2.1.2	Barreiras ao acessar o Espaço LGBT de João Pessoa.....	84
5.2.1.3	Serviços utilizados no Espaço LGBT de João Pessoa.....	85
5.2.1.4	Mudanças no cotidiano.....	86
5.2.2	Resultados e análise da pergunta 5.....	88
5.2.3	Resultados e análise da pergunta 6.....	94
5.2.4	Resultados e análise da pergunta 7.....	98
5.2.4.1	Ambiente informacional e a tomada de decisão.....	98
5.2.4.2	Criminalização da LGBTQIAfobia pelo STF.....	100
5.2.4.3	Mudanças no entendimento sobre homofobia e outros contextos.....	102
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICES.....	115
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	116
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
	ESCLARECIDO.....	118

1 INTRODUÇÃO

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo (ANGELA DAVIS).

Encontrei-me como pesquisador no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), minha primeira graduação, mas foi no curso de Relações Públicas, da mesma instituição, que desenvolvi o interesse pela temática de gênero e sexualidade quando publiquei o artigo científico *Apropriação e Afirmação da Identidade de Gênero e da Diversidade Sexual na Publicidade Brasileira*¹. No que se refere ao conceito de resiliência informacional, tive contato através da minha participação no projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “Resiliência Informacional em Redes Sociais Virtuais”.

No projeto, busquei aliar teoria e prática, pois me interessava saber como os sujeitos conseguem ser resilientes diante de adversidades e como a teoria pode ser aplicada nas situações cotidianas. Assim, encontrei na Ciência da Informação (CI) um espaço para desenvolver pesquisas sobre sujeitos informacionais historicamente marginalizados, como é o caso das pessoas LGBTQIA+, buscando proporcionar-lhes mais acesso a informações relevantes e que possam contribuir na desconstrução de paradigmas enraizados nas relações construídas por essas pessoas.

Historicamente, o indivíduo que não segue os padrões normativos, ou seja, o modelo heteronormativo, fica à margem da sociedade e, conseqüentemente, vivencia cenários de incertezas informacionais que modificam o modo como se relaciona com o outro, culminando algumas vezes na ressignificação do seu modo de agir e pensar mediante os pensamentos dominantes que limitam perante a estrutura binária de gênero (masculino/feminino). Nesse contexto, a população LGBTQIA+ passa a ser considerada abjeta², pecaminosa, doentia, tendo seus direitos fundamentais negados passando a sofrer violências e todas as formas de invisibilização, bem como se torna uma ameaça à família tradicional que tem como formação o “casal legítimo” composto por heterossexuais. Sendo assim, a sua existência passa a não ser necessária, tendo que ser “curada” ou silenciada para sobreviver na sociedade heteronormativa.

¹ Publicado em 2019 no XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) de autoria de Luís Carlos da Silva; Josilene Ribeiro de Oliveira e Suelen Oliveira de Brito.

² Consoante Butler (2003), a noção de abjeção refere-se à negação da existência de corpos perante o discurso hegemônico que tem a heterossexualidade como norma.

Nesse sentido, as informações que circulam a respeito das pessoas LGBTQIA+ em diferentes esferas sociais dificultam o processo de socialização, aceitação de suas identidades e tornam esses indivíduos sem a devida competência crítica para lutar por seus direitos, consequentemente, deixando-os à margem da cidadania, pois as informações hegemônicas marginalizam essas pessoas diante da percepção que torna a heterossexualidade como norma.

Como as identidades de gênero e orientações sexuais são plurais, adotamos nesta pesquisa a sigla LGBTQIA+. As letras correspondem, respectivamente a: lésbicas, *gays*, bissexuais, o T que abrange três identidades que são: travestis, transgêneros, transexuais, *queer*, intersexo, assexual e o sinal de mais (+) que corresponde a toda a população não-heterossexual não contemplada pela sigla.

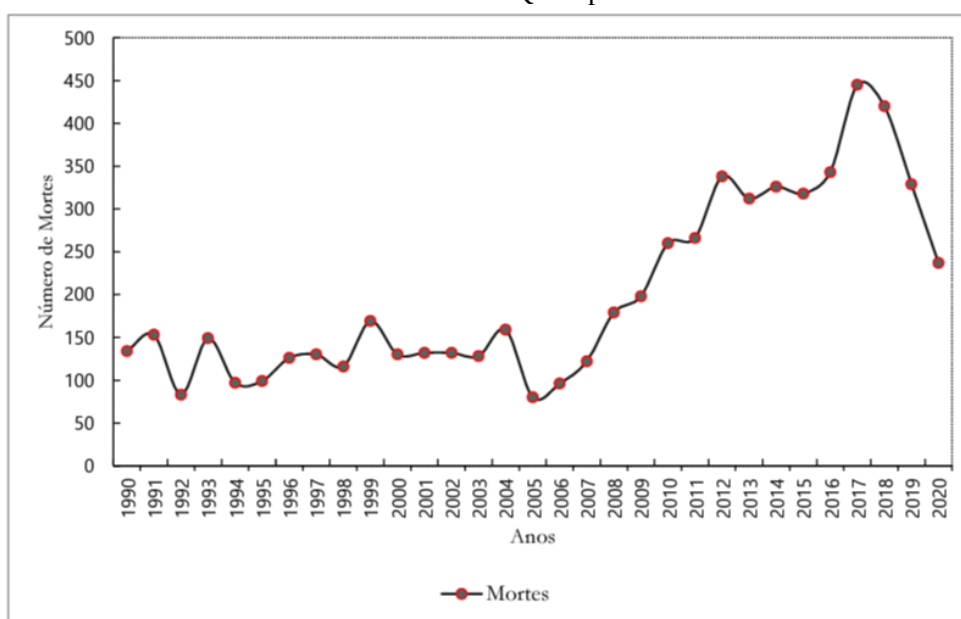
No que diz respeito à história desta sigla, ao longo dos anos passou por modificações devido à necessidade de reconhecer mais minorias sexuais e de gênero. Inicialmente, os sujeitos LGBTQIA+ passaram a ser conhecidos pela sigla GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes³), de cunho comercial, que excluía outras formas de identidades sexuais e de gênero, a exemplo dos sujeitos assexuais. Em 2008, a sigla LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Travestis e Transexuais) se tornaria a nomenclatura oficial, a qual foi aprovada na 1ª Conferência Nacional de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT), sigla que estava sendo utilizada na época em que ocorreu a mudança da letra “L” antes da “G” com o objetivo de dar maior visibilidade a pauta lésbica (PEREIRA. 2016; REIS 2018). Por sua vez, o *Manual de Comunicação LGBTI+*, publicado em 2018 pela Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino, passou a usar a sigla LGBTI+, como forma de incluir outras identidades, nesta temos o “I” de intersexo e o sinal de + para abranger as outras orientações sexuais e identidades de gênero (REIS, 2018).

Com o acesso à informação, mobilizações e o instinto de sobrevivência, as pessoas LGBTQIA+ começaram a se organizar em movimentos sociais para reivindicar perante o Estado e a população seus direitos e representatividade, ou seja, passaram a protagonizar sua própria história. No cenário atual, encontramos pessoas LGBTQIA+ na política, no exército, nos programas de televisão, na academia, entre outros espaços de sociabilidade, demonstrando que a exclusão que vivenciaram por décadas foi e é motivo de ocuparem espaços que outrora nem seriam possíveis. Contudo, as relações cotidianas de pessoas LGBTQIA+ ainda são marcadas por invisibilizações graves, como a LGBTQIAfobia que limita, por exemplo, o direito à vida dessas pessoas.

³ Indivíduos que eram solidários e abertos em relação a diversidade LGBTQIA+ (REIS, 2018).

De acordo com os dados disponibilizados pela Acontece LGBTI+⁴ e o Grupo Gay da Bahia (GGB)⁵ entre 2000 a 2020 calcula-se um total de 5.046 casos de mortes violentas contra a população LGBTQIA+ (Gráfico 1), com aumento nas últimas décadas. Em 2020, foram 237 LGBTQIA+ que tiveram mortes violentas, sendo 215 homicídios, 13 suicídios e 9 latrocínios. Os dados ainda revelam uma redução quantitativa do número de mortes, se compararmos 2020 a 2019, mas com a pandemia de Covid-19⁶ houve uma subnotificação desses resultados. (GASTALDI *et al*, 2021).

Gráfico 1 – Mortes violentas de LGBTQIA+ por ano 1990 a 2020 no Brasil



Fonte: Gastaldi *et al* (2021, p. 9).

Assim é necessário “[...] redobrar os esforços para compreender a dinâmica desses crimes, com ações educativas de combate a homofobia estrutural e a busca de promoção de políticas públicas voltadas à cidadania LGBTI+” (GASTALDI *et al*, 2021, p. 24).

No Brasil, em 2020, as travestis e mulheres trans foram as vítimas que mais sofreram com as práticas LGBTQIAfóbicas, com 161 casos. Em seguida, temos 51 casos envolvendo

⁴ “Organização da Sociedade Civil cuja finalidade fundamental é defender e promover por meio da política, arte e cultura o direito à liberdade da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e de sujeitas com identidades não hegemônicas” (ACONTECE LGBTI+, 2022, não paginado).

⁵ “O modelo adotado neste relatório para o monitoramento de mortes violentas de LGBTI+ segue a orientação básica de identificar notícias jornalísticas publicadas em mídia brasileira e demais meios de comunicação, coleta realizada cotidianamente através de militantes e colaboradores do movimento de cidadania LGBTI+ que trabalham no formato de rede” (GASTALDI *et al*, 2021, p. 15).

⁶ “O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria ‘doença do coronavírus’. Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados” (FIOCRUZ, 2020, não paginado).

gays, 10 casos com lésbicas, 3 com homens trans, 3 com bissexuais e, por fim, 2 heterossexuais que foram mortos por apresentarem comportamentos que se distanciavam da norma. Por região, o nordeste e o sudeste concentraram o maior número de mortes de sujeitos LGBTQIA+. Na região nordeste, o estado da Paraíba, ocupa o 4º lugar com 11 mortes atrás do Ceará com 34 mortes, Bahia 24 e Alagoas com 15. Por município, João Pessoa, ocupa o 11º lugar com 3 mortes (GASTALDI *et al*, 2021).

Cabe ressaltar que, possivelmente, o cenário seja ainda mais devastador, já que os dados são subnotificados pelo Governo Federal, bem como as pautas LGBTQIA+ retrocederam no atual governo, como por exemplo, foram retiradas “das diretrizes de direitos humanos as minorias sexuais, que servem como base orientativa do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” (GASTALDI, *et al*, 2021, p. 13). Em janeiro de 2022, o presidente afirmou que tais pautas “destroem a família”⁷, seu posicionamento demonstra o descaso para com a população LGBTQIA+ perante a sociedade.

Em 2019, as práticas LGBTQIAfóbicas foram criminalizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), implicando defesa e proteção das pessoas LGBTQIA+ no cotidiano. Todavia, mesmo que as discussões sobre a população LGBTQIA+ estejam sendo pautas no cenário atual e estejam gradativamente crescendo nos últimos anos na área da Ciência da Informação (SILVA, 2019; SANTOS, 2020) e compreendendo a informação como ação transformadora de problemas sociais (MARTELETO, 2004), há carência na produção científica no campo para as pessoas LGBTQIA+, principalmente no que tange a estudos sobre “LGBTQIAfobia” ou “Homofobia” (CALIXTO; CORTÊS; SOARES, 2016), demonstrando que na área esta questão merece ser problematizada. Além disso, os dados referentes a LGBTQIAfobia no Brasil são escassos, sendo produzidos, principalmente, por pesquisas científicas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), como por exemplo, o Grupo Gay da Bahia e o movimento LGBTQIA+.

Nesse cenário, compreende-se que o estudo se torna relevante para a Ciência da Informação ao trazer à cena sujeitos marginalizados, bem como haja vista a carência de estudos sobre a população LGBTQIA+ na área. No campo conceitual da Ciência da Informação, o estudo contribui com o desenvolvimento do conceito de resiliência informacional, emergente no campo da informação e com o fortalecimento dos estudos de práticas informacionais, assim como das discussões sobre gênero e sexualidade.

⁷ Entrevista concedida ao Jovem Pan News. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4976459-bolsonaro-afirma-que-pautas-lgbt-destroem-a-familia-e-comemora-pautas-na-mao-de-mendonca.html>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Os estudos referentes às práticas informacionais no campo da Ciência da Informação, vêm trazendo à tona indivíduos postos à margem socialmente. O conceito de práticas informacionais está alicerçado na “ideia de ‘práxis’, isto é, o movimento por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo” (ARAÚJO, 2017, p. 220), aliado aos estudos de resiliência informacional, podemos compreender como os sujeitos no processo de transição informacional de uma ambiência familiar para ambientes desconhecidos conseguem se adaptar a partir de estratégias informacionais, se ressignificando/reconstruindo no novo cenário informacional (LLOYD, 2014; 2015; BRASILEIRO, 2019).

Estudar as práticas informacionais das pessoas LGBTQIA+ do Espaço LGBT Pedrinho é entender como esses sujeitos desenvolvem estratégias informacionais no processo de construção da resiliência informacional diante das barreiras estruturais, sociais e pessoais impostas pela sociedade.

Conforme o exposto, esta pesquisa busca responder a seguinte problemática: como as práticas informacionais constituídas no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), em João Pessoa, têm contribuído com a construção da resiliência informacional diante do contexto da homofobia?

Para responder este questionamento delineamos o seguinte objetivo geral: analisar se/como as práticas informacionais constituídas no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), em João Pessoa, têm contribuído com a construção da resiliência informacional diante do contexto da homofobia. A vista de atender o objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender os desafios informacionais enfrentados pelos sujeitos diante do contexto da homofobia;
- b) Mapear as estratégias informacionais no Espaço LGBT de João Pessoa relacionadas ao enfrentamento dos desafios informacionais;
- c) Analisar como essas estratégias informacionais reverberam nas práticas informacionais dos sujeitos.

A pesquisa se justifica também pelo meu interesse em colocar em discussão a LGBTQIAfobia, pois observo que no cotidiano esse fenômeno está se tornando naturalizado e silenciado. Além disso, ao se inserir no contexto das pessoas LGBTQIA+ tive a oportunidade

de desconstruir os pensamentos retrógrados que reforçam suas exclusões. Na área científica contribui na produção acadêmica sobre gênero e sexualidade direcionada a população LGBTQIA+ e a articulação dos conceitos de práticas informacionais e resiliência informacional. A relevância social se dá por fomentar o debate sobre esse fenômeno, além de contribuir com informações relevantes, direcionar os sujeitos LGBTQIA+ a um ambiente informacional que entende sua realidade e visibilizar o campo empírico como atuante no enfrentamento a LGBTQIAfobia e na promoção da cidadania e direitos para essa comunidade.

O trabalho está estruturado em seis partes. Na primeira parte abordamos aspectos introdutórios, apresentando a contextualização, justificativa, problemática e objetivos. Na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa que foi realizada por meio de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas, bem como apresentamos os sujeitos da pesquisa, o campo empírico e a técnica de análise de dados.

Na terceira parte, discutimos sobre os conceitos de gênero e sexualidade que são primordiais no entendimento de como os sujeitos LGBTQIA+ expressam sua identidade de gênero e sexual. Além disso, apresentamos questões essenciais tais como o movimento LGBTQIA+, as políticas públicas e a LGBTQIAfobia. Além de um levantamento dos estudos sobre a população LGBTQIA+ no campo da CI.

Em seguida, introduzimos o conceito de resiliência informacional por meio do conceito de práticas informacionais, pois serve de suporte para o entendimento do processo de resiliência informacional do sujeito. Após isso, apresentamos os resultados e a análise dos dados. Por fim, as considerações finais desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Eu te digo o que a liberdade significa para mim: não ter medo (NINA SIMONE).

A pesquisa une pensamento e ação, pois embora seja uma prática teórica está relacionada à vida prática (MINAYO, 2009). Portanto, “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (JOSÉ FILHO, 2006, p. 64). Assim, a pesquisa pressupõe uma problematização entre teoria e prática no intuito de aproximar o/a pesquisador/a da realidade estudada.

Nesse sentido, através da metodologia o/a pesquisador/a constrói um caminho para alcançar os objetivos propostos, visando responder a pergunta-problema e confirmar ou refutar hipóteses levantadas, delimitando métodos e técnicas que permitam a aproximação com objeto de estudo. Logo, “a metodologia desempenha um papel de bússola na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade” (THIOLLENT, 2007, p. 26). Desse modo, foi estabelecido para o presente estudo os seguintes métodos, instrumentos e técnicas de pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois busca compreender as relações sociais intrínsecas dos sujeitos com o ambiente da pesquisa. Minayo (2009) afirma que a abordagem qualitativa responde questões muito particulares que não podem ou não deveriam ser quantificadas, correspondendo a aspectos mais profundos das relações cotidianas, pois “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21). Dessa maneira, podemos entender em profundidade as práticas informacionais dos sujeitos em diversos ambientes informacionais.

O estudo foi realizado através da pesquisa de campo, pois esse tipo de pesquisa “procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis [...] apresenta muito maior flexibilidade” (GIL, 2008, p. 57). No que diz respeito ao tipo de pesquisa configura-se como descritiva, pois tem como finalidade especificar e descrever características importantes do fenômeno estudado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006), que nesta pesquisa objetivou compreender as relações que ocorrem na vida social, política e cultural das pessoas LGBTQIA+.

Para a realização da coleta de dados adotamos o questionário sociodemográfico – voltado para a caracterização do perfil dos entrevistados (idade, escolaridade, formação, entre outras) e a entrevista semiestruturada – voltada para a construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005) a respeito das dificuldades vivenciadas pela população LGBTQIA+ no contexto da LGBTQIAfobia e das estratégias informacionais alternativas criadas.

2.1 CAMPO EMPÍRICO

Como campo empírico da pesquisa, entendendo-o como o recorte espacial da realidade onde o fenômeno que se pretende estudar se manifesta, delimitamos este estudo para o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza – Espaço LGBT Pedrinho (Figura 1), que foi criado em junho de 2011 “[...] com a missão de promover a cidadania e os direitos humanos de LGBTQI+, como também o enfrentamento da LGBTQIfobia e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” (SILVA, 2019, p. 95-96).

Figura 1 - Fachada do Espaço LGBT Pedrinho



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Espaço LGBT Pedrinho está vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) com localização⁸ na Rua Rodrigues de Aquino, nº 390, Centro, João Pessoa na Paraíba, sendo “responsável pela prestação de atendimentos psicológico, jurídico e social à população [LGBTQIA+] em geral” (SILVA, 2019, p. 96). Funciona de segunda a sexta das 8h00 às 16h30, o telefone para contato é o 83 3214-7188, podendo também entrar em contato pelo número/*whatsapp* 83 99119-0157 ou por *e-mail* espaçolgbtjp1@semdh.pb.gov.br.

Como ponto de referência para sua localização é utilizado o Fórum Criminal Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, localizado na Avenida João Machado, s/n, Centro, João Pessoa bem próximo a unidade que fica a sua direita.

Em 2021, o Espaço LGBT de João Pessoa passou a homenagear Pedro Alves de Souza, conhecido como Pedrinho (Figura 2). Segundo Victor Pilato, coordenador da unidade na época, o processo de escolha se deu em um levantamento interno a partir de pessoas que foram vítimas da LGBTQIAfobia ou militantes dos Direitos Humanos dessa população, assim dos nomes apresentados, Pedrinho foi o que se aproximou do perfil, pois foi assassinado, era usuário do serviço, jovem, negro, pobre, estava em situação de rua, homem trans e militante, no qual foi aceito e homenageado.

Figura 2 – Pedro Alves de Souza (Pedrinho)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

⁸ Anteriormente a unidade realizava suas atividades na Avenida Princesa Isabel, nº 164, também no Centro da capital paraibana.

Conforme Victor Pilato, Pedro Alves de Sousa era usuário do Espaço LGBT de João Pessoa, homem trans, negro, pobre, um jovem ativista dos direitos humanos da mesma população que pertencia, participou da I Corrida Estadual Contra a Homofobia da Paraíba, sendo o vencedor em sua categoria, que aconteceu na orla do Cabo Branco em João Pessoa. Pedrinho estava em situação de rua, devido à transfobia familiar e institucional, que discriminava sua identidade de gênero, sem ainda ter retificado seu prenome e gênero. Infelizmente, foi assassinado brutalmente e de forma covarde, debaixo do viaduto próximo à Rua da Areia, Centro de João Pessoa, em 02 de junho de 2014, aos seus 24 anos.

Os serviços disponibilizados no Espaço LGBT Pedrinho estão descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Serviços disponibilizados no Espaço LGBT Pedrinho

Serviços	Descrição
Jurídico	Assessoria jurídica à população LGBTQI+ em casos de violações de direitos; em questões cíveis, tais como adoção, divisão de bens, casamento civil ou união estável; acesso a benefícios previdenciários; e acompanhamento de processos de retificação de prenome e alteração do sexo jurídico para travestis e transexuais, seja via cartório ou por meio de ação judicial.
Psicólogo	Escuta psicológica, atendimento continuado aos usuários LGBTQI+, se estendendo aos familiares; terapia individual para o processo de transexualização, bem como para auxiliar no processo de retificação de prenome e alteração de sexo jurídico de travestis, mulheres transexuais e homens trans.
Serviço Social	Acolhimento através da escuta qualificada individual, voltada para a identificação das necessidades de LGBTQI+ e familiares. Elaboração de parecer social para acesso aos benefícios sociais e da Assistência Social, tais como Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Enxoval, Banco de Alimentos, inscrição no INSS para acesso aos Benefícios de Prestação Continuada. Orientação e acompanhamento para acesso ao serviço de emissão de documentação gratuita (RG, CPF, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho e Certidão de Reservista). Cadastro do Número de Identificação Social (NIS) para acesso ao Programa Bolsa Família nas unidades do CRAS, além de outros benefícios. Inscrições no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Cursos de qualificação profissional (Senai, Senac e Senat).
Direitos Humanos	Agentes de Direitos Humanos fazem busca ativa referente às denúncias recebidas via Disque 123 (Violações de Direitos Humanos na PB), Disque 100 – LGBT, e visitas domiciliares. Realizam atividades educativas em escolas, associações de moradores, Cras, Creas, ONGs, etc.
Referência para Ambulatório – TT/CHCF	Funciona como porta de entrada para usuários que buscam o processo de mudança de identidade de gênero no Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (Ambulatório TT/CHCF), implantado pela Secretaria de Estado da Saúde, em João Pessoa.
Biblioteca LGBTQI+ -	Espaço para difusão do conhecimento, leitura e pesquisa, aberto ao público, com mais de 100 livros, além da produção acadêmica (trabalhos de conclusão de curso, monografias e dissertações) de profissionais que passaram pelo campo de estágio da instituição, que tratam da diversidade sexual, nas áreas de Direito, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, entre outras.

Fonte: Paraíba (2019).

Para ter acesso aos serviços oferecidos pelo Espaço LGBT de João Pessoa, os sujeitos devem se direcionar ao local e fazer uma triagem, em seguida são direcionados aos respectivos atendimentos.

No que concerne ao espaço interno, ao chegar no órgão observamos que há grafites com representações de pessoas LGBTQIA+ e do homenageado. Na recepção (Figura 3) os/as usuários/as têm acesso a preservativos e ações informativas, a exemplo de *folder*. Logo após, tem um corredor (Figura 4) com um *banner* do Pedrinho, um quadro com informações gerais e um cartaz com informativo sobre a lei que prevê multa para quem discriminar alguém pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Figura 3 – Recepção do Espaço LGBT Pedrinho



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 4– Corredor do Espaço LGBT Pedrinho

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por meio do corredor as pessoas têm acesso às salas (Figura 5) com os serviços que são oferecidos, sendo cinco salas no total. A primeira sala é referente ao serviço jurídico, a segunda à assistência social, a terceira a coordenação, a quarta refere-se ao serviço psicológico e a última ao acervo do local, todas são identificadas por placas de sinalização.

Figura 5 – Salas do Espaço LGBT Pedrinho



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Além disso, há um espaço que os funcionários utilizam para fazer as refeições, como podemos observar na Figura 6.

Figura 6 – Ambiente das refeições do Espaço LGBT Pedrinho



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Desse modo, percebemos que o órgão possibilita para os indivíduos espaços para que os serviços oferecidos sejam desenvolvidos, contendo funcionários preparados para atender a população LGBTQIA+.

Entre 2011 a novembro de 2021 foram realizados 33.479 atendimentos a essa população no que se refere a discriminação, violência, omissão, preconceito e intolerância em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero. Em 2021, foram feitos 2.405 atendimentos presenciais e 3.681 remotos (*whatsapp*, telefone fixo, celular e redes sociais), com 546 novos/as usuários/as cadastrados/as (ESPAÇO LGBT JOÃO PESSOA, 2021). Sendo assim, observamos como esse espaço tornou-se um local em que as pessoas LGBTQIA+ conseguem ter acesso a serviços essenciais e ações informativas. Nesse sentido, a escolha desse campo empírico se deu pelo combate a LGBTQIAfobia e fornecimento de informações essenciais para as pessoas LGBTQIA+.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Em busca de entender em profundidade aspectos do cotidiano da população LGBTQIA+, o estudo se direcionou às pessoas que se expressam e se afirmam pela homossexualidade masculina, que é conhecido pela identidade LGBTQIA+, *gay*, que estão diretamente em contato com o Espaço LGBT Pedrinho. Com isso, visamos entender como as práticas informacionais do local ajudam na construção da resiliência informacional no contexto da homofobia vivenciada por esses sujeitos.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro (Apêndice A) com perguntas de cunho sociodemográfico e relacionadas aos objetivos da pesquisa, sendo direcionadas a sujeitos acima de 18 anos de forma voluntária mediante assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). A identidade dos entrevistados foi mantida em sigilo, sendo codificada como E1 até E4 para manter o anonimato.

Durante a pesquisa de campo, para termos acesso aos sujeitos da pesquisa tivemos apoio dos funcionários do local, pois o cadastro realizado na triagem possibilita a identificação do perfil das pessoas que frequentam a unidade. Em busca de uma compreensão ampla sobre o fenômeno estudado, direcionamos as entrevistas para os funcionários e usuários *gays* do ambiente.

No primeiro momento, foi marcada a entrevista piloto com um funcionário e um usuário. No entanto, no dia 07 de dezembro de 2021, dia marcado para esse teste, apenas o funcionário compareceu, mas foi essencial para que os demais entrevistados pudessem entender do que se tratava a pesquisa e para que posteriormente houvesse alguns ajustes em relações a linguagem, conceitos que precisavam ser explicados antes da entrevista e a necessidade de

deixar o entrevistado com liberdade para perguntar sempre que não estivesse entendendo, o que resultou um material significativo de análise.

Logo após, as entrevistas foram marcadas para os dias 16 e 17 de dezembro de 2021, com cinco participações, duas no primeiro dia e três para o segundo, dentre os participantes tinham sido marcados dois funcionários e três usuários. No primeiro dia, foram realizadas as entrevistas, mas no segundo teve alguns contratempos com os participantes, sendo necessário remarcar para o dia 24 de dezembro de 2021. Todavia, neste dia, só tivemos acesso a um participante, os demais não compareceram. Entendendo que a pesquisa precisava de mais opiniões dos usuários, buscamos ter acesso a esses participantes que tinham confirmados anteriormente, no entanto, só conseguimos contato com um, marcando a entrevista para o dia 11 de janeiro de 2022, a qual foi realizada com sucesso.

As entrevistas foram realizadas no campo empírico e ambiente externo com duração de 33 a 51 minutos de acordo com o perfil de cada participante, já que a experiência de falar sobre os assuntos era para alguns, recordações dolorosas.

O roteiro foi seguido e antes de cada entrevista foi realizada a leitura do termo e feitas as assinaturas, a maioria das perguntas foi de fácil compreensão, mas tiveram questões que foi preciso refazer e relacionar a exemplos. As conversas transcorreram de forma cuidadosa e respeitosa, contendo emoções dos participantes, principalmente por terem conseguido enfrentar as barreiras impostas pela sociedade e hoje podem fazer a diferença em outras vidas apresentando informações ou apenas dando apoio.

2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados, primeiramente, foram realizadas as transcrições dos áudios das entrevistas, logo após utilizamos a técnica dos Discursos dos Sujeitos Coletivos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Com perspectiva da análise de conteúdo, o DSC “busca reconstituir uma opinião coletiva [...] pela agregação, num discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular, dos conteúdos de depoimentos individuais que apresentam sentidos semelhantes ou complementares” (LEFÈVRE *et al*, 2010, p. 801). Assim, conforme os autores a extração de sentido, parte da primeira pessoa do singular para veicular uma opinião socialmente compartilhada.

Desse modo, a partir do DSC retiramos as ideias centrais de cada um dos discursos dos entrevistados, fazendo combinações e sintetizando em um discurso por meio de categorias para

compreender o conjunto dos discursos sobre a temática. Outra característica desse método é que

[...] falando na primeira pessoa do singular, não apenas ilustra o regime regular de funcionamento das representações sociais como também é um recurso para viabilizar as próprias representações sociais como fatos coletivos atinentes a coletividades qualitativas (de discursos) e quantitativas (de indivíduos) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, p. 519).

O DSC, portanto, permite que o discurso coletivo se torne único, conseqüentemente, compreendemos os traços da coletividade. Assim sendo, “esta técnica busca expressar uma determinada opinião ou posicionamento sobre um tema, levando em consideração o aspecto social e cultural” (ALVÂNTARA; VESCE, 2008, p. 2217), que nesta pesquisa está voltada às práticas informacionais constituídas pelos sujeitos do Espaço LGBT Pedrinho no enfrentamento a LGBTQIAfobia e demais barreiras impostas pela sociedade, ou seja, desenvolvendo o processo de resiliência informacional diante o cenário de incerteza informacional.

Para a apresentação dos resultados e análise dos dados consideramos os quatro operadores que fundamentam à construção do DSC, quais sejam:

- a) Expressões-chave (ECH): são trechos literais dos depoimentos que revelam a essência do conteúdo do discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005);
- b) Ideias centrais (IC): são nomes ou expressões que descrevem de forma sintética os sentidos de cada depoimento (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005);
- c) Ancoragem (AC): são signos construídos pelo autor do discurso a partir de uma teoria, crença ou ideologia para se referir a uma situação específica (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005);
- d) Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): “é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECH que têm a mesma IC ou AC” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 18).

Os passos percorridos se deram de acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005). No primeiro momento, analisamos os depoimentos dos 4 entrevistados, isoladamente, a partir das 7 perguntas do roteiro de entrevista, totalizando 28 depoimentos. Para isso, utilizamos o Instrumento de Análise de Discurso 1 (IAD 1), no qual elaboramos planilhas com todas as perguntas e fomos preenchendo com as respostas dos participantes, em seguida extraímos as ECH e as IC. Ressaltamos que nesta pesquisa as ECH não expressam AC, sendo utilizado apenas ECH e IC, bem como alguns discursos individuais apresentaram mais de uma ideia.

Após isso, categorizamos as IC que possuíam sentidos semelhantes ou complementares com letras A, B, C, D, por exemplo, tais agrupamentos descrevem de forma sintética a IC. Depois disso, passamos para última etapa, ou seja, o Instrumento de Análise de Discurso 2 (IAD 2), no qual construímos os Discursos dos Sujeitos Coletivos a partir de seus respectivos agrupamentos. Para a apresentação dos dados, nos baseamos em Brasileiro (2017), o qual apresentou os resultados quantitativos e qualitativos por questão, permitindo uma visão integrada de cada pergunta. Importante ressaltar que na construção de cada DSC, empregamos conectivos para deixá-lo coeso, fluído e compreensível para a leitura.

Os DSC foram organizados em dois eixos temáticos, visando alcançar os objetivos específicos propostos nesta pesquisa e, consequentemente, responder o objetivo geral. O primeiro eixo “Desafios informacionais na construção dos significados da vivência homossexual masculina” está articulado ao primeiro objetivo específico. Já o segundo denominado “Estratégias informacionais e o processo de resiliência informacional diante da homofobia” utilizamos para os outros objetivos específicos. Além disso, em algumas perguntas foram feitos subeixos temáticos vinculados ao questionamento. Por fim, o processo de apresentação das análises das perguntas se deu a partir de uma síntese do pensamento coletivo dos entrevistados em relação a cada categoria elencada.

3 DO GÊNERO À SEXUALIDADE E A DIVERSIDADE SEXUAL

São os olhares que colocamos sobre as coisas que criam os problemas do mundo (ALFREDO VEIGA-NETO).

Os sentidos das palavras têm diferentes significados no tempo, defini-las pode ser causa perdida (SCOTT, 1995), principalmente quando abordamos o termo gênero que contemporaneamente está em (re)construção em diferentes espaços e áreas de conhecimento (SANTOS, 2020). Entretanto, para iniciarmos nossas discussões, faz-se necessário partirmos de alguns conceitos para refletirmos sobre as questões que envolvem as temáticas. Sendo assim, nesta seção discorreremos sobre os estudos de gênero e sua relação com a sexualidade e a diversidade sexual, pontuando questões essenciais para a população LGBTQIA+ tais como o movimento LGBTQIA+, as políticas públicas e a LGBTQIAfobia. Além de apresentar um levantamento dos estudos sobre a população LGBTQIA+ no campo da Ciência da Informação.

3.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE GÊNERO

Os significados construídos historicamente por meio da estrutura social heteronormativa traçavam os limites de ser homem e mulher na sociedade. Assim, os corpos dos sujeitos eram definidos a partir do sexo biológico e passou-se a pensar/entender o conceito de gênero pela estrutura binária (BUTLER, 2003), tendo como identidade de referência o homem branco heterossexual, marcando as identidades que diferissem desta (LOURO, 2008), pois há uma naturalização de comportamentos sobre os corpos que demarca a heterossexualidade como referência universal, natural e normal. Entretanto, mesmo que “[...] utilizado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais o termo gênero expressa as diferenças construídas socialmente, independentemente de qualquer base biológica” (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 201).

O conceito de gênero não se resume ao sexo, pois compreendemos que os corpos dos indivíduos são historicamente e culturalmente desenvolvidos, todavia o sexo é um fator primordial para o seu entendimento visto que a compreensão do conceito de gênero parte das distinções e relações sociais percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Desse modo, é importante ressaltar que “seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem ‘científica’, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e

justificar – a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 21, grifo da autora) que há muito tempo impacta os gêneros feminino e masculino.

Conforme Piscitelli (2009)

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p. 119).

Nesse sentido, a diferenciação sexual serve para produzir desigualdades sociais, que são naturalizadas, favorecendo discursos contrários para subtrair direitos de grupos minoritários, mas ao pensar o gênero como uma categoria socialmente construída tem-se a reivindicação desses direitos, já que entendem que estão imersos em relações de poder.

Os estudos de gênero se fortalecem na década de 1980 com o movimento feminista, desconstruindo a ideologia da supremacia masculina. Através desse movimento busca-se dar maior visibilidade às relações sobre os gêneros e direcionar o olhar da sociedade para indivíduos que não se encaixavam na estrutura binária de gênero, como é o caso da população LGBTQIA+, além de contribuir na compreensão de que a diversidade sexual envolve fatores culturais e sociais.

Os sujeitos que não estão associados às características biológicas relacionadas a sua anatomia (cromossomos, genitálias, gônadas, hormonais) ainda são vistos como anomalias ficando à margem da sociedade por serem considerados desviante da norma social, já que o “normal” para a sociedade é que o sujeito que nasce com a vagina se comporte de acordo com o gênero feminino e o que nasce com o pênis se porte conforme o gênero masculino para que não contrarie a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003).

Segundo Heilborn (1994, p. 1)

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anatomofisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este

raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Dessa maneira, o conceito de gênero foi pensado para diferenciar os corpos dos indivíduos para além da estrutura binária de gênero que os limitava a sua genitália e assim determinava padrões de comportamentos, havendo uma hierarquia entre os sexos, sendo o masculino superior ao feminino, bem como “propagava-se ainda uma sexualidade heterossexual como natural e padrão, pois o ato sexual entre homem e mulher era o considerado ‘normal’” (SANTOS, 2020, p. 68).

Como consequência a esse pensamento, as violações dos direitos da população LGBTQIA+ são recorrentes e excluem essa comunidade por expressar a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, a qual precisa lutar pelos seus direitos fundamentais ou simplesmente querer ser respeitada na sociedade, pois

A forma como representamos a nós mesmos, como mulheres e homens, tem sofrido mudanças substanciais na sociedade contemporânea. As categorias que agem como marcadores sociais, tais como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, localidade produzem distintas formas de identificação e desestabilizam padrões binários institucionalizados que limitam o reconhecimento das diversidades (CORTES *et al.*, 2017, p. 5).

Diante disso, as discussões sobre gênero e sexualidade vêm sendo nos últimos anos centro de debate na sociedade, grupos sociais excluídos e estigmatizados passaram a se unir e reivindicar seus direitos, pois passam a reconhecer que estão inseridos em disputas de valores, de poder e de comportamentos. Portanto, as pessoas LGBTQIA+ em vários espaços de sociabilidade passaram a reivindicar seu lugar social, denunciando as exclusões de suas representações.

Butler afirma que os “gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na sociedade contemporânea” e “de fato habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2003, p. 199). Desse modo, podemos entender que desde quando nascemos já somos enquadrados em formas identitárias que vão ser repetições do pensamento dominante, que apresenta o diferente como algo controverso aos paradigmas históricos existentes sobre a heterossexualidade, tornando-nos meros perpetuadores dos estereótipos sobre gênero e sexualidade, que produzem padrões de comportamentos sobre os corpos dos sujeitos, reproduzindo privilégios e exclusões no cotidiano (BUTLER, 2003).

Com o tempo, isso passa a ser questionado de diferentes formas e a noção binária (masculino/feminino) já não se sustentava alinhada às questões da heteronormatividade⁹, pois começaram a aparecer pessoas que não se sentiam pertencentes a esse binarismo. Logo, as diferentes formas de ser e se expressar fez com que a população LGBTQIA+ colocasse em questão a estrutura binária de gênero e os estudos sobre gênero e sexualidade passaram a compreender as categorias que envolvem essa comunidade tais como trabalho, religião, política, educação, saúde, sexualidade, etc., buscando desconstruir o pensamento hegemônico heterossexual branco que limitava os corpos dos indivíduos ao sexo biológico, pois possibilitou uma visão sobre gênero enquanto construção social, já que

[...] as características de gênero apresentam variações na história, referindo-se não somente aos papéis psicológicos e culturais atribuídos pela sociedade às pessoas, mas aos modos de olhar a realidade da vida, para compreender as formas de relacionamento e de exercício de poder (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 201).

Ao analisar o conceito de gênero no campo social, observamos como as relações entre os indivíduos são construídas e reproduzidas, principalmente as desigualdades vindas destas relações, assim passamos a entendê-las nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação e não nas diferenças sexuais (LOURO, 1997). Conforme a autora

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23, grifo da autora).

Desse modo, devemos compreender que as relações de gênero perpassam por questões históricas e sociais para além da distinção biológica. Assim, possibilita na sociedade debates sobre a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, além de desconstruir a falácia da

⁹ A heteronormatividade pode ser pensada como o padrão normatizador dos comportamentos dos sujeitos, no qual a heterossexualidade é considerada natural e legítima, consequentemente, marginaliza os indivíduos que não se enquadram nela (PETRY; MEYER, 2011).

ideologia de gênero¹⁰, pois o que estão sendo desenvolvidos são estudos sobre gênero como este para entender como os sujeitos se relacionam individual e socialmente ao expressarem sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Scott (1998, p. 15) reitera que o conceito de gênero

[...] não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social moveável que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

Portanto, gênero é uma categoria para compreender as relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual, que permitiu desconstruir a ideia do feminino como sexo frágil que deveria ser protegido e, conseqüentemente, oprimido pelo sexo masculino, bem como traçou novos olhares sobre como os sujeitos se expressam na sociedade, ou seja, “gênero agora trata-se de uma categoria analítica porque analisa o processo de construção histórica e cultural das identidades masculina e feminina, abordando as relações de poder que há entre os sexos, ressignificando-as simbolicamente” (SANTOS, 2020, p. 68).

De modo geral, podemos dizer que o conceito de gênero

[...] ultrapassa a diferenciação biológica entre ser homem e ser mulher, perpassando a socialização, a cultura, o contexto histórico, a sexualidade e se apresentando como uma categoria de análise social que ajuda no entendimento dessas diferenças biológicas em uma convivência permeada por relações de poder (SANTOS, 2020, p. 70).

Em síntese, a partir do conceito de gênero desconstruímos pensamentos retrógrados sobre como os sujeitos se relacionam e entendemos que a dimensão biológica, social, identitária e cultural possibilitaram compreender como esses indivíduos se expressam na sociedade e demais conceitos relacionados ao gênero, tais como a sexualidade e a diversidade sexual.

¹⁰ A expressão foi criada por volta da década de 1990 e início de 2000 pela Igreja Católica para se referir à ameaça a família tradicional e a ordem simbólica das relações entre os sujeitos, que nega direitos e invisibiliza discriminação e violência contra grupos minoritários, além de deslegitimar os estudos de gênero (REIS; EGGERT, 2017; JUNQUEIRA, 2018).

3.2 SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL: COMPREENDENDO IDENTIDADES

No início do século XVII havia uma incitação a abordagem de questões ligadas às práticas sexuais e a sexualidade em discurso, em contraposição ao século XIX, no qual os sujeitos passaram a conviver com formas de opressão em que a sexualidade estava interligada a um casal legítimo, isto é, um casal heterossexual, que tinha como objetivo a procriação. Nesse contexto, as questões sobre sexualidade passaram a ser contidas no vínculo privado, sendo postas como segredo. No espaço social passou-se a ser reprimida e quem buscasse falar sobre era considerado anormal (FOUCAULT, 1988).

Na contemporaneidade, essas questões ainda são tabus e os sujeitos que expressam a sua sexualidade são vistos como abjetos, pois distanciam-se da normatividade, como é o caso das pessoas LGBTQIA+ que estão a todo momento sendo colocadas à margem na sociedade, pois a “sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas” (LOURO, 2008, p. 21). Desse modo, todas as formas de representação da população LGBTQIA+ são excluídas por não estarem condizentes com a heteronormatividade.

Contudo, os estudos de gênero têm possibilitado a compreensão da sexualidade humana e a diversidade sexual, pois observamos como os indivíduos expressam suas formas de ser e agir na sociedade, implicando na desconstrução dos padrões estabelecidos pelo modelo heteronormativo.

Assim, conforme Foucault (1998, p. 139) a sexualidade refere-se ao “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política”, isto é, sendo compreendida como um “dispositivo histórico”, pois ganhava significado a partir de múltiplos discursos “que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’ sobre os corpos, seus desejos e prazeres” (LOURO, 2010, p. 12).

De acordo com o Ministério da Educação, no Curso Gênero e Diversidade na Escola, a sexualidade é definida como

[...] elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos

diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (BRASIL, 2009, p. 2).

Dessa maneira, a sexualidade é uma dimensão importante da vida humana que envolve diversas categorias – sexo, gênero, identidade, papéis e orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução – que definem as identidades sociais dos sujeitos. Portanto, a sexualidade passa a ser compreendida como uma questão social, política, histórica que é aprendida no decorrer da vida dos indivíduos (BUTLER, 2003), pois “da mesma forma como o gênero, a sexualidade também envolve um processo contínuo de construção da identidade humana pessoal, que acontece dentro de um contexto histórico, social e cultural específicos” (SANTOS, 2020, p. 71).

Abramovay (2004) define sexualidade como

[...] uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor, reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Os componentes socioculturais dessa forma, revelam-se críticos para essa conceituação que se refere tanto às capacidades reprodutivas quanto a questão do prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. (ABRAMOVAY, 2004, p. 29).

Desse modo, a sexualidade é o núcleo da identidade pessoal do indivíduo que se desenvolve de formas específicas no decorrer da vida dele. Desta forma, ao pensar e debater a construção histórica e cultural de conceitos como gênero e sexualidade questionamos a heteronormatividade que toma como norma universal a sexualidade heterossexual, bem como possibilita entender que a diversidade sexual não está ligada ao desvio de caráter, falhas no processo educativo familiar ou resultado de patologias hormonais, mas como sendo parte de sua identidade que é desenvolvida no tempo (DINIS, 2008).

Diante disso, compreendemos que o gênero e a sexualidade são constituintes da identidade dos sujeitos e partilhamos do conceito de identidade do sociólogo Zygmunt Bauman (2005, p. 17), para quem o “‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis”, isto é, os indivíduos são dotados de várias identidades que são construídas mediante as suas vivências individuais e sociais. Nesse contexto, buscam informações para conviver com o outro e gerar conhecimentos, desconstruindo conceitos que passam a enquadrá-los em categorias dominantes, pois

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades dessa sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 11).

Sendo assim, as identidades de gênero e sexuais rompem as barreiras que nos ensinavam a agir conforme a prescrição de cada gênero, isto é, nos direcionava a fazer práticas preconceituosas e discriminatórias a quem se comportassem fora dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade na sociedade, já que “as identidades são marcadas por meio de símbolos e representações que colaboram para valorizar determinadas identidades ou subjugar outras” (COLLING, 2018, p. 11).

Com a visibilidade da diversidade sexual surgem conceitos contemporâneos visando compreender como os sujeitos se percebem e se expressam na sociedade, como por exemplo, a identidade de gênero e orientação sexual. O entendimento a essas questões, que muitas vezes são tratadas com preconceitos por falta de informação, possibilita entender a população LGBTQIA+ que ainda é vista como desviante das normas da heteronormatividade. Para entendê-los recorremos ao documento Os Princípios de Yogyakarta, pois é uma “referência internacional contemporânea nas discussões sobre a sexualidade, diversidade humana e garantia de direitos” (SANTOS, 2020, p. 72).

A orientação sexual¹¹ é definida como “uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL..., 2007, p. 7), correspondendo então, a atração emocional, afetiva e sexual por alguém. A orientação sexual pode ser padronizada em quatro tipos (BRASIL, 2009; SANTOS, 2020):

- a) Heterossexualidade: “atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero” (BRASIL, 2009, p. 124);

¹¹ “O termo ‘orientação sexual’ contrapõe-se a uma determinada noção de ‘opção sexual’, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independente do contexto social em que se dá. Nossas maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos de nossa experiência social. Assim, a definição dos nossos objetos de desejo não pode resultar em uma simples opção efetuada de maneira mecânica, linear e voluntariosa” (BRASIL, 2009, p. 124).

- b) Homossexualidade: “afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero” (BRASIL, 2009, p. 124);
- c) Bissexualidade: “atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo gênero quanto pelo gênero oposto” (BRASIL, 2009, p. 124);
- d) Assexualidade: “refere-se à ausência de atração sexual” (SANTOS, 2020, p. 78).

Por sua vez, a identidade de gênero pode ser compreendida como

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL..., 2007, p. 7).

Dessa forma, a identidade de gênero refere-se à percepção subjetiva do sujeito no modo de se comportar na sociedade a partir do gênero que se identifica, podendo ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. Consoante Santos (2020) são três grupos principais:

- a) Cisgêneros que diz respeito aos sujeitos que se comportam e se identificam a partir do sexo biológico;
- b) Transgêneros que se referem às pessoas que se identificam com um gênero diferente do que lhe foi atribuído ao nascer;
- c) Não-binários que são indivíduos que questionam e transitam entre os gêneros e papéis sociais atribuídos.

Quando abordamos os conceitos de gênero e sexualidade passamos a compreender que “para além de qualquer tipologia ou classificação, a sexualidade humana é heterogênea, não é imutável, sendo formada por uma multiplicidade de possibilidades” (SANTOS, 2020, p. 73). Nessa perspectiva, apresentam-se diversas formas de sexualidade, a exemplo da pansexualidade, que se refere a orientação sexual caracterizada pela atração sexual ou romântica por outros sujeitos, independentemente do sexo e gênero desses (JESUS, 2012).

Importante ressaltar também que as pessoas intersexuais nascem com características externas e/ou internas que não se enquadram no padrão masculino e feminino culturalmente

estabelecido “no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais [...], coexistência de tecidos testiculares e de ovários” (JESUS, 2012, p. 25), ou seja, o corpo intersexual rompe com a divisão binária dos corpos.

O gênero e a sexualidade ultrapassam barreiras que a classificação impõe, por exemplo, “[...] a palavra *transgênero*’ e sua forma abreviada, *‘trans’*, podem ser utilizadas para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais, referindo-se aos sujeitos que transitam entre um gênero e outro” (SANTOS, 2020, p. 73-74). Travestis são pessoas que se identificam com o gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou mulheres, sendo membros de um terceiro gênero ou não-gênero. Por sua vez, as pessoas transexuais reivindicam o reconhecimento social e legal a partir do gênero que se identificam, portanto, a mulher transexual busca ser reconhecida como mulher e o homem transexual como homem (JESUS, 2012).

Além disso, algumas pessoas se identificam pelo termo *queer*, que mesmo sem consenso, diz respeito ao indivíduo que não se enquadra na identidade e/ou expressão de gênero existente (MARTINS; RODRIGUES, 2019).

Cabe-nos salientar também que entre os vários conceitos para compreender a diversidade sexual, Jesus (2012) apresenta a expressão de gênero para se referir a aparência e o comportamento do sujeito em uma dada cultura, que é baseado no comportamento e aparência de determinado gênero. Assim, podemos entender que a estrutura binária de gênero está bastante enraizada na sociedade que mesmo que um indivíduo não expresse sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, os trejeitos já vão enquadrá-lo em uma categoria que, possivelmente, acarretará preconceito para si, por não ser o que é esperado pela norma.

Os conceitos contemporâneos podem estar relacionados, contudo são dimensões distintas que integram a identidade do sujeito, pois

[...] ser homossexual não necessariamente deve fazer um homem se sentir e se expressar menos masculino, ou uma mulher menos feminina. Outro caso, é que uma mulher transexual (que nasceu com genitais masculinos, mas assumiu uma identidade de gênero feminina), quando se relaciona com homens, é heterossexual, e caso se relacione com mulheres, é homossexual (SANTOS, 2020, p. 75).

Resumidamente, o gênero e a sexualidade são dimensões que ajudam na compreensão da vida individual e coletiva dos sujeitos. A partir desses conceitos, passou-se a entender e respeitar a diversidade sexual e desconstruir o preconceito que exclui todas as formas de representação das pessoas LGBTQIA+. Sendo assim, a informação é de suma importância, pois

contribui para que os indivíduos que são marginalizados rompam com conceitos preestabelecidos e reivindiquem seu lugar social. Nesse contexto, o movimento LGBTQIA+ por muito tempo se tornou responsável pela visibilidade e garantia dos direitos civis para essa população, conforme apresentaremos a seguir.

3.3 MOVIMENTO LGBTQIA+ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas o movimento LGBTQIA+ deu visibilidade a comunidade, buscando estratégias para garantir direitos e respeito na sociedade. Assim, esse movimento empoderou os sujeitos outrora silenciados para um cenário em que eles são porta-vozes de suas causas com ações e campanhas em busca de políticas públicas. Desse modo, a representação da vida social e subjetividade da população LGBTQIA+ incide na visibilidade social e política do movimento LGBTQIA+, pois a partir dele essa população passou a se entender, se reconhecer e ser reconhecida mediante as bases da organização social e cultural que foram estabelecidas pelo modelo heteronormativo.

Simões e Facchini ressaltam que

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem-vergonhice, pecado, doença e degeneração (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 13).

Sendo assim, com o movimento LGBTQIA+ passou-se a discutir sobre pensamentos retrógrados como os vindos das instituições de regulação social – ciência e as religiões – que relacionava/relacionam a homossexualidade ao pecado e a doença, reforçando a adoção do termo homossexualismo com a finalidade de relacionar as práticas homossexuais a uma patologia, já que na medicina o uso do sufixo “ismo” está relacionado a alguma doença ou anomalia (SANTOS, 2020) e como ressaltado, anteriormente, o movimento viabilizou e garantiu direitos para a população LGBTQIA+.

No cenário internacional, em 28 de junho de 1969, ocorreu a Rebelião de Stonewall em Nova York, nos Estados Unidos, significativa manifestação para a população LGBTQIA+. Na ocasião, pessoas LGBTQIA+ enfrentavam a polícia pelos frequentes abusos que sofriam. Essa rebelião se tornou símbolo na busca dos direitos e demonstrações de orgulho das pessoas

LGBTQIA+ mundialmente, data que se comemora o “Dia do Orgulho LGBTQIA+” (FACCHINI, 2005).

Com a organização do movimento LGBTQIA+, a partir de 1970, a população LGBTQIA+ passa a lutar pela descriminalização e despatologização das sexualidades não normativas (SANTOS, 2020), de modo que

[...] em 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) deixou de considerar a homossexualidade como transtorno mental, mas continuou a considerá-la como uma perturbação da orientação sexual até 1986, quando a excluiu do seu Manual de Diagnósticos e orientou seus membros a não usarem mais os códigos que patologizavam a homossexualidade. Somente no ano de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu o termo homossexualismo da sua Classificação Internacional de Doenças (CID), declarando que ‘a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão’ (SANTOS, 2020, p. 78).

No contexto internacional, a população LGBTQIA+ ganha reconhecimento com discussões importantes frente a sua marginalização, já que importantes órgãos deixam de associar a homossexualidade a alguma doença, consequentemente

No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou homossexualidade da condição de desvio sexual. Somente no ano de 1999, o Conselho Federal de Psicologia divulgou a Resolução nº 001/1999, contendo as ‘Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual’. Determinavam que os profissionais não deveriam exercer serviços de tratamentos ou cura da homossexualidade, apontando dessa forma para a patologização da orientação sexual. Por fim, no ano de 2018, a OMS anunciou a retirada da transexualidade da lista de doenças mentais em sua nova versão da CID (SANTOS, 2020, p. 78).

Sendo assim, os sujeitos LGBTQIA+ ao longo do tempo deixam de ser associados a enfermidades em órgãos de reconhecimento nacional e internacional e, consequentemente, passam a lutar e ocupar outros espaços que garantam seus direitos fundamentais para expressarem a sua identidade de gênero e sexual.

Irineu (2014) salienta que a implementação das primeiras iniciativas direcionadas para os sujeitos LGBTQIA+ se deu a partir de do primeiro governo Lula (2002-2006), desde então

Observa-se que o primeiro programa específico para essa população foi lançado em 2004 (Programa Brasil sem Homofobia) através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Desde seu lançamento, foram realizadas duas conferências nacionais dos direitos LGBT (2008 e 2011), lançou-se o I Plano Nacional de Promoção dos Direitos LGBT (2009), criou-se o Conselho Nacional dos Direitos LGBT (2011) e [...] lançado o Sistema

Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT e Promoção de Direitos (2013) (IRINEU, 2014, p. 193).

Nesse contexto, o movimento LGBTQIA+ luta pelo reconhecimento e equiparação de direitos para a comunidade LGBTQIA+. Assim, resgatar o histórico desse movimento é de suma importância no entendimento da representatividade dessas pessoas em diferentes espaços sociais.

A pesquisadora Regina Facchini classifica o movimento LGBTQIA+ brasileiro em três diferentes momentos denominados como ondas, traçando um percurso histórico que vai desde a década de 1970 até 2005. A primeira onda ocorreu no período de 1978 a 1983, a segunda onda de 1984 a 1992 e a terceira onda a partir de 1992 a 2005, contribuindo com a história do movimento Pereira (2016) ressalta que estamos vivendo a quarta onda.

A primeira onda (1978-1983) é marcada pelo surgimento e expansão do movimento LGBTQIA+ brasileiro, que na época era chamado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina, ambas referências de mobilização política em defesa da homossexualidade e sua representatividade no Brasil, com atuação no eixo Rio-São Paulo. Nesse contexto, o movimento lutava pela politização da homossexualidade aliado ao movimento feminista e ao movimento negro no embate contra o autoritarismo e a repressão sexual pela Ditadura Militar. Nessa fase há o surgimento do primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP e surge o Grupo Gay da Bahia (GGB), que resiste até hoje, primeiro grupo a se formalizar como uma Organização Não-Governamental (ONG), que expandiu a luta do movimento LGBTQIA+ para o nordeste, além de ter sido de suma importância na campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil (FACCHINI, 2005).

Desde sua fundação, em 1980, o GGB acumula em seu curriculum significativas vitórias em prol dos direitos de cidadania dos homossexuais. Publicou pela Editora Mercado Aberto (RS) o livro *Lesbianismo no Brasil* (1987) e diversos artigos sobre a história dos ‘sodomitas’ luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição, assim como sobre múltiplos aspectos culturais da epidemia da Aids em nosso país. Em 1987 publicou o livro *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil*. Realizou centenas de conferências, debates e mesas redondas sobre a homossexualidade e a questão da Aids em colégios, universidades, programas de TV’s e rádios de norte a sul do país. Liderou a campanha nacional que retirou a homossexualidade da lista dos desvios sexuais, sendo autor de sete moções anti-discriminação aprovadas pelas mais importantes associações científicas nacionais. Foi a primeira ONG a iniciar a prevenção da Aids no Brasil (1982) sendo autor da primeira cartilha em método braille sobre Aids

para deficientes visuais. Desde a sua fundação o GGB já distribuiu mais de 1 milhão de preservativos na Bahia (GGB, 2021, não paginado).

O GGB, atualmente, é uma das principais fontes de informação sobre a LGBTQIAfobia no contexto brasileiro, bem como luta pela livre expressão e representação da sexualidade.

A segunda onda do movimento LGBTQIA+ inicia-se em 1984 e dura até 1992 no epicentro da epidemia do *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), causador da *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS). Com o advento da AIDS, a população LGBTQIA+ fica no centro da discussão, pois havia uma incidência nos homossexuais, assim a epidemia passou a ser identificada e conhecida como “peste gay” e/ou “câncer gay”, implicando na redução do número de grupos que lutavam pela comunidade. Contudo, através dessa epidemia tem-se uma articulação entre o governo e instituições nacionais e internacionais visando o fim da AIDS, sendo o movimento LGBTQIA+ pioneiro nas mobilizações contra essa epidemia (FACCHINI, 2005).

A partir dessas primeiras ações que os governos passaram a elaborar políticas públicas de saúde específicas sobre a AIDS para o grupo social, bem como incentivar o desenvolvimento de pesquisas e a disseminação de informações visando à prevenção. Como os grupos tinham conhecimento e experiência no acesso à comunidade, participavam ativamente dos projetos financiados pelas estatais no combate a AIDS, resultando no aumento de grupos, expandindo o movimento LGBTI+ por todo o país. Contudo, devido à presença inicialmente maior da AIDS dentre os homossexuais, o preconceito e o ódio contra eles ficam acirrados, sendo a doença por vezes denominada de câncer gay e encarada como castigo divino (SANTOS, 2020, p. 80).

Faz parte também da segunda onda a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do código de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Além disso, surgiu a expressão “orientação sexual” em contraposição ao que seria uma opção ou escolha. O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro junto ao GGB se formalizaram e tentaram incluir a expressão na Constituição de 1998, sem sucesso, mas influenciaram legislações de âmbito estadual e municipal. Nessa fase tem-se o deslocamento do movimento para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste (FACCHINI, 2005).

A terceira onda (1992-2005) tem como característica o aumento no número de ONGs e grupos LGBTQIA+ atuantes em vários setores (grupos comunitários, setoriais partidários, grupos religiosos, acadêmicos, etc.) em todo o país. Nesse período tem-se a segmentação de outras identidades como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais com foco em demandas

específicas. São criadas as associações e organizações nacionais e locais como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras. Além das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ resultante da criação dessas organizações, aumentando a visibilidade da população LGBTQIA+ na sociedade e na mídia (FACCHINI, 2005).

Nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores nesse *campo* do movimento, como, por exemplo, a mídia, segmentada ou não, as agências estatais ligadas aos temas justiça e saúde, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais, grupos religiosos que se mostrem flexíveis ou especialmente voltados a questões ligadas à sexualidade ou homossexualidade etc. (FACCHINI; FRANÇA 2009, p. 61, grifo da autora).

Nesse período, observa-se a atuação do movimento LGBTQIA+ junto ao Poder Executivo Federal para a gestão de políticas de direitos humanos, relacionamento com o Estado resultando no lançamento, em 2004, do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), cujo objetivo era criar um conjunto de políticas transversais na promoção e proteção da cidadania para pessoas LGBTQIA+ (FACCHINI, 2005; PEREIRA, 2016).

A partir da terceira onda, o movimento LGBTQIA+ amplia sua rede de alianças e espaços de participação social, contribuindo para a sua visibilidade, visando o reconhecimento da cidadania, direitos civis e identidade para a comunidade.

Após a terceira onda do movimento LGBTQIA+ apresentada por Facchini (2005), Pereira (2016) ressalta que estamos vivendo a “quarta onda” do movimento LGBTQIA+, com características marcantes para o cenário atual do movimento. O autor observa um “deslocamento de ativistas LGBT para o interior do Estado, atuando na formulação e execução de políticas públicas, o que tem gerado novos dilemas políticos e teóricos” (PEREIRA, 2016, p. 123).

Além do trânsito fluido entre Estado e sociedade civil, é nesse período que assistimos mais fortemente à organização e à incidência de setores religiosos conservadores e opositores da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo), demonstrando também um trânsito entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Tal configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei

LGBTfóbicos/reacionários e o boicote à políticas elaboradas no Executivo (PEREIRA, 2016, p. 123).

Nesse período, o movimento tem mais participação na academia “através de núcleos, observatórios, disciplinas, eventos e grupos de pesquisa com temas relativos à gênero e diversidade sexual” (SANTOS, 2020, p. 82) com perspectivas teóricas pós-modernas como a Teoria *Queer* e Pós-Coloniais (PEREIRA, 2016), permitindo que o movimento tivesse mais resistência, pois “suas questões passaram a ser tratadas como objeto de estudo de áreas diversas do conhecimento, fornecendo às questões deste grupo progressiva representatividade na sociedade” (SILVA, 2019, p. 85).

Em suma, o movimento LGBTQIA+ trouxe reflexões sobre como a sexualidade era compreendida diante das relações hierarquizantes na sociedade, bem como surgem grupos e organizações na luta contra discriminação e a violência, além do reconhecimento pela cidadania da população LGBTQIA+.

3.4 A LGBTQIAFOBIA

Dentre os vários desafios que o movimento LGBTQIA+ passou a enfrentar ao longo do tempo, a LGBTQIAfobia se tornou uma realidade muito cruel para pessoas LGBTQIA+, pois produz segregação, relações de desigualdades e danos severos para a saúde dessas pessoas, culminando na morte desses indivíduos em decorrência da sua identidade de gênero e/ou da orientação sexual que divergem do padrão heteronormativo, além de estar presente nas relações sociais dos sujeitos em diferentes espaços de sociabilidade.

A LGBTQIAfobia corresponde ao preconceito, ao ódio, à aversão, o desprezo, a desconfiança e a violência à população LGBTQIA+, termo utilizado em substituição a homofobia, buscando representar todas as formas de opressões que esta população sofre na sociedade, não se limitando assim a uma única representação. Entretanto, em contextos específicos recomendamos o direcionamento para uma das identidades, como é o caso deste estudo que está delimitado para as pessoas *gays*. Logo, há o direcionamento para o fenômeno da homofobia.

Borrillo (2010) afirma que a homofobia “é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal” (p. 13), pois “[...] se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem

heterossexual” (p. 17), pois a heterossexualidade situa-se na concepção de natural, sendo a norma social a ser seguida pelos indivíduos no cotidiano.

Com base na *Cartilha contra LGBTIfobia* organizada pela Comissão da Diversidade Sexual da Associação das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) as práticas LGBTQIAfóbicas podem se manifestar de distintas formas, tais como: crimes contra a honra (difamação e injúria); violência psicológica, em que a vítima pode sofrer ameaças, humilhações e *bullying*; agressões verbais; violência institucional; violência física, que inclui lesões corporais e homicídio.

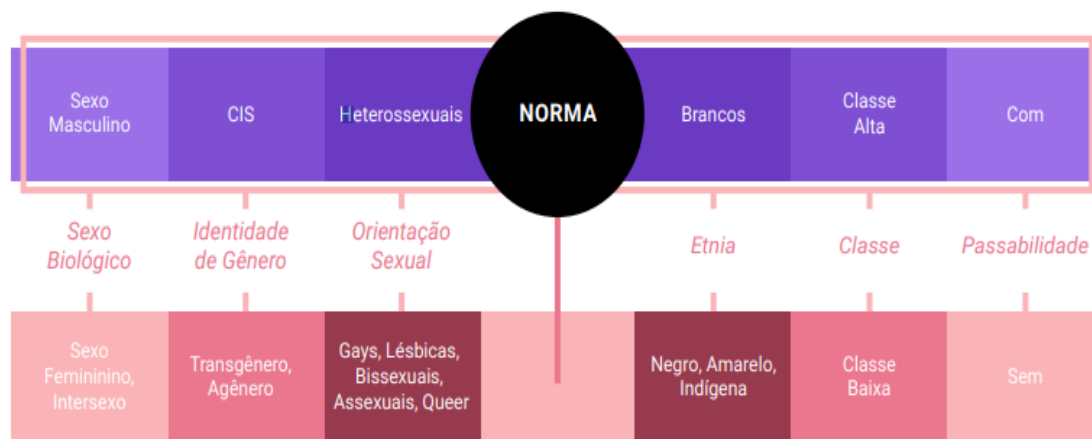
À vista disso, ainda hoje, os sujeitos LGBTQIA+ “preferem silenciar gestos de afeto e relações amorosas, do que lidar com a segregação, deboches, piadas, *bullying*, demissão do emprego, e atentados de violência verbal e física” (SANTOS, 2020, p. 83, grifo do autor), pois como sabemos “em geral, [...] são marginalizados por não corresponderem às expectativas sociais e se apresentarem de modo distinto às expressões de gênero e sexualidade hegemonicamente aceitáveis, o que implica no cerceamento do seu direito à expressão e em pouca representatividade” (SILVA; CORTÊS, 2018, p. 2100), tornando-os em ambiências de incertezas, consequentemente, essa população passa a buscar informações para se ressignificarem diante dessa realidade.

Silva (2019) ressalta que no Brasil um dos desafios ao combate à violência a população LGBTQIA+ é a escassez de dados oficiais em relação às violências e homicídios de LGBTQIA+, como principal fonte temos ONGs, como o GGB, que atua desde 1980 na disseminação de informações sobre a LGBTQIAfobia. Sendo assim, a “ausência e dificuldade para produzir dados oficiais faz que o poder público [...] trabalhe com fontes não oficiais, obtendo informações provenientes de levantamentos realizados por entidades não governamentais e pelos meios de comunicação” (SILVA, 2019, p. 21), constituindo uma barreira informacional para o controle no país.

Estudo realizado pelo Google Brasil (Figura 7) apresenta como os sujeitos LGBTQIA+ alicerçado por outros marcadores sociais passam a sofrer mais discriminação, preconceito e violência na sociedade. Assim, o sujeito que estiver mais próximo da “norma”, menores são os relatos de discriminação, por exemplo, um homem *gay* branco com nível superior tende a ser menos discriminado do que uma mulher negra lésbica. Desse modo, a interseccionalidade de vários marcadores sociais gera cada vez mais um distanciamento dos padrões normatizados pelo modelo heteronormativo (MARINHO; ENGLERT, 2019). O conceito de interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 “busca analisar como a inserção combinada de marcadores sociais de raça, classe, sexualidade, regionalidade, entre outros, se

entrelaçam e influenciam a existência e as práticas sociais dos sujeitos” (SILVA; CORTÊS, 2018, p. 2103).

Figura 7 – Grid da Diversidade Sexual e outros marcadores sociais



Fonte: *Think with Google* Brasil (2019).

Além disso, por meio do *Grid* também denotamos “a importância das políticas públicas voltadas à população [LGBTQIA+] considerarem diretrizes específicas para os subgrupos que compõem esta população, juntamente com as dimensões de raça, gênero e classe social”, já que essa população envolvem um grupo multifacetado, cada um com seu ciclo de exclusão (GONÇALVES *et al*, 2020, p. 11).

Em junho de 2019, depois de várias tentativas para a criminalização da LGBTQIAfobia, o Supremo Tribunal Federal criminalizou as práticas de LGBTQIAfobia enquadrando-as ao crime de racismo nos moldes da Lei 7.716/89, portanto, inafiançável e imprescritível. Segundo Benevides (2020, p. 8)

Os processos que culminaram no reconhecimento da LGBTIfobia como crime de racismo pelo STF tiveram, entre outros, o objetivo de combater a impunidade, pensar em formas de incentivar as denúncias e combater a omissão estatal, mas também de realizar o levantamento de dados qualificados sobre a violência LGBTIfóbica.

Desse modo, a criminalização se tornou importante ato pelo direito à vida das pessoas LGBTQIA+, pois representa mais segurança, dignidade e longevidade para essa população. Assim, compreendendo a importância depois da criminalização do acesso à informação para esses sujeitos em como se orientar em casos de violências LGBTQIAfóbicas, recomendamos a

Cartilha O que fazer em casos de violência LGBTIfóbica desenvolvida por Benevides (2020)¹², na qual apresenta informações fundamentais no combate a LGBTQIAfobia.

Ainda em 2019, segundo o *Google Trends*¹³, o Brasil foi o país que mais pesquisou a palavra homofobia, sendo as principais perguntas: O que é ser homofóbico?; O que é preconceito homofóbico?; De que maneira a homofobia e transfobia se materializam? Quais as causas da homofobia? e O que é homofobia institucional? Desse modo, podemos perceber que houve interesse da sociedade brasileira em saber do que se tratava esse fenômeno após a criminalização.

Depois de mais de um ano da criminalização da LGBTQIAfobia realizada pelo STF, o *Jornal Nacional* em consulta a Lei de Acesso à Informação solicitou aos 26 estados e o Distrito Federal os números de casos que foram registrados em relação às práticas de LGBTQIAfobia. Dos 27 entes consultados, 16 informaram estatísticas, com 161 casos registrados, sendo a Paraíba o estado com mais casos, 73 na época, enquanto 11 estados não souberam informar, destes nove estados responderem que não sabiam separar os dados de outras ocorrências, enquanto dois estados não explicaram o motivo (*JORNAL NACIONAL*, 2020)¹⁴.

Em João Pessoa na Paraíba, cidade em que está inserido o campo empírico desta pesquisa, a Polícia Civil divulgou dados da Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa (DECHRAI) em relação às práticas de LGBTQIAfobia. Em 2019, foram concluídas mais de 100 investigações, sendo 88 com indícios de crimes, que foram encaminhadas para a Justiça. De acordo com o órgão, os casos que foram denunciados são referentes a crimes de injúria, ameaça, difamação e lesão corporal a pessoas LGBTQIA+ (*POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA*, 2020)¹⁵.

Diante disso, como as informações sobre essas práticas são escassas, se faz necessário compreender como os sujeitos LGBTQIA+ buscam se informar perante uma realidade ainda silenciada no estado da Paraíba.

¹² Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹³ O *ranking* é realizado por meio da consulta que os usuários fazem a partir de uma determinada palavra. Dessa procura o Google produz o índice de interesse, que é basicamente, a denominação dada para a medição que vai de uma escala de 0 até 100. Disponível em: https://trends.google.com.br/trends/story/US_cu_Ve1OCmsBAABwZM_en Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/19/levantamento-mostra-subnotificacao-de-casos-de-homofobia-e-transfobia.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁵ Disponível em: <https://policiacivil.pb.gov.br/noticias/policia-civil-conclui-mais-de-100-investigacoes-de-lgbtifobia-em-jp> Acesso em: 16 abr. 2021.

3.5 O CAMPO DA CI E OS ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Como a Ciência da Informação tem como objeto a informação, sendo esta um elemento indispensável no processo de construção do conhecimento, pois está presente nos fenômenos sociais (KOBASHI; TÁLAMO, 2003), compreender como estão se desenvolvendo a produção científica a respeito dos estudos sobre a população LGBTQIA+ é de suma importância para a construção de um conhecimento com mais inclusão, principalmente dessas pessoas que foram e são postas à margem na sociedade por muito tempo. Além de que a “falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a discriminação, a aversão e a negação do que é diferente” (SANTOS, 2020, p. 84).

De acordo com Silva (2019) a produção científica no campo da Ciência da Informação a respeito desses estudos vem gradativamente se ampliando na última década, principalmente, nos últimos anos. O autor coletou produções registradas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) no período de 1972 a 2019 através da busca pelo termo “LGBT”, recuperando 21 trabalhos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais na época.

Em seguida, Silva (2019) categorizou os estudos recuperados a partir dos resumos, resultados e objetivo geral. A primeira categoria diz respeito aos trabalhos que buscaram **analisar ou descrever a produção e/ou acervos** sobre gênero, diversidade sexual e/ou pessoas LGBTQIA+. Já a segunda categoria refere-se aos estudos que tratam da **história e memória da população LGBTQIA+**, relatando as vivências e os movimentos sociais. Por sua vez, a terceira categoria apresentam estudos de **análises de sites**, páginas direcionadas a essa população e comparação de páginas que visam o combate às *fake news*. Por fim, a última categoria está relacionada aos estudos de **usuários/as LGBTQIA+** a partir dos conceitos de mediação cultural e da informação, comportamento informacional e práticas informacionais.

Considerando essa categorização o presente estudo está relacionado com a categoria 4, já que analisamos como as práticas informacionais constituídas no Espaço LGBT de João Pessoa têm contribuído no processo de resiliência informacional diante a homofobia.

Santos, Targino e Freire (2017) também apresentam resultados da produção científica sobre a diversidade sexual e a população LGBTQIA+ na BRAPCI no período de 1972 a 2016, utilizando como termos de busca “sexualidade”, “diversidade sexual”, “LGBT” e “GLS”. Foram recuperados 16 artigos, logo após analisaram a linha editorial da revista, as informações contidas nas biografias dos autores e as palavras-chave dos artigos. Deste levantamento, apontaram que a produção científica sobre a temática da diversidade sexual era quase

inexistente no campo da CI, sendo encontrado apenas um artigo, enquanto os outros pertenciam às áreas da Educação, Comunicação e Saúde.

Corroborando com o estudo supracitado, Santos (2020) atualiza os dados no período de 2016 a 2019 e ressalta que há um aumento da temática na Ciência da Informação. Foram recuperados 23 artigos nacionais sobre a diversidade sexual na CI, que abordam diversas temáticas, tais como: organização da informação e pessoas transgêneros, fontes de informação sobre diversidade sexual, informação em espaços LGBTQIA+, etc.

Sendo assim, percebemos que nos últimos anos os estudos sobre as pessoas LGBTQIA+ estão crescendo na CI, tornando a área um espaço informacional para que essa população problematize as barreiras informacionais e de acesso a informações relevantes (SILVA, 2019; SANTOS, 2020).

Calixto, Cortês e Soares (2016) ressaltam a partir de um levantamento na BRAPCI no período de 1972 a 2015 que os estudos sobre a LGBTQIAfobia no campo da CI eram praticamente inexistentes “no total de 8.303 textos publicados em 38 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área da CI, foi identificado, apenas um trabalho sobre homofobia” (CALIXTO; CORTÊS; SOARES, 2016, p. 84). Assim, considerando o período realizado pelos pesquisadores, fizemos uma atualização dos dados para o período de 2010 até dezembro de 2021 com os seguintes termos “LGBTQIAfobia”, “LGBTIfobia”, “LGBTfobia” e “homofobia”, pois o trabalho encontrado na pesquisa dos autores foi de 2008 e os termos iniciais são recentes na literatura, visando compreender a evolução sobre a LGBTQIAfobia.

A BRAPCI, atualmente, possui 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos no campo, destes foram recuperados 17 trabalhos, conforme Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Produções recuperadas sobre a LGBTQIAfobia

	Referências dos trabalhos recuperados na BRAPCI	Palavras-chave
1	AUAD, D. U.; LAHNI, C. R. L. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do <i>slogan</i> ao apetite da democracia. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura , v. 15, p. 117-130, 2013.	Direito à Comunicação. Diversidade, Cidadania. Relações de Gênero. Lesbianidades.
2	GREEN, J. N. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. Acervo - Revista do Arquivo Nacional , v. 27, n. 1, p. 53-82, 2014.	Resistência à ditadura no Brasil. Movimento LGBT. Homofobia. Esquerda brasileira.
3	CALIXTO, A. A.; CORTÊS, G. R.; SOARES, G. S. Rompendo o silêncio: a informação no Espaço LGBT do estado da Paraíba. Archeion	Arquivologia, Informação e

	Online, v. 4, n. 2, p. 83-105, 2016.	Discriminação. Homofobia. Espaço LGBT – Paraíba.
4	CORTES, G. R.; SILVA, L. F.; SILVA, L. K. R.; SOARES, G. S. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no Espaço LGBT. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB), 2017. Marília-SP. Anais [...] Marília-SP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/616 . Acesso em: 06 mar. 2022.	Mediação da Informação. Violência contra Travestis e Transexuais. Profissional da Informação. LGBTs. Relações de Gênero.
5	BISSOLI, B. S.; COVELLO, L. G.; PISSELI, B. I.; SANTOS, R. A. D. Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro *. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação , v. 8 No. 2, n. 2, 2018.	Tesauro. Identidade de gênero. Diversidade sexual.
6	SAMPAIO, D. B.; LIMA, I. F.; OLIVEIRA, H. P. C. Estratégias <i>fact-checking</i> no combate à <i>fake news</i> : análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB), 2018. Londrina-PR. Anais [...] Londrina-PR, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/132 . Acesso em: 05 mar. 2022.	<i>Fact-checking</i> . Homofobia. <i>Fake News</i> . Pós-verdade. LGBT.
7	SILVA, L. F. da; CORTÊS, G. R. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB), 2018. Londrina-PR. Anais [...] Londrina-PR, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1478/1554 . Acesso em: 05 mar. 2022.	Práticas Informacionais. LGBTs. Relações de Gênero. Informação. Interseccionalidade.
8	CARVALHO, C. A.; AZEVÊDO, J. H. P. Do AZT à prEP e à PEP: AIDS, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde , v. 13, n. 2, 2019.	Movimento LGBTI. HIV. Aids. Jornalismo. LGBTIfobia. Visibilidades.
9	DALMOLIN, A. R.; CASTILHO, M. M.; FELICIANI, M. Z. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no <i>twitter</i> de Marco Feliciano. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde , v. 13, n. 2, 2019.	Mídia e religião. Mídias sociais. Marco Feliciano. <i>Twitter</i> . Sexualidade. LGBT. Ódio biopolítico.
10	GOMES, E. Um corpo que fala: o protagonismo das mulheres negras na capoeira de Angola. Revista Folha de Rosto , v. 5 n. Especial, n. Especial, p. 81-87, 2019.	Narrativas do corpo. Mulheres negras na capoeira Angola. Mídia e cultura.
11	MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio lgbtfóbicos. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e	Crime de ódio; LGBT; LGBTfobia; Necropolítica;

	Inovação em Saúde , v. 13, n. 2, 2019.	Bolsonaro.
12	SANTOS, A. P. D.; MIRANDA, C. M. Narrativas em disputa: a proibição da discussão de gênero na educação. Comunicação & Informação , v. 22, 2019.	Gênero. Mídia. Educação. Jornalismo. Narrativas.
13	POMPEU, S. L. E. Educação corporativa e diversidade por orientação sexual: desafios e possibilidades no ambiente de trabalho. Revista Conhecimento em Ação , v. 5, n. 2, p. 204-232, 2020.	Gestão de pessoas. Educação corporativa. Treinamento. Diversidade. Orientação sexual.
14	PINHEIRO, C. M. P.; SPERB, F.; VALIATI, V. A. D.; LIMA, P. R. S. Nas redes é gol: uma análise sobre homofobia e diversidade de gênero na página grêmio antifascista no <i>facebook</i> . Biblionline , v. 16, n. 2, p. 29-40, 2020.	Futebol. Homofobia. Redes sociais. Gênero.
15	GUIMARÃES, N. P.; SOTERO, R. L.; COLA, J. P.; ANTONIO, S.; GALAVOTE, H. S. Avaliação da implementação da política nacional de saúde integral à população LGBT em um município da região sudeste do Brasil. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde , v. 14, n. 2, 2020.	Enfermagem em saúde comunitária. Minorias sexuais e de gênero. Sexualidade. Políticas públicas. Atenção primária à saúde.
16	ARRUDA, A. M. A.; ARAÚJO, R. F. Travestis e pessoas transexuais na mídia alagoana: análise do discurso em portais <i>online</i> . Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 17, p. 1-20, 2021.	Análise do discurso. Transexualidade. Travesti. LGBTQIA+
17	SILVA, D. W. G.; CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. Discurso lgbtfóbico no ciberespaço do sertão pernambucano: discriminação e resistência. Em Questão , v. 27, n. online, n. 1, p. 403-429, 2021.	Blog. Sertão pernambucano. LGBTfobia. Análise foucaultiana do discurso.

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Como podemos observar, a produção científica sobre os estudos da LGBTQIAfobia é pequena, tendo aumentado gradativamente nos últimos anos. Portanto, destacamos a importância de ampliar os estudos sobre a temática, pois aborda um assunto relevante para as pessoas LGBTQIA+, precisando assim ser disseminado no meio acadêmico.

As publicações encontradas abordam diferentes assuntos, quais sejam: direito à comunicação no intuito de contribuir com a construção de políticas igualitárias; reflexões sobre o movimento LGBTQIA+ na busca de direitos civis e na desconstrução de paradigmas enraizados; organização da informação através da elaboração de um microtesauro sobre a população LGBTQIA+; análises de ambiências virtuais (*sites*, *blogs*, página de *facebook* e *twitter*) que abordam a temática acerca dessas pessoas; compreensão da manifestação de crimes de ódio LGBTQIAfóbicos no cenário atual da política brasileira; avaliação da implementação

de política pública na atenção básica de saúde, além de compreender o conhecimento adquirido por profissionais da área acerca da diversidade sexual e da homofobia.

Analisa também valores e cultura; a educação corporativa diante do tema da diversidade por orientação sexual e, por fim, tem estudos sobre os/as usuários/as LGBTQIA+ em espaço informacional especializado nesses sujeitos, traçando seus perfis, além de apresentar aspectos ligados a mediação da informação e práticas informacionais. Além disso, denotamos que a maioria das produções apresenta a “LGBTQIAfobia” como uma das realidades cruéis vivenciadas pelas pessoas LGBTQIA+, que reforça estereótipos e invisibiliza ainda mais essa comunidade.

Importante ressaltar que dentre os estudos apenas um aborda o conceito de práticas informacionais e não encontramos nenhum sobre resiliência informacional. Contudo, observamos que os estudos sobre a população LGBTQIA+ estão gradativamente ocupando espaço na área da Ciência da Informação, possibilitando mais acesso a informações sobre e para essas pessoas.

Assim sendo, entendemos que este estudo contribui com a produção acadêmica sobre a relação dos conceitos de práticas informacionais e resiliência informacional no campo da Ciência da Informação, tendo como foco a população LGBTQIA+ considerando que não encontramos pesquisas na área com esse recorte. Além disso, possui relevância para os estudos de gênero e sexualidade na área da CI. A seção a seguir aborda o conceito de práticas informacionais e resiliência informacional.

4 RESILIÊNCIA INFORMACIONAL

Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar (ANGELA DAVIS).

A partir de estudos sobre a ótica do conceito de resiliência informacional é possível identificar como os sujeitos informacionais perpassam cenários não familiares, se ressignificando e reconstituindo suas práticas por meio da orientação e adaptação diante do contexto de transição informacional vivenciado por eles no processo de transformação social. Assim, para compreendê-lo partimos, inicialmente, do entendimento do conceito de práticas informacionais e em seguida passamos a discuti-lo. Ambos os conceitos são importantes no entendimento da construção de significados e sentidos realizados na experiência individual e coletiva de cada sujeito no contexto que estão inseridos. Desse modo, utilizamos, neste estudo, ambos os conceitos para compreender as práticas informacionais dos sujeitos LGBTQIA+ que estão imersos no Espaço LGBT Pedrinho e, conseqüentemente, o processo de resiliência informacional diante a homofobia.

4.1 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

O conceito de práticas informacionais surge no campo de Estudos de Usuários/as da Ciência da Informação como alternativa para o termo “comportamento informacional” e está vinculado a abordagem sociocultural, pois busca compreender como o sujeito age na sociedade e como sua ação interfere na construção de significados e/ou sentidos no tempo, lugar e contextos distintos.

A perspectiva das práticas informacionais vem se constituindo na literatura em contextos em que as interações entre sujeitos e informação são construídas coletiva, social e continuamente, e não de modo meramente cumulativo (ARAÚJO, 2013; ROCHA; PAULA, 2019), assim o “contexto é considerado como um elemento constitutivo das ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, por elas constituído a partir de uma relação dialógica. O individual e o social também são considerados como interdependentes” (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017, p. 28).

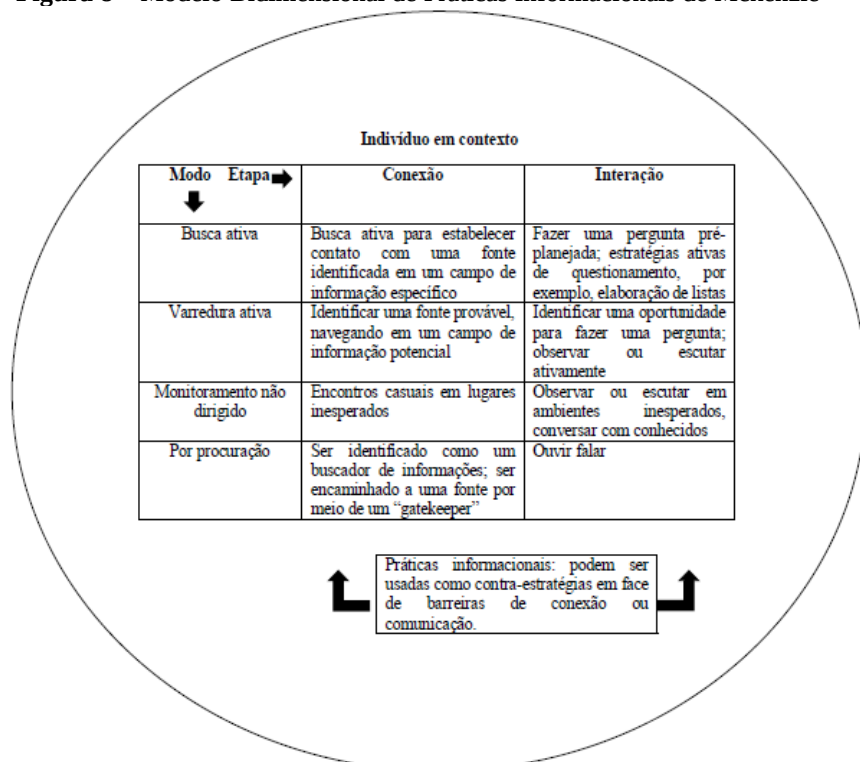
Savolainen (2007) foi o pioneiro a propor a substituição do termo “comportamento informacional” por “práticas informacionais”, pois considerava mais adequado para analisar o indivíduo por meio das relações com outros indivíduos num contexto específico de busca, uso

e compartilhamento da informação. Portanto, “as práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais” (BERTI; ARAÚJO, 2017, p. 395).

Pamela Mckenzie (2003) também propôs a adoção do termo “práticas informacionais” em substituição aos termos “busca de informação” ou “comportamento informacional” por considerá-lo adequado em estudos sobre os sujeitos e os contextos informacionais que estão inseridos. Segundo a autora, os modelos de comportamento informacional eram limitados por três motivos. Em primeiro lugar, esses modelos se concentravam na busca ativa de informações, negligenciando as práticas menos direcionadas. Em segundo, tais modelos se originaram de estudos acadêmicos e/ou profissionais, sendo necessários para descrever as pesquisas sistemáticas de informações nesses ambientes, mas não possibilitavam uma compreensão holística das distintas formas de comportamentos de informação dos indivíduos na vida cotidiana. Em terceiro lugar, esses modelos levam em consideração os processos cognitivos individuais e não coletivos nas interações sociais.

Mckenzie (2003) através do seu estudo realizado com mulheres grávidas de gêmeos em que investigou as suas necessidades de informação, as práticas informacionais e as fontes de informação usadas mediante o contexto em que essas mulheres estavam inseridas, elaborou o Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais (Figura 8).

Figura 8 – Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais de Mckenzie



Fonte: Mckenzie (2003, tradução nossa).

No modelo são descritos quatro modos de busca de informação: busca ativa (*active seeking*), a varredura ativa (*active scanning*), o monitoramento não dirigido (*non-directed monitoring*) e a busca por procuração (*by proxy*). Além disso, o modelo é composto por duas fases de busca: a conexão (*connecting*) e a interação (*interacting*).

A autora ressalta que a busca ativa é a etapa com mais direcionamento para as práticas informacionais, na qual ocorre a busca específica em fontes previamente identificadas e com perguntas pré-planejadas. Já a varredura ativa envolve práticas como a navegação semi-dirigida ou varredura em locais prováveis, a observação sistemática, a identificação de oportunidades de realizar perguntas, a escuta ativa de conversas, reconhecimento de campo informacional provável ou fonte específica útil. Em relação ao monitoramento não dirigido é onde ocorre *serendipity* termo para designar a possibilidade do acesso a informações essenciais encontradas por acaso ou inesperadas. Por sua vez, a busca por procuração diz respeito à interação e o contato do sujeito com fontes de informação através de intermediário. Na etapa de conexão ocorre a identificação da fonte e o contato é estabelecido. Por fim, na etapa de interação, o sujeito informacional interage com a fonte selecionada.

Outra contribuição para o entendimento do conceito de práticas informacionais é realizada por Lloyd (2010). A autora ressalta que a adoção do termo se deu como alternativa para o conceito de comportamento informacional para entender a natureza intersubjetiva, as interações e a produção coletiva do conhecimento. Mas, “o foco no coletivo não exclui a subjetividade dos indivíduos que o constituem” (ROCHA; PAULA, 2019, p. 6).

Sendo assim questões que se relacionam a investigar o que motiva as ações dos sujeitos quanto ao ato de busca, acesso e uso da informação são melhor esclarecidas a partir dos fundamentos teóricos das práticas informacionais. Não se limitando a responder somente ‘o que buscam’, ‘como buscam’ ou o quanto ‘buscam’, por exemplo, determinada informação. Podem responder, desvelado o véu do senso-comum, questões que envolvem o ‘porquê’ procuram, o ‘porquê’ acessam de tal forma e não de outra (SILVA, 2019, p. 48).

Desse modo, o conceito de práticas informacionais é empregado nesta pesquisa devido à necessidade de analisar a influência das práticas sociais de acesso à informação, no contexto social das pessoas LGBTQIA+ e sua relação com a promoção da resiliência informacional no momento de incerteza e adversidades por meio da LGBTQIAfobia e demais questões associadas ao entendimento da sua identidade de gênero e orientação sexual que são divergentes do modelo heteronormativo, bem como verificar como essas pessoas buscam, selecionam,

entendem, usam e ressignificam essas informações e o papel do Espaço LGBT Pedrinho durante esse processo.

4.2 O CONCEITO DE RESILIÊNCIA INFORMACIONAL

O conceito de resiliência informacional é introduzido no campo da Ciência da Informação por Annemaree Lloyd (2014; 2015) a partir de estudos sobre informação da saúde no contexto de transição dos refugiados, a pesquisadora também se dedica aos estudos das práticas informacionais e letramento informacional.

O conceito de resiliência informacional no contexto do estudo da autora refere-se aos processos de conexões com novos ambientes informacionais, em que os sujeitos experimentam cenários de incerteza que rompem com suas bases informacionais de conhecimento, analisando quais meios utilizaram na busca de informações e para tomar decisões na realidade vivenciada. A metodologia adotada foi um estudo qualitativo, na coleta e análise dos dados foi empregada a teoria fundamentada, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 participantes, a maioria de origem africana, transcritas por profissionais com experiência em sotaques complexos e verificadas pelos pesquisadores que comprovaram as transcrições (LLOYD, 2014).

As práticas informacionais dos sujeitos na transição informacional de uma ambiência familiar para uma não familiar enfrentam barreiras sociais, pessoais e estruturais, que dificultam a conexão e interação com as fontes de informação e implicam no aumento das incertezas. Contudo, a experiência desses sujeitos nesse novo ambiente informacional desenvolve o processo de resiliência informacional que é caracterizado pela autora em três etapas: *orientação*, *ajustamento* e *ressignificação*. Além de explicar a relação das práticas informacionais com a construção da resiliência (LLOYD, 2014). Essas etapas também vão auxiliar no entendimento da construção da resiliência informacional dos sujeitos com o ambiente informacional deste estudo.

A *orientação* refere-se à experiência física, oral e visual dos indivíduos com as fontes de informações, reduzindo o estresse diante do novo ambiente informacional ou mediante um grande volume de informações. Nessa fase, o papel dos mediadores é reconhecido, pois orientam na escolha de fontes de informação relevantes. Em relação ao *ajustamento* consiste na modificação dos métodos de conhecimentos, habilidades e estratégias informacionais anteriores com a finalidade de se adequar ao novo ambiente informacional. Por sua vez, a *ressignificação* consiste na orientação e ajustamento em reformular os conhecimentos anteriores e o contato

com as novas fontes informacionais na busca de novos sentidos para o contexto vivenciado (LLOYD, 2014).

Ambas as etapas são fundamentadas por outros três elementos: construção do cenário, espaços informacionais e agrupamento de informações. Na construção do cenário, os sujeitos se conectam com as fontes de informação e métodos de conhecimento relevantes à sua situação particular. Por sua vez, os espaços informacionais referem-se aos locais em que os indivíduos procuram informações para verificá-las e confirmá-las. O último elemento diz respeito às estratégias informacionais de enfrentamento coletivo, buscando enfrentar as barreiras informacionais que limitam os sujeitos na tomada de decisão (LLOYD, 2014).

Sendo assim, a resiliência informacional refere-se às práticas informacionais que orientam a capacidade dos sujeitos de se adaptarem e se transformarem em cenários não familiares a partir das estratégias informacionais criadas. Desse modo, frente às incertezas e adversidades, os sujeitos passam a acessar e usar as informações desenvolvendo a capacidade e habilidade de se adaptarem diante da transição informacional de um ambiente familiar para um não familiar compartilhando informações que geram compreensão e significados compartilhados reconstruindo os cenários informacionais que estão inseridos (LLOYD, 2015). Portanto,

Em tempos de desinformação e incertezas a resiliência informacional abrange a capacidade de se orientar dentro de uma ambiência informacional não familiar, de se adaptar/ajustar a seu *modus operandi* e, conjuntamente de ressignificar as disposições informacionais cristalizadas, visando construir uma nova compreensão de informação e de mundo (BRASILEIRO, 2019, p. 15).

Dessa maneira, o conceito consiste na capacidade individual e coletiva do sujeito, após rupturas em suas bases de informações, em reagir, se adaptar e se transformar diante do estado de incerteza informacional (BRASILEIRO, 2019). Conforme o autor

Uma incerteza pode ser considerada como um estado da experiência humana, situado nas interações sociais da vida cotidiana, que envolve dúvidas, ambiguidades e tensões emocionais frente aos objetivos informacionais. Estes, por sua vez, se relacionam com atividades diversas, tais como a aprendizagem sobre um tema, a representação de um papel social, a superação de uma experiência traumática, o enfrentamento de uma doença, a transição entre ambientes, dentre outras. No cotidiano, portanto, as pessoas buscam gerenciar este estado para que, positivamente, possam seguir em frente (BRASILEIRO, 2019, p. 25).

Sendo assim, os sujeitos que estão imersos nos dilemas informacionais contemporâneos têm a capacidade de interagir, buscar e usar informações, deve ser visto como um indicador de resiliência, já que criam estratégias informacionais diante das ambiências informacionais desconhecidas.

Os estudos sobre o conceito de resiliência informacional no Brasil no campo Ciência da Informação ainda são poucos. Em 2017, Fellipe Sá Brasileiro se tornou o primeiro pesquisador, na área, a discutir sobre a resiliência informacional em sua tese intitulada “Resiliência Informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais”, na qual buscou explicar como se estrutura o processo de resiliência informacional no contexto das práticas colaborativas mediadas pelos espaços virtuais através de um modelo. O estudo foi realizado com um grupo de mulheres primíparas, utilizando como espaço virtual, o *whatsapp* “como uma estratégia informacional destinada ao enfrentamento coletivo das incertezas que emergem no contexto vivenciado” (BRASILEIRO, 2017, p. 7). Como método de análise de dados utilizou o Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados demonstraram que “as práticas colaborativas mediadas pelos espaços virtuais são efetivamente agenciadas, negociadas e coordenadas a partir do momento em que os participantes passam a experimentar uma consciência coletiva” (BRASILEIRO, 2017, p. 7), possibilitando a construção da resiliência informacional e o desenvolvimento de competências informacionais no processo de transição informacional. Além disso, o modelo proposto na pesquisa “pode se configurar como um recurso metodológico para os estudos de competências, práticas informacionais e políticas de informação assentados em contextos de vida significativos/pessoais/de saúde” (BRASILEIRO, 2017, p. 7). Em suma, o estudo evidencia como os sujeitos informacionais experimentaram rupturas em suas bases de informações desenvolvendo estratégias informacionais diante o contexto que estavam imersos.

Em 2019, Paullini Mariele da Silva Rocha trabalhou o conceito em sua dissertação denominada “Resiliência informacional no contexto da microcefalia: o papel das práticas informacionais no ambiente digital” visando compreender se e como o ambiente digital interfere na construção da resiliência informacional de mulheres com filhos/as com microcefalia, causada por Zika vírus. Para isso, direcionou o estudo para o Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiências (CRMIPD) de João Pessoa, utilizando como método de análise dos dados a análise de conteúdo. Os resultados revelaram que as práticas informacionais constituídas pelas mulheres, com crianças diagnosticadas com microcefalia em espaços virtuais, bem como pelo intermédio de agentes informacionais possibilitaram a promoção da resiliência informacional, pois serviram como suporte e

conhecimento para enfrentarem a realidade que estavam inseridas, desenvolvendo também aprendizado mútuo entre as mulheres. Portanto, a pesquisa realizada pela autora demonstra como o processo de resiliência informacional é de suma importância para entender como os sujeitos em contexto de incerteza informacional conseguem desenvolver estratégias informacionais na construção de novos sentidos para a realidade vivenciada.

Outra pesquisa sobre o conceito de resiliência informacional foi realizada em 2020, pelo Fellipe Sá Brasileiro, no artigo “Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional”, o autor discutiu sobre o conceito a fim de desenvolver uma relação entre emoções e redes colaborativas em contextos de ruptura do cenário de informação. Para tanto, fez uma análise conceitual em estudos sobre o conceito na área. Os resultados demonstraram “que as emoções determinam as redes colaborativas e a transição frente às incertezas informacionais” (BRASILEIRO, 2020, p. 1), como também “[...] a perspectiva das emoções pode auxiliar a análise dos processos coletivos de enfrentamento, transição e autonomia informacional em contextos de ruptura dos cenários de informação, como o da infodemia sanitária digital gerada pela COVID-19” (BRASILEIRO, 2020, p. 1). A partir desse estudo, percebe-se como o conceito de resiliência informacional pode se relacionar com diferentes categorias para o entendimento dos desafios informacionais que são proporcionados por cenários de vulnerabilidades dos sujeitos frente à informação.

No que diz respeito ao contexto deste estudo, a LGBTQIAfobia, as pessoas LGBTQIA+ antes de expressarem sua identidade de gênero ou orientação sexual no cotidiano estão imersas em informações que colocam como legítimo a heteronormatividade, fazendo assim se questionarem se realmente são dignas de viver em sociedade, já que são vistas como abjetas, logo enfrentam barreiras estruturais e pessoais que põem em risco suas vidas. Contudo, as interações e conexões dessa população ao longo do tempo permitiu que surgissem espaços informacionais que lutam pelos direitos fundamentais e o fim da violência contra essas pessoas, como é o caso do campo empírico desta pesquisa.

Dessa forma, acreditamos que as práticas informacionais desenvolvidas pelos sujeitos que frequentam o Espaço LGBT de João Pessoa devem ser eficazes na promoção da resiliência informacional da população LGBTQIA+, pois o processo de transição informacional dessas pessoas no contexto da LGBTQIAfobia envolve algumas peculiaridades quanto ao acesso de informações. Compreender este processo de transição e suas dinâmicas na perspectiva do conceito de resiliência informacional poderá contribuir no enfrentamento às violências e proporcionar informações relevantes para essa comunidade.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é (CAETANO VELOSO).

Inicialmente, os resultados que iremos apresentar, nesta seção, se referem ao perfil dos sujeitos participantes da pesquisa construído a partir de questionários sociodemográficos aplicados conjuntamente com as entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados podem ser observados no Quadro 3 a seguir. No que se refere a identidade de gênero dos sujeitos da pesquisa todos afirmaram que são cisgênero, portanto, se comportam a partir do sexo biológico. Em relação a orientação sexual são homossexuais masculinos, conhecido popularmente pela identidade LGBTQIA+, *gay*, demonstrando assim o direcionamento desta pesquisa para essa população.

Quadro 3 – Caracterização do perfil dos entrevistados

Entrevistados	Identidade de gênero e sexual	Idade	Caracterização étnico-racial	Escolaridade	Profissão/Ocupação	Estado Civil	Renda Mensal
E 01	Masculino e Gay	24	Pardo	Ensino Superior	Comunicador	Solteiro	De 1 a 3 salários mínimos
E 02	Masculino e Homossexual	41	Pardo	Ensino Superior	Assistente Social e Professor	Casado	De 1 a 3 salários mínimos
E 03	Masculino e Gay	46	Branco	Ensino Superior	Psicólogo	Solteiro	De 1 a 3 salários mínimos
E 04	Cisgênero e Gay	29	Branco	Ensino Superior	Advogado	Solteiro	De 1 a 3 salários mínimos

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Dentre os entrevistados, apenas um está cursando o ensino superior, enquanto os outros já são formados, atuando em diferentes profissões. Notamos, que esses participantes possuem nível de escolaridade em comum. Além disso, os indivíduos possuem conhecimento sobre a população LGBTQIA+ e seu cotidiano, o que facilitou a aplicação dos questionários e as entrevistas semiestruturadas no que tange aos conceitos que permeiam as temáticas de gênero e sexualidade.

A faixa etária dos participantes varia entre 24 a 46 anos, o que se caracteriza como uma diversidade de experiências únicas de informação e conhecimento a partir de suas vivências (BRASILEIRO, 2017). Os sujeitos da pesquisa se declararam como pardos e brancos

e a maioria são solteiros sendo apenas um casado, tendo renda mensal de 1 a 3 salários mínimos, demarcando assim seu espaço na sociedade. Desse modo, a procura e as incertezas diante das informações sobre a vivência LGBTQIA+ para os sujeitos participantes se apresentam com diferentes sentidos e significados.

A seguir, os resultados das entrevistas semiestruturadas são apresentados e analisados pelo método do Discurso do Sujeito Coletivo. Para isso, dividimos as perguntas em eixos temáticos que abrangem desde o processo do sujeito se afirmar pela identidade de gênero e/ou orientação sexual até a construção da resiliência informacional no contexto da homofobia.

5.1 DESAFIOS INFORMACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS DA VIVÊNCIA HOMOSSEXUAL MASCULINA

Nesta subseção são apresentadas e analisadas as perguntas que se referem ao primeiro eixo temático que visa compreender o processo de reconhecimento dos sujeitos pela sua orientação sexual e os desafios informacionais que surgiram durante esse processo¹⁶.

5.1.1 Resultados e análise da pergunta 1

Com o objetivo de entender como os sujeitos participantes da pesquisa se afirmam e se expressam diante da sociedade heteronormativa no que se refere a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, a pergunta 1 do roteiro de entrevista – “Como você se vê e se define?”, apresentou os seguintes resultados (Tabela 1):

Tabela 1 – Percepções dos entrevistados sobre si

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Identificação com sua orientação sexual	3	50
B: Reconhecimento das oportunidades	2	33,33
C: Sentimento de liberdade	1	16,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Identificação com sua orientação sexual

Eu me vejo como um homem *gay*, dessa forma que me vejo [...] Eu sou muito tranquilo com a minha situação, sou muito bem resolvido, de boa.

¹⁶ A apresentação das análises das perguntas foi realizada a partir da síntese do conjunto de respostas dos participantes que fazem menções a cada categoria.

Os participantes se afirmam e se expressam pela homossexualidade masculina, demonstrando como ao passar dos anos, há mais confiança de se identificar pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, possivelmente, seja pelo contato com espaços e amigos que proporcionam vivências LGBTQIA+.

A afirmação realizada pelos entrevistados demonstra a ocupação de seu lugar social, já que esse processo de se reconhecer pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual para muitos é algo difícil, pois como salienta Butler (2003) quanto mais distante da normatividade, o sujeito passa a ser não reconhecido na sociedade, se tornando abjeto, como consequência, sofre com as práticas homofóbicas. No entanto, tal afirmação representa para esses sujeitos uma experiência de vida escolhida e reivindicada.

B: Reconhecimento das oportunidades

Eu me defino como alguém que conseguiu estudar e trabalhar.

Os participantes relatam que são indivíduos que tiveram oportunidades, possivelmente, seja por serem pessoas que ainda estão próximo a normatividade, já que são *gays*, o que nem é sempre assim quando se trata das pessoas LGBTQIA+, pois uma de suas realidades é a exclusão da família, já que não são o esperado pelo modelo heteronormativo, passando a viver nas ruas. Dentre esses sujeitos, as pessoas trans são as que mais sofrem, já que apresentam em seus corpos uma transição de gênero mais visível, isto é, outra concepção de mundo, sem ser o da heteronormatividade.

Portanto, esse reconhecimento implica em mais acesso à informação e poder aquisitivo para esses indivíduos, tornando-os mais inclusos na sociedade. Por outro lado, visibiliza como as pessoas LGBTQIA+ ainda estão à mercê do modelo heteronormativo, além de que mesmo sendo direitos fundamentais, são poucos que usufruem.

C: Sentimento de liberdade

Eu me vejo hoje como uma pessoa livre.

Conforme os participantes, entender sua orientação sexual é se sentir livre, pois passam a compreender quem é, entende que tudo que está acontecendo é um processo compartilhado por diferentes pessoas que pensam semelhantes a si no que diz respeito aos sentimentos afetivos

e sexuais por alguém do mesmo gênero e de certo modo saber que não é algo individual se torna libertador.

Os indivíduos LGBTQIA+, no processo de se afirmar pela identidade de gênero e/ou orientação sexual enfrentam preconceito, discriminação e violência, sendo aprisionados nos padrões heteronormativos e sair dessa concepção de realidade pode demorar muito tempo, por isso a importância de espaços informacionais direcionados para esta população. Todavia, quando passam a se compreender, desconstroem esses olhares e começam a viver de acordo com a identidade de gênero e/ou sexual que se identifica, a qual foi negada por muito tempo. Neste estudo, se entender como *gay* é ser uma pessoa livre.

5.1.2 Resultados e análise da pergunta 2

Com o objetivo de saber, como foi o processo de reconhecimento dos entrevistados pela sua orientação sexual, a pergunta 2 do roteiro de entrevista – “Como foi para você o processo de se reconhecer e/ou se expressar pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual? Você conhece outra pessoa que passou por isso? Como foi o processo para ela?”, mostrou os seguintes resultados (Tabelas 2 a 8, respectivamente):

5.1.2.1 Processo de se reconhecer pela orientação sexual

Tabela 2 – Processo de reconhecimento pela orientação sexual

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Percepções sobre a sexualidade desde a infância com reconhecimento na fase adulta	1	16,67
B: Religião	3	50
C: Liberdade	1	16,67
D: Homofobia internalizada	1	16,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Percepções sobre a sexualidade desde a infância com reconhecimento na fase adulta

Assim, desde pequeno [...] eu já tinha notado algumas coisas diferentes dos meus amigos, de pessoas que estavam em minha escola, que estudavam na minha turma e [...] quando eu decidi que [...] aquele meu sentimento, aquela coisa que acontecia em mim, eu deveria externalizar, que eu deveria, sabe... tipo... enfim... que eu não precisaria mais me retrair, acho que isso aconteceu por volta de meus 20 anos. E aí, eu acho que foi nesse processo desde a infância, eu já entendia, já via algumas nuances, algumas coisas minhas, de desejos em forma geral. Aí de fato, eu fui me reconhecendo, isso na minha

adolescência e na fase adulta quando de fato, entendi e me reconheci, por fim, assim como eu sou hoje.

Os participantes demonstram que o processo de se entender pela sua orientação sexual iniciou na infância, mas o reconhecimento foi na fase adulta, possivelmente, foi devido ao acesso à informação sobre sua realidade e por estarem em ambientes com outros sujeitos LGBTQIA+, entendendo que não são anormais, portanto, não estão sozinhos, existem outros que pensam semelhantes.

O reconhecimento na infância e na adolescência desse processo ainda é mais complicado, pois os indivíduos estão imersos na concepção da estrutura binária de gênero (BUTLER, 2003), na qual o ceio familiar impõe o ser homem e ser mulher pela heteronormatividade. Assim, com o receio da não aceitação, expulsão e demais preconceitos, encontra na fase adulta a abertura de poder vivenciar quem realmente são.

B: Religião

O processo foi bem complicado, porque a sociedade brasileira é uma sociedade que é fundada no cristianismo, né? E aí a minha família é cristã católica, e aí eu tinha essa dificuldade de reconhecer, até porque o cristianismo diz que práticas homossexuais elas são pecados [...] uma prática incorreta. Aí eu não entendia como é que essa prática que acontecia comigo né, esse desejo. Foi doloroso, foi muito ruim [...] como é pra muita gente, principalmente, por conta da religião, porque antes eu era católico, depois eu me converti mórmon e depois, aí assim foi muito... um processo doloroso porque enquanto eu tava começando a meio que vivenciar mais a minha sexualidade [...] aí eu tava num processo de desapego da religiosidade. Eu vinha de uma crença cristã, eu participava de igreja evangélica, então tinha toda uma crença, do cristianismo.

Os participantes evidenciam que foi um processo doloroso, principalmente por estarem imersos em ambientes religiosos, no qual abordam, em sua maioria, a homossexualidade como pecado. Ainda hoje, esse discurso é utilizado para reforçar estereótipos negativos sobre a população *gay*, culminando para os sujeitos participantes da pesquisa conflitos de pensamentos, já que servia de controle da sexualidade deles.

Louro (2010) ressalta que as instituições sociais, a exemplo da Igreja, fundamentam identidades e padrões hegemônicos, como forma de invisibilizar outras identidades e práticas. Assim, os estigmas e preconceitos criados dificultam a vivência desses outros na sociedade, já que as suas representações divergem do padrão normatizador.

C: Liberdade

Foi muito libertador, acho que se eu soubesse que ia ser tão bom, eu tinha feito há mais tempo.

Ao se reconhecerem como homossexual masculino, os entrevistados salientam o sentimento de liberdade, pois passam a se entender perante a sua sexualidade, compreendem que as práticas que envolvem seu cotidiano fazem parte da vida de outros sujeitos semelhantes, ou seja, não são indivíduos anormais, doentes, pecaminosos, como as instituições sociais fazem com que acreditem durante esse processo de reconhecimento, portanto, se desprendem desses pensamentos que isolavam de si mesmo, direcionando a aceitação.

D: Homofobia internalizada

Não foi fácil, porque eu tinha muita homofobia internalizada.

Outra barreira que os sujeitos mencionam é a homofobia interiorizada, pois cresceram em ambiências em que a heterossexualidade era o padrão, ou seja, não tinha espaço para outras demonstrações de afeto e desejo. Assim, esses sujeitos passaram a se odiar e ter medo de sua homossexualidade.

Entretanto, conforme relato dos participantes, espaços como a terapia e o Espaço LGBT de João Pessoa, por exemplo, possibilitaram que eles se aceitassem e se amassem, como consequência, saíram do cenário de incerteza informacional diante o contexto vivenciado.

5.1.2.2 Ambiente familiar e a informação

Tabela 3 – Ambiente familiar

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Processo doloroso e sem informação	2	50
B: Incompreensão da família	2	50

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Processo doloroso e sem informação

Difícil, eu cresci num ambiente extremamente machista, um ambiente extremamente homofóbico, em que fazer piadas e todas essas coisas que eu não gosto nem de lembrar, que são difíceis de digerir, eram naturalizadas, acho

que isso foi, enfim, eu vim de uma geração, infelizmente que ainda isso era muito presente, talvez hoje, eu enxergo isso um pouco menos, [pois] não havia discussão, isso também não estava presente em novela, isso também num via tantos filmes, que enfim, que poderia gerar alguma discussão sobre isso, mas enfim acabou sendo esse tipo de relação. A minha família na verdade [...] vieram da zona rural do brejo paraibano [...] então, não são pessoas que têm informações [...] A informação que se tinha, que chegava era informação a partir da religião católica, né? Então, aquilo era informação que se chegava pra educar seus filhos e também controlar a sexualidade da família, era baseado num cristianismo católico. Primeiro, porque minha mãe fazia o trabalho de minar tudo, de bloquear que essas coisas chegassem até a nossa casa, só que eu e minha irmã, a gente teve acesso à universidade, então a gente teve acesso a mais informações, então assim, não tinha como minar a gente completamente, não se fala sobre isso, por exemplo, uma vez a gente estava assistindo jornal isso há muitos e muitos anos, o caso daquele rapaz que levou uma lâmpada no rosto, o comentário do meu pai foi “nossa, que absurdo”, aí o comentário da minha mãe foi “ah, as pessoas andam assim desse jeito, chamam atenção”, [já que] a gente não tinha uma coisa, nem discussão legal, era muito escondido e quando essas informações chegavam, era sempre muito assim, depreciando, era uma forma assim de querer mandar um recado pra mim, dizer: olha, tá vendo é muito feio, tá vendo as pessoas passam por isso, se você quiser optar [...] por esse caminho, você vai sofrer por isso.

Com base nos participantes, o processo de se afirmar e se expressar no ambiente familiar, foi bem complicado, pois estavam imersos em ambientes machista e homofóbico, os quais não tinham informações sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+, sendo na maioria das vezes ambientes em que a educação era pautada pela religião.

O ambiente familiar é o primeiro espaço de socialização para os sujeitos LGBTQIA+ e, na maioria das vezes, o discurso enraizado nesse local é predominantemente da heteronormatividade, gerando relações familiares conturbadas, pois as informações são pautadas pela naturalização de um modelo familiar em que há um casal heterossexual e seus filhos (LOURO, 1997), negando outras formas identitárias de ser.

B: Incompreensão da família

Não foi fácil, porque a partir do momento quando eu resolvi, porque eu na época, eu falei, não suportei, disse que eu era *gay*, que eu tinha desejo, afeto sexual por outro cara, foi complicado, né? Porque “a casa caiu” mesmo, aí o que me ajudou foi a terapia. Fiz anos de terapia para poder me aceitar, me compreender também, tudo o que eu vivia, que não era nenhuma doença, que não era nada patológico, que era uma vivência natural como qualquer outra qualquer. Na família, eu contei pra minha mãe, falei pra ela mesmo e não foi legal, ela não aceitou, enfim, falou um monte de bobagem, mas como eu já sabia e entendia e tudo, pra mim aquilo não importou muito não, não teve um menor impacto pra mim e muito pelo contrário me ensinou muito a ser eu mesmo e não contar com ajuda de ninguém. Já com meu pai, abertamente, ele não sabe, eu nunca cheguei pra ele: pai eu sou “viado”, mas acho que ele

subentende e meu pai sempre foi mais tranquilo com tudo, mas eu contei pra minha mãe porque ela já tava me infernizando muito, tava olhando minhas coisas, tava enfim, aí contei pra ela, achei que ia ser o momento que ela ia compreender, mas não, foi negado.

A incompreensão familiar sobre o cotidiano de pessoas LGBTQIA+ é algo comum, pois o modelo heteronormativo é o padrão para muitas famílias, implicando na realidade de muitos sujeitos LGBTQIA+, pois ao descobrir que seu/sua filho/a não se enquadra na norma, se afastam e/ou buscam inseri-lo/a nessa ideia que foi construída sobre os corpos dos indivíduos.

Logo, conforme o DSC, os entrevistados quando contaram sobre a sua orientação sexual, começaram a vivenciar ambientes desconfortáveis e não acolhedores. Alguns conseguiram na terapia uma solução para esse cenário de incerteza e outros tomaram como lição de vida.

5.1.2.3 Ambiente educacional e a informação

Tabela 4 – Ambiente educacional

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Ensino fundamental	4	40
B: Ensino Médio	3	30
C: Ensino Superior	3	30

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Ensino fundamental

No ensino fundamental [...] era uma fase mais difícil porque você tá ali com outras pessoas que estão se desenvolvendo e você se desenvolvendo junto e aquele ambiente era majoritariamente hétero [...] eu lembro que no meu ensino fundamental tinha um ou dois meninos que de fato eram *gays*, inclusive afeminados, e isso era motivo de chacota, infelizmente, por toda turma. Porém, eu já me entendia, já estava em processo de entendimento do que eu era e eu via aquilo e isso já me causava uma revolta. No ensino fundamental, isso não era discutido, era só falando sobre sexualidade, tipo sei lá, algo de ciência, coisas normais, sabe do corpo humano, etc. Mas não sobre gênero e, enfim discutir de fato essas questões. Eu vivenciei na escola desde o ensino fundamental [...] práticas discriminatórias entre os colegas, então existiam sempre a discriminação que você é *gay*, porque fala fino, porque só quer brincar com as meninas, então tinha essas discriminações, esses xingamentos, né? Mas assim, muitas vezes isso acontecia entre os colegas e era uma prática de poder que acontecia entre os meninos. Mas a escola não tratava isso como uma forma de violência, né? Ela fazia de conta que não tava vendo essa prática. Eu acho que o processo mais difícil foi do período da oitava série, porque eu já era um adolescente, me descobrindo, sentindo desejo afetivo e sexual por outros caras e lá assim, porque eu não gostava de jogar futebol, eu

me identificava mais com vôlei, eu fui passando e eu escutava algumas coisinhas e até que um dia um cara veio tirar onda com minha cara e eu bati nele. Eu bati, foi uma baita de uma surra, eu rasguei livros [...] eu fui pra casa super calado na minha e o pai do menino chegou na minha casa com o menino, com os livros todos rasgados, com a farda toda rasgada, aí eu que levei a bronca. O ensino fundamental acho que os primeiros sinais eu tratei logo de meio que abafar ou assim ou sei lá, enfim, de esconder de mim mesmo, fingir e tal, mas assim quando eu fiquei mais velho um pouco, só que aí o que acontece, aí é onde acho que são os rapazes da nossa idade entram meio que cria uma máscara, uma armadura pra que a gente não demonstre o menor indício do que a gente é ou do que a gente gosta. Aí é muito difícil, porque a gente não vive assim, plenamente como a gente deveria viver.

Os participantes relatam que o ensino fundamental foi o período mais complicado no processo de reconhecimento de sua identidade sexual, pois foram ambientes que não se discutia sobre essas questões, sendo relatado que na disciplina de ciência, quando se falava sobre a sexualidade era referente ao corpo humano. Além de que estavam se reconhecendo. Nesse período, os entrevistados mencionaram que o preconceito, a discriminação e a violência eram latentes.

Louro (1997) afirma que no ambiente escolar há um silenciamento em relação a homossexualidade, essa ausência parte-se da garantia da norma, buscando preservar os “bons costumes”, logo “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens *gays* e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p. 68), sem aguentar tais situações alguns encontram na luta corporal a reivindicação de sua presença nesse ambiente.

A ausência de discussões sobre a sexualidade nesse âmbito pode ser entendida como a inserção de um único modelo de identidade sexual a ser seguido, ou seja, o da heterossexualidade. Conforme Louro (2010)

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade ‘normal’ e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher ‘de verdade’ deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a ‘inocência’ e a ‘pureza’ das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam ‘marcados’ como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar. De algum modo são indivíduos

‘corrompidos’ que fazem o contraponto da criança inocente e pura (LOURO, 2010, p. 17).

Sendo assim, os sujeitos LGBTQIA+ passaram a se sentir coagidos no espaço escolar nesta primeira fase, pois eram marcados como abjetos, implicando no silenciamento e incompreensão de suas sexualidades.

B: Ensino médio

No ensino médio, já foi diferente [...] já havia muitas discussões sobre isso sabe? Então, isso meio que só me ajudou a enfrentar mais isso de uma forma mais leve e também não mais naturalizar todas aquelas coisas que aconteciam quando eu era pequeno e enfim de fato enfrentar isso, todas essas questões, [pois] [...] eu tive professores que traziam essas discussões, essas pautas pra gente discutir em sala. No ensino médio, como participava do grupo da igreja católica que era a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que já discutia essas questões da sexualidade, já trazia informações científicas, já conhecia o movimento do Mel. Então, [...] eu consigo já colocar em pauta essa discussão dentro da sala de aula, né? Já questionar a própria educação como esse lugar que gera sofrimento pra essa população, né? No meu caso, pra população *gay* que eu estava participando. Eu acho que comecei a me identificar mesmo mais tarde no final de ensino médio [...] foi assim vivendo clandestinamente, vivendo no sigilo.

Diferente do período anterior, os entrevistados demonstram que no ensino médio, as discussões começaram a ser debatidas em sala de aula, ainda tinha muita invisibilidade, mas já se entendiam pela sua sexualidade e estavam inseridos em outros espaços, onde a pauta LGBTQIA+ era mais presente, facilitando assim o processo de se reconhecer pela sua orientação sexual.

Observamos também como esse processo se torna de certa forma mais fácil perto da fase adulta e como os espaços que discutem sobre o cotidiano da população LGBTQIA+ são importantes na aceitação, os quais traziam informações científicas, fazendo com que eles questionassem a educação que estava sendo passada.

C: Ensino superior

No ensino superior ficou bem mais intenso essas discussões, ficaram bem mais afloradas, principalmente porque hoje, em 2021, isso tá bem mais presente no nosso cotidiano, nas novelas, na mídia né? Essa discussão! Então no ensino superior de fato só facilitou o caminho. Não tinha, eu acho também que pela minha passibilidade, eu acredito que eu fosse um cara que tivesse, fosse mais afetado, sim, e também eu fui sempre de romper, então eu na universidade eu era um cara diferente, andava de calça rasgada, estilo roqueiro, tinha um

cabelão, né? Eu não vivia, eu não me percebia dentro de um gueto, com relação a homossexualidade, então pra mim foi de boa e eu acho também pela minha estrutura, por ser grande. Não, eu era muito ousado quando era na universidade, porque sempre fui avançado em relação a esses temas. Na universidade, eu já comecei a ter os primeiros namoradinhos.

Imersos em informações sobre o cotidiano de pessoas LGBTQIA+, o cenário era outro, não se sentiam a parte da sociedade como anteriormente, agora sabiam das imposições que as instituições sociais colocaram/colocam para invisibilizar suas sexualidades. Assim, começaram a namorar sem medo da repressão advindas da sociedade e estudar sobre a realidade inserida.

Por fim, no ensino superior, o acesso à informação possibilitou para os entrevistados mais conhecimento sobre questões que os permeavam, facilitando o processo de se reconhecer como *gay*.

5.1.2.4 Ambiente de trabalho

Tabela 5 – Ambiente de trabalho

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Ambiente favorável	4	66,67
B: Ambiente desfavorável	2	33,33

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Ambiente favorável

Na minha experiência [...] foram sempre ambientes muito leves assim de forma geral [...] no meu trabalho atual [...] eu acho que só duas pessoas que são héteros. Então, de certa forma isso está mais presente pra gente [...] essas discussões. Na maioria dos trabalhos que eu trabalhei, eu não identificava isso, eu não identificava essas práticas [discriminatórias]. Como trabalho aqui, no Espaço LGBT [...] então não tem questões assim de sofrer homofobia. Então, no ambiente de trabalho já é diferente porque [...] eu trabalho sozinho, quer dizer, trabalhava até ano passado, [atualmente] todos sabem da minha condição sexual e todos assim respeitam numa boa, não tem nenhum problema, não preciso esconder nada.

Os participantes relatam que as experiências de trabalho foram e são favoráveis durante o processo de reconhecimento pela orientação sexual, pois os ambientes, principalmente os atuais, têm presença e pautas LGBTQIA+, se caracterizando, portanto, em espaços acolhedores que práticas discriminatórias não faziam parte de seus cotidianos.

Desse modo, denotamos como tais espaços facilitam para que esses sujeitos estejam mais comprometidos com sua função, possibilitando maior produtividade, pois sabem que sua orientação sexual não será um empecilho para o bom relacionamento na instituição em que trabalha.

B: Ambiente desfavorável

Tinha algumas pessoas que de fato me olhavam, olhavam para meus amigos que também eram *gays* e minhas amigas lésbicas e etc. Sempre algumas pessoas olhavam meio torto, mas nunca, nunca passaram disso, ainda bem! Eu vim mais identificar quando eu fui trabalhar na escola na rede municipal de educação de João Pessoa, né? E aí, eu percebi que essas práticas discriminatórias, elas muitas vezes não tinham, não eram uma prática que vinha dos estudantes, era uma prática que vinha dos próprios colegas profissionais daquela escola, né? Seja da gestão da escola, seja dos outros colegas professores.

Os participantes afirmam também que percebiam um certo incômodo vindo de colegas de trabalhos por serem *gays*, ocasionando em práticas discriminatórias contra eles. Essas situações ocasionavam ambientes de trabalhos desconfortantes, pois estavam sendo analisado não por serem aptos ao trabalho, mas sim, pela orientação sexual, que não tem relação direta com a função que um indivíduo pode ou não exercer em uma instituição.

As experiências vivenciadas por sujeitos *gays* no ambiente de trabalho são marcadas por preconceito, discriminação, estereótipos negativos e estigmas sociais, contribuindo para que os sujeitos escondam sua identidade de gênero e/ou sexual por receio de perder o emprego e não ascender na carreira. Tais fatores implicam também em ambientes menos produtivos e na dificuldade de relacionamento desses sujeitos com os demais (FERREIRA, 2007).

5.1.2.5 Espaço de saúde

Tabela 6 – Espaço de saúde

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Sem problemas	4	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Sem problemas

Assim, eu acho que pra mim exatamente não teve nenhuma, não teve grande diferença [...] eu tive a sorte de realmente encontrar profissionais de saúde que não faziam distinção por eu [ser *gay*]. Eu não, mas principalmente as mulheres transexuais, os homens trans, eles têm relatado pra gente, tem denunciado, né?

A gente recebe muitas denúncias. Eu não, nunca tive problema com relação a questão de ser homossexual [...] vamos dizer assim, eu... não tive problemas, mas porque também não foi a primeira coisa que eu disse assim, que eu me identifiquei, olha sou *gay* e tal.

Os entrevistados descrevem que nunca passaram por problemas no espaço de saúde por serem *gays*, um dos pontos enfatizados, é a proximidade que seus corpos têm da norma, possibilitando que tais práticas não acontecessem, implicando que esses sujeitos se direcionem para esses locais para saber de seu quadro de saúde.

No entanto, enfatizam que as pessoas trans são as que mais sofrem nesses espaços, seja por lidar com profissionais despreparados para atendê-las, seja pelo preconceito que sofrem diariamente por serem os corpos que mais divergem da norma.

5.1.2.6 Direitos civis

Tabela 7 – Direitos civis

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Não tiveram nenhum empecilho	4	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Não tiveram nenhum empecilho

Não, porque assim [...] eu estou, por exemplo, no meu trabalho, é onde as pessoas na sua grande maioria são *gays*. Não, porque assim eu compreendo que tanto pro *gay* como pra lésbica que são pessoas que não romperam o trânsito de gênero, isso é mais tranquilo e pro bissexual, então essas três letrinhas, elas têm um fluido muito tranquilo dentro da sociedade, existe uma discriminação aqui e outra ali, uma discriminação velada, mas eu percebo que isso não é um empecilho, agora as pessoas transexuais, quando elas fazem o trânsito de gênero pro gênero oposto, elas vão ter uma barreira visível, vão ter uma barreira não invisível e vão ter barreiras concretas, onde as pessoas falam, expressam e discriminam, né? Então, tem essas categorias, como eu sou *gay*, então não tive muito essas discriminações, que o *gay* consegue estudar, né? Consegue passar num concurso, consegue entrar nesse grupo. Portanto, até então, não. Assim, eu acho que [...] a minha cor influencia muito [branco] [...] eu consigo circular, mas eu sei que existem pessoas que não vão conseguir circular.

Os participantes relatam que não sofreram nenhum bloqueio em relação aos seus direitos civis na sociedade. Tal fato pode estar vinculado, aos espaços que ocupam, sendo de pessoas LGBTQIA+, proporcionado assim vivências sem discriminação por serem *gays*, por

serem sujeitos que não romperam com o trânsito de gênero ou por outros marcadores sociais, a exemplo da cor da pele, fazendo com que eles circulem livremente.

Por sua vez, citam as pessoas trans que não têm essa facilidade de acesso se comparado a eles, por exemplo, essas pessoas sofrem discriminação por não respeitarem seu nome social, o qual permite que elas se reconheçam e transitem pela sociedade como sujeitos particularizados (FERREIRA; FERREIRA, 2012).

5.1.2.7 O outro e o processo de reconhecimento pela identidade de gênero e/ou sexual

Tabela 8 – O outro e o processo de reconhecimento pela identidade de gênero e/ou sexual

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: (Des)amparo	1	25
B: Corpos transexuais	2	50
C: Vivências de usuários/as do Espaço LGBT de João Pessoa	1	25

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: (Des)amparo

Tiveram alguns amigos que passaram por isso, por situações parecidas da minha [apoio familiar e acesso a informações] e tiveram amigos que passaram por situações bem mais difíceis, de beirar a expulsão de casa e não ter para onde ir e aí essa pessoa teve que de fato se reinventar e ir atrás, sabe a gente ajudava como pode, a gente, enfim, dar o suporte e o apoio que pode.

De acordo com o DSC, temos duas perspectivas sobre o processo de reconhecimento do outro por meio de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Em primeiro lugar, o apoio vindo da família e amigos e o acesso a informações, são fatores primordiais para esse processo.

E, em segundo lugar, o abandono familiar, passando a viver nas ruas e da solidariedade de conhecidos, essa segunda perspectiva se apresenta como a marginalização e brutalização dos corpos dos sujeitos LGBTQIA+ por subverterem os valores sociais criados na sociedade pelo modelo heteronormativo.

B: Corpos transexuais

Então, vamos lá [...] essa questão da discriminação familiar, a gente fez um levantamento aqui, ela é uma discriminação que ela tem um número muito alto [...] então ela começa dentro de casa, né? Só que parece, ou melhor, é

evidente, evidenciado que tanto o *gay*, a lésbica e o bissexual, eles conseguem ficar nesse local familiar, nesse grupo familiar com essas discriminações, mas conseguem estudar, conseguem trabalho e aí vão conseguindo fazer esse equilíbrio, né? Os transexuais, eles são expulsos de casa, eles fizeram mudanças corporais e não são aceitas e aí é um pessoal que não teve acesso à educação, não conseguiu um emprego, vão trabalhar com trabalhos que são precários, que são desqualificados, que não tem registro em carteira, que não tem uma proteção social do INSS e uma parte delas que não estudaram vão trabalhar como profissional do sexo, né? E aí, você tem um alto índice de pessoas transexuais que são assassinadas, porque essa condição de transexual, ela deixa você num local muito vulnerável nessa sociedade, que não aceita essas pessoas, a sociedade é montada para não aceitar essas pessoas. Eu vi uma moça que foi morta, uma menina bem nova, uma travesti, que eu acho que foi morta por policial dentro de um motel, ela tinha saído com ele e tal, mas assim não gera comoção, não dá pena, porque a vida humana dela tem pouco valor, diferente se fosse uma menina ainda que menor de idade, mas que fosse branca, que fosse hétero, entendeu? Aí realmente causaria [...] mas como ela era uma menina negra, travesti e menor de idade [...] [o discurso que se tinha era] ela procurou, tava se arriscando e tal.

Os participantes relatam como as pessoas trans são os corpos que mais sofrem discriminação e violência em contraposição aos *gays*, lésbicas e bissexuais, pois apresentam em seus corpos a transição de gênero mais visível.

Bento afirma que “o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual” (BENTO, 2014, p. 105), essa perspectiva reverbera em diferentes formas de invisibilização para as pessoas transexuais, já que são taxadas como desviantes, precárias e abjetas (BUTLER, 2003). Nesse contexto, encontram na precarização do trabalho contextos para se legitimar e ser dignas de viver.

Sendo assim, o reconhecimento feito pelos entrevistados demonstram como as pautas LGBTQIA+ devem priorizar tais sujeitos, bem como o Estado e a sociedade civil, pois conforme dados apresentados pela Acontece LGBTI+ e GBB (2021), em 2020, foram a população que mais sofreram com as práticas LGBTQIAfóbicas.

C: Vivências de usuários/as do Espaço LGBT de João Pessoa

Dolorosa e interessante, [já] que me ajuda muito a crescer também, porque eu percebo que tem muitos usuários e usuárias que passam por transfobia, por homofobia [...] eu sempre digo a eles que é um ato de muita coragem, porque eu sei que tem sim um tio, ou uma tia ou alguém da família que solta uma piada, tem pessoas *gays* que já tentaram suicídio, sim, por conta da homofobia, seja na escola, seja em casa, seja na empresa e eu proponho trabalhar da melhor forma, de mostrar a essa pessoa que antes de qualquer coisa, a orientação sexual dela, a identidade de gênero dela é uma fatia da personalidade dela e que isso não vai a definir só, não é só isso, tem o resto da pizza.

O DSC demonstra como a transfobia e a homofobia são realidades dos/as usuários/as do Espaço LGBT de João Pessoa, tais vivências servem para fortalecer outras pessoas, como por exemplo, o funcionário do local, o qual passa a mostrar para os sujeitos que frequentam o local que são formados por diferentes marcadores sociais, os quais vão compor a identidade social de cada um, fazendo com que esses indivíduos se compreendam no processo de reconhecimento pela sua identidade de gênero e/ou sexual.

5.1.3 Resultados e análise da pergunta 3

Com o objetivo de verificar os desafios informacionais enfrentados pelos entrevistados sobre o cotidiano dos sujeitos LGBTQIA+, a questão 3 do roteiro de entrevista – “Quais foram as dificuldades que você encontrou ao buscar por informações sobre a homofobia, bem como sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+?” apresentou os seguintes resultados (Tabela 9):

Tabela 9 – Dificuldades ao buscar informações sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Sem dificuldade	1	25
B: Sem discussão sobre o cotidiano dos sujeitos LGBTQIA+ e o movimento LGBTQIA+	1	25
C: Medo da crença religiosa	1	25
D: Sem informações sobre as pessoas LGBTQIA+ sem a perspectiva do modelo heteronormativo	1	25

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Sem dificuldade

Eu acho que nunca tive dificuldade em relação à procura dessas informações.

Os entrevistados afirmam que ao buscar informações sobre a homofobia e/ou sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+ não tiveram dificuldades, acreditamos que por estarem imersos em abundância de informações e espaços informacionais sobre as temáticas LGBTQIA+ no cenário atual, houve facilidade para que esses sujeitos desenvolvessem uma intimidade em estar situado sobre essas informações.

Além disso, isso demonstra que informações sobre essas pessoas estão sendo produzidas e acessadas, possibilitando conexões e interações com as fontes pesquisadas (MCKENZIE, 2003).

B: Sem discussão sobre o cotidiano dos sujeitos LGBTQIA+ e o movimento LGBTQIA+

Na minha adolescência homofobia não se discutia [...] na verdade nem as letrinhas que a gente tem hoje, era GLS [...] então na verdade você tem uma evolução dessas reflexões sobre as questões de sexualidade ligada a população LGBT, naquele período não se discutia homofobia, homofobia só vem a ser discutido pelo movimento [LGBTQIA+].

Os entrevistados descrevem também que na adolescência informações sobre vivências LGBTQIA+ não faziam parte do seu contexto, assim passariam a se desenvolver em ambientes que a realidade era da heteronormatividade, ou seja, não tinham escolhas em se adequar a esse modelo, já que vivenciar outro poderia de certa forma excluí-los, pois, ambientes com falta de informação ou informações errôneas, possibilitam mais preconceito e discriminação para esses indivíduos. Contudo, as informações que tinham acesso eram mínimas, como uma sigla, esta que ao passar dos anos se modificou para contemplar diferentes corpos.

Como os sujeitos LGBTQIA+ tiveram que ocupar diferentes espaços de sociabilidade em busca de sua representatividade na sociedade, o entendimento sobre as questões que permeiam suas vidas foi sendo ampliado e um dos motivos que facilitou, foi o movimento LGBTQIA+. Conforme os entrevistados, a partir dele tem-se mais reflexões sobre a diversidade sexual e formas de invisibilização, como a homofobia. Desse modo, conforme ressalta Silva (2019) o movimento LGBTQIA+ ao longo do tempo tem disseminado informações com intuito de questionar categorias hegemônicas que marginalizam sujeitos fora da norma.

C: Medo da crença religiosa

Tive, porque também era um misto [...] a partir do momento que eu estava me reconhecendo como homem *gay*, [...] vinha o lance muito da crença religiosa [...] que era pecado, que aquilo não era certo, que eu ia pro inferno, que eu não poderia tá nos lugares de mão dada como todo mundo.

Os participantes relatam que tiveram dificuldades, principalmente, pelo medo da crença religiosa que aborda a homossexualidade como pecado, assim infere que tais práticas não são aceitas na sociedade, logo o medo provocado dessa ideia impossibilitou que esses sujeitos buscassem informações sobre seu cotidiano, além de não demonstrarem afetos por pessoas do mesmo gênero em locais públicos.

Portanto, a emoção medo reverbera no entendimento sobre si e a sociedade, fazendo com que os sujeitos sejam retraídos e impedidos de se manifestarem conscientemente e criticamente.

D: Sem informações sobre as pessoas LGBTQIA+ sem a perspectiva do modelo heteronormativo

Sobre a homofobia, sobre pessoas LGBT, eu acho que quando eu tava assim buscando informações mesmo, eu acho que a gente não tinha a riqueza de dados que a gente tem hoje e de acesso à informação assim, mas não uma informação sobre uma perspectiva deles assim, dos héteros, que é uma coisa assim muito dogmatizada.

A fala dos participantes demonstra como os sujeitos ao procurar informações sobre homofobia e/ou pessoas LGBTQIA+ se deparavam com as informações vinda do modelo heteronormativo, neste os corpos dos sujeitos são permeados pelo entendimento, que é visto como norma, da heteronormatividade, que dita a heterossexualidade como natural e legítima (PETRY; MEYER, 2011), consequentemente, a homossexualidade passa a ser vista como anormal.

Contudo, os participantes relatam que, atualmente, ao buscar informações sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+ se deparam com outras perspectivas que divergem desse modelo, algo bastante positivo. Assim, percebemos como os estudos de gênero proporcionados, inicialmente, pelo feminismo, bem como pelo movimento LGBTQIA+ e demais pesquisadores que desenvolvem suas pesquisas com o termo ao longo do tempo, passaram a desconstruir essa realidade que ainda é vista como algo natural.

Podemos inferir que os entrevistados passaram por diversos desafios informacionais na construção de sentidos e significados mediante o reconhecimento da identidade sexual. As instituições sociais que permearam o cotidiano desses sujeitos nesse processo os direcionavam para o modelo heteronormativo, portanto, as informações que circulavam propagavam a heterossexualidade como a única sexualidade possível para eles.

Na passagem da infância para a fase adulta conseguiram acessar informações e se inserir em ambientes LGBTQIA+, possibilitando a construção do entendimento sobre sua sexualidade, os quais se reconhecem e se orgulham de serem *gays* na atualidade e entendem que por não romperem com a transição de gênero sofrem menos preconceitos, discriminações e violências na sociedade, além de conseguirem estudar e trabalhar.

5.2 ESTRATÉGIAS INFORMACIONAIS E O PROCESSO DE RESILIÊNCIA INFORMACIONAL DIANTE DA HOMOFOBIA

Nesta subseção são apresentadas e analisadas as perguntas seguintes que estão relacionadas ao segundo eixo temático, visando compreender as estratégias informacionais e a construção do processo de resiliência informacional diante da realidade vivenciada.

5.2.1 Resultados e análise da pergunta 4

Com o objetivo de entender como os sujeitos participantes da pesquisa se direcionaram para o ambiente informacional entre outros aspectos, a pergunta 4 do roteiro de entrevista – “O que te motivou a se direcionar ao Espaço LGBT? Houve alguma barreira? Quais serviços você utiliza? Após seu contato, quais mudanças você identifica no seu cotidiano? apresentou os seguintes resultados (Tabelas 10 a 13, respectivamente):

5.2.1.1 Contato com o ambiente informacional

Tabela 10 – Motivos para se direcionar ao Espaço LGBT de João Pessoa

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Sentimento de desamparo em se entender pela orientação sexual	1	14,28
B: Interesse em trabalhar com a população LGBTQIA+	1	14,28
C: Violação de direitos LGBTQIA+	1	14,28
D: Espaço de acolhimento de LGBTQIA+	2	28,57
E: Amigos	2	28,57

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Sentimento de desamparo em se entender pela orientação sexual

Principalmente, porque eu me sentia meio que desamparado, sabe tipo de me entender, de entender a situação, de entender quem eu sou de fato, sabe, e aí aqui no [...] no Espaço, foi onde de fato eu encontrei isso [...] através dos atendimentos que aqui são disponibilizados.

Os participantes relataram que o principal motivo de se direcionar para o Espaço LGBT de João Pessoa foi a incompreensão que tinha de se entender, o que causava desconforto, já que o processo de se reconhecer como *gay* ou qualquer outra população LGBTQIA+ é na maioria das vezes complicado, seja por estar em ambientes que lhe discriminam o tempo todo,

falta de informação ou desinformação, por exemplo. Todavia, encontraram no órgão um ambiente em que proporcionou saber quem é, algo positivo.

Portanto, ambientes informacionais como o Espaço LGBT de João Pessoa é de suma importância, pois são espaços que oferecem serviços com profissionais qualificados, que tem acesso a informações e que priorizam que os/as usuários/as se encontrem nesse processo que é doloroso para muitos, mas recompensador. Logo, verificamos que o ambiente informacional se apresenta como um local em que o sujeito busca informações para confirmar suas inquietações, que no caso em questão foi para compreender sua orientação sexual (LLOYD, 2014).

B: Interesse em trabalhar com a população LGBTQIA+

Teve um concurso público, eu me inscrevi, passei [...] eu tinha interesse de trabalhar num serviço desse, eu já estudava sobre a população LGBT [...] eu aproveitei essa oportunidade e vim trabalhar aqui.

O DSC demonstra que o Espaço LGBT de João Pessoa tornou-se um local de interesse para a atuação profissional da população LGBTQIA+, principalmente, para os sujeitos LGBTQIA+ que buscam ajudar sua comunidade. O interesse deve-se também pelo fato desse ambiente abordar questões que permeiam sua vida. Nesse sentido, o órgão se caracteriza também como um campo propício a geração de emprego para as pessoas LGBTQIA+. Atualmente, o local é campo de estágio para algumas áreas que são oferecidas os serviços.

No primeiro momento, esse direcionamento em trabalhar com a população LGBTQIA+ se configura na etapa de orientação, pois os entrevistados buscaram informações relevantes para se entender diante da orientação sexual e disseminar essas informações, visando ajudar outras pessoas LGBTQIA+ no processo de se reconhecer pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por sua vez, ao oferecer seus serviços passaram a modificar os métodos de conhecimentos e habilidades, gerando estratégias informacionais para ajudar os indivíduos LGBTQIA+ no combate as barreiras pessoais e sociais, esse segundo momento se caracteriza na etapa de ajustamento (LLOYD, 2014).

C: Violação de direitos LGBTQIA+

O que me motivou, porque eu percebia que existia tanta violação de direitos para LGBT e, infelizmente, [...] na universidade, as pessoas ainda ver a homossexualidade como uma doença, existe uma fatia de colegas de profissionais que ainda veem como algo que não é legal, que é pecado, que que não era pra ser assim, né? E eu disse: não [...] eu preciso também dar uma

contrapartida e pra mim trabalhar nessa perspectiva, é ajudar pessoas que não tem tanto acesso a nenhum consultório particular, pagar um valor “x” de uma sessão, de dar dignidade e trazer esse atendimento mais humanizado, acolhedor, pra que essa pessoa perceba que a vivência dela, não é uma vivência anormal e, sim, que é uma vivência extremamente legitimada, normal, que ela pode viver, experimentar todas as formas de amor, de afeto.

Como é apresentado no DSC, o Espaço LGBT de João Pessoa passa a ser através dos serviços prestados parte da desconstrução das ideias enraizadas na sociedade sobre a ótica da heteronormatividade, apresentando para esses sujeitos que suas vivências também são legitimadas e normais.

Louro (1997) ressalta que diferentes instituições e práticas determinaram concepções sobre como os indivíduos pode agir em sociedade, assim muitos sujeitos LGBTQIA+ passam a viver na concepção de seres abjetos (BUTLER, 2003) e, conseqüentemente, sofrem diferentes formas de invisibilização de seus corpos. Nesse contexto, o Espaço LGBT de João Pessoa é de suma importância, pois dissemina informações relevantes apresentando concepções que normalizam suas identidades, fazendo com que esses sujeitos busquem viver com dignidade a partir dos serviços oferecidos e ações informativas realizadas.

D: Espaço de acolhimento de LGBTQIA+

Porque primeiro eu sabia que era um espaço onde ia atender pessoas como eu, então eu meio que me sentia mais seguro lá, pois a pessoa que está me atendendo também é uma pessoa LGBT [...] algo que eu não encontrava em outros lugares, por exemplo. Se eu fosse atrás de algum atendimento psicológico, não estaria imerso ou quase imerso na minha realidade.

Os participantes apontaram o acolhimento do Espaço LGBT de João Pessoa como algo positivo, já que se direcionar para o local tem-se a segurança de ser atendidos por profissionais que além de terem formações em suas áreas, são pessoas LGBTQIA+, ou seja, compreendem o cotidiano desses sujeitos.

Viver na desconfiança é uma realidade para muitos sujeitos LGBTQIA+, já que constantemente nos noticiários locais e nacionais brasileiros são apresentados casos e mais casos de pessoas LGBTQIA+ sendo agredidas por se comportarem fora dos padrões heteronormativos. Assim, entender que existe um local que as pessoas LGBTQIA+ podem se direcionar e não serem taxadas como anormais, mas pelo contrário que podem contar, é fundamental, pois passam a se compreender pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, como foi o caso de alguns participantes desta pesquisa.

A esse respeito podemos observar que ocorreu o agrupamento de informações, pois os entrevistados sabiam onde as informações estavam localizadas e serviram de estratégia informacional de enfrentamento coletivo, superando as barreiras e incertezas informacionais no que tange aos contextos LGBTQIA+ (LLOYD, 2014; 2015).

E: Amigos

Foi alguns amigos meus que já frequentaram aqui, que já conheciam, já fizeram trabalhos aqui inclusive, e aí foi através deles que eu consegui ter esse acesso, vim pra cá, me informei, pois um amigo meu [...] falou [...] existe um Espaço que acolhe pessoas que são *gays* e tal, vai lá, talvez tenha espaço pra você ser atendido, no Espaço, né? Com psicólogo e tudo, enfim eu fui e deu certo.

Os participantes mencionaram que foi através dos amigos que tiveram o primeiro contato com o Espaço LGBT de João Pessoa, informando que o local se configurava uma fonte significativa de informações sobre o cotidiano de pessoas LGBTQIA+.

Assim, podemos afirmar que os amigos, neste estudo, se configuram na etapa de orientação caracterizada por Lloyd (2014), pois quando os sujeitos estavam buscando informações relevantes para se compreender diante o contexto vivenciado, os amigos serviram como mediadores da informação, introduzindo esses sujeitos nesse novo ambiente informacional significativo.

5.2.1.2 Barreiras ao acessar o Espaço LGBT de João Pessoa

Tabela 11 – Barreiras ao se direcionar ao ambiente informacional

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Não teve.	4	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Não teve

Não, não teve nenhuma barreira.

Os participantes relataram que ao acessar o Espaço LGBT de João Pessoa não tiveram barreiras, ou seja, foram bem recebidos e direcionados aos serviços e informações que estavam procurando no momento.

Sendo assim, percebemos que o órgão, possivelmente, por todos serem pessoas LGBTQIA+, considerando até o momento desta pesquisa, proporciona para os sujeitos que se direcionam para o local, respeito e cuidado ao atendê-los, consequentemente, ambientes receptivos obtêm mais confiança de seus/suas usuários/as e demais públicos, implicando em boa reputação diante da comunidade, vale ressaltar que todos continuam utilizando ou prestando serviços no órgão.

5.2.1.3 Serviços utilizados no Espaço LGBT de João Pessoa

Tabela 12 – Serviços utilizados pelos entrevistados no Espaço LGBT de João Pessoa

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Atendimento psicológico	2	50
B: Prestador de serviço	2	50

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Atendimento psicológico

Desde o princípio só o atendimento psicológico [...] o de Psicologia.

Entre os serviços disponibilizados pelo Espaço LGBT de João Pessoa, os participantes relataram que utilizam apenas o atendimento psicológico desde que começaram a frequentar o local, mas enfatizaram que sabem que o órgão oferece outros serviços, os quais são necessários para a população LGBTQIA+.

B: Prestador de serviço

Estou mais oferecendo ajuda pra população [LGBTQIA+] como um servidor do Estado de que está recebendo o acesso. No Espaço [LGBT de João Pessoa] eu não utilizo né, serviços, como eu sou funcionário aqui, então eu presto meu serviço para pessoas LGBTs.

Os outros participantes destacaram que apenas oferecem seus serviços para as pessoas LGBTQIA+ que se direcionam em busca de atendimento e mencionaram que quando estão procurando por serviços específicos para a população LGBTQIA+, se direcionam a outros atendimentos que são oferecidos pelo Estado, a exemplo da Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos e de Intolerância Religiosa.

5.2.1.4 Mudanças no cotidiano

Tabela 13 – Mudanças no cotidiano após contato com o Espaço LGBT de João Pessoa

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Autonomia	1	25
B: Orientação	1	25
C: Autocompreensão	1	25
D: Afirmação e integração	1	25

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Autonomia

Desde que eu comecei foi, assim, discrepante a diferença [...] desde que eu comecei os atendimentos aqui, foi realmente muito bom [...] perceber o quanto eu cresci, pessoalmente mesmo sabe, porque muitas vezes [...] eu me senti desamparado, muito sem norte, digamos assim e o Espaço me ajudou bastante em relação a isso, a ter [...] bem mais autonomia, ter mais voz ativa.

O DSC aponta que após contato com o Espaço LGBT de João Pessoa, os sujeitos conseguiram ter mais autonomia diante da realidade que estão inseridos. Sendo assim, as incertezas iniciais sobre si passam a ser superadas, já que a interação com o órgão possibilita novos entendimentos sobre os pensamentos que outrora lhe definiam no que diz respeito a sua orientação sexual.

Desse modo, a inserção dos entrevistados no Espaço LGBT de João Pessoa se caracteriza pela etapa de ressignificação, ou seja, esses sujeitos reformularam seus conhecimentos anteriores com a realidade sociocultural que permeia o órgão (LLOYD, 2014).

B: Orientação

Assim, as mudanças que eu percebo na minha vida sobre a relação com esses serviços é que eu tenho onde recorrer, né? Se eu tiver algum problema jurídico, psicológico [...] eu sei onde recorrer [...] que vai atender as minhas necessidades como uma pessoa *gay*, que mora aqui na Paraíba, que mora em João Pessoa, que paga meus impostos, que tem meus direitos, então tenho um serviço que pode me fazer esse acolhimento, fazer esse atendimento de forma humanizada.

As concepções que foram criadas sobre os corpos dos indivíduos produzem relações de poder que implicam na rejeição do diferente (BUTLER, 2003) no intuito de renegar direitos sociais para pessoas LGBTQIA+. Portanto, o Espaço LGBT de João Pessoa passa a modificar

essa dinâmica e essas pessoas começam a reivindicar seus direitos em busca de representatividade.

Neste sentido, o órgão se apresenta como um ambiente informacional que possibilita outras realidades para pessoas LGBTQIA+, já que proporciona serviços direcionados para essa população. Além disso, percebe-se que esse local pode prover fontes de informação úteis para a sua realidade. Com base em Lloyd (2014) o órgão se configura como um local que é reconhecido como fonte significativa de informações, isto é, os sujeitos LGBTQIA+ se direcionam a ele, pois sabem que podem atender suas incertezas, principalmente por serem poucos os espaços informacionais em que esses indivíduos podem se direcionar.

C: Autocompreensão

É muito subjetivo, porque cada pessoa que chega aqui, com sua história de vida, eu acredito muito nessa história da troca, então pode até aparecer algumas coisas que são referentes a mim e eu sinto que estou mais fortalecido, em poder ajudar e auxiliar essas pessoas com relação a vivência LGBTQIA+ [...] então pra mim é muito gratificante, eu cresço também, é uma via de mão dupla.

Consoante o DSC, as histórias que são relatadas pelos/as usuários/as nos atendimentos possibilitaram que houvesse uma troca de conhecimento que culminaram no entendimento de si, já que são relatos semelhantes à sua história de vida. Desse modo, as mudanças ocorridas são gratificantes, pois além de se entender, ajuda o outro no processo de se afirmar e se expressar perante a sociedade no que tange a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Dessa maneira, essa relação se apresenta como a construção do cenário, na qual os entrevistados fazem conexões com as fontes de informações mediante uma situação particular, que no caso deste estudo se refere a vivência LGBTQIA+ (LLOYD, 2014).

D: Afirmação e integração

Eu passei a me integrar mais, primeiro, eu passei a me conhecer mais e depois eu passei a me integrar mais de todo mundo, do coletivo, porque antes eu criava meio que uma barreira mesmo, porque era pra me proteger, porque eu não me sentia muito à vontade, eu tinha medo de violência e tudo, ainda hoje eu tenho, mas aí, depois que passei por lá e tudo, depois de um tempo, aí eu disse eu vou ser eu mesmo quem quiser me aceitar ok, problema, eu já tou resolvido comigo mesmo e é o que importa, inclusive que foi depois de lá [...] que falei pra minha mãe que sou gay.

O DSC apresenta dois aspectos que estão relacionados às mudanças de comportamentos que ocorreram com os sujeitos após contato com o Espaço LGBT de João Pessoa. O primeiro é a afirmação, que possibilitou a confiança de saber quem é no espaço social, fazendo com que contassem no ambiente familiar sobre a sua orientação sexual, algo comum da vivência LGBTQIA+, ou seja, se afirmar e/ou se expressar como pessoa LGBTQIA+ em contextos familiares. Assim, resolvido consigo mesmo, buscou-se se integrar do coletivo, isto é, das dinâmicas e ações informativas que são proporcionadas pelo local.

A interação, portanto, com o ambiente informacional fortaleceu o entendimento de si, possibilitando mais tomada de decisão diante contextos que envolvem pautas LGBTQIA+ e orgulho de pertencer a essa população. Diante disso, percebemos a etapa de ressignificação, ou seja, os entrevistados construíram novos significados diante da realidade vivenciada (LLOYD, 2014).

5.2.2 Resultados e análise da pergunta 5

Com o objetivo de compreender se os entrevistados identificam estratégias informacionais realizadas pelo ambiente informacional diante a homofobia, a pergunta 5 do roteiro de entrevista – “Quais conteúdos e estratégias informacionais realizadas pelo Espaço LGBT no combate a homofobia você identifica? mostrou os seguintes resultados (Tabela 14):

Tabela 14 – Conteúdos e estratégias informacionais identificados pelos entrevistados

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Cartaz da lei contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero	2	16,67
B: Campanhas	1	8,33
C: Ações/Atividades informativas	2	16,67
D: Mídia impressa	2	16,67
E: Acervo LGBTQIA+	1	8,33
F: Redes Sociais Digitais	1	8,33
G: Pouca exposição de informações	1	8,33
H: Materiais preventivos	2	16,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Cartaz da lei contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero

O Espaço LGBT, ele tem, cartazes que fala sobre a lei da discriminação [...] que os estabelecimentos todos têm que ter aquele aviso sobre a homofobia, que enfim, que não pode haver.

Dentre as estratégias informacionais realizadas pelo Espaço LGBT de João Pessoa no combate a homofobia, foi citado pelos participantes, o cartaz que contém informações sobre a Lei Estadual nº 7.309/2009 atualizada pela Lei nº 10.909/2017 e Decreto Nº 27.604/2006 (Figura 9) que criminaliza a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Assim, os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos da Paraíba passaram a fixá-lo como medida obrigatória.

Figura 9 – Cartaz da lei contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero



Fonte: Paraíba (2017).

O cartaz está vinculado a campanha lançada em 2017, intitulada “#Eurespeito”, que tinha por objetivo “ratificar o respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero” (SOARES; SCHULTZ, 2018, p. 89).

B: Campanhas

[...] ele faz campanha, a gente tem durante esses dez anos várias campanhas, que você pode pegar na internet, a gente tem uma campanha “Tire o respeito do armário”, tem uma campanha que está nos *outdoors* e também saiu nos ônibus.

No combate a homofobia (LGBTQIAfobia), o órgão utiliza campanhas que são divulgadas em diferentes ambientes e canais, a exemplo das redes sociais digitais. A campanha

“Tire o Respeito do Armário – Todas e Todos pelo fim da homofobia”, mencionada no DSC, foi lançada em 2012, tinha a finalidade na promoção dos direitos de LGBTQIA+ e no enfrentamento a LGBTQIAfobia (SOARES; SCHULTZ, 2018).

Sendo assim, o Espaço LGBT de João Pessoa, por meio das campanhas, promove políticas de equidade para LGBTQIA+ no estado da Paraíba e o conhecimento coletivo sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+.

C: Ações/Atividades informativas

Olha, geralmente, quando nos períodos das datas, né? A gente sempre procura fazer ação, 29 de janeiro, vai ser o dia da visibilidade trans, geralmente, a gente faz esse trabalho específico [...], maio dia de luta contra a homofobia, então a gente faz todo um aparato, seja pela internet ou passando informação pra os usuários, a gente sempre procura nesses períodos fazer com que esses usuários entre em contato com essas temáticas [...] aí você tem um calendário de atividades pra cada letrinha LGBT, onde traz todas as questões de discriminação, tem as horas de diálogos, a gente faz várias atividades aqui com os usuários, né? Como a gente está na pandemia, isso foi reconfigurado, mas antes a gente tinha várias atividades aqui, tinha rodas de diálogos, tinha várias oficinas, tinha coisas de cursos nas áreas de geração de emprego e renda, tinha várias coisas onde dialogavam com o direito da população LGBT e o papel do Estado, né? Então, eu acho que a gente tem é produzido isso nos últimos dez anos. Além disso, teve uma corrida contra a LGBTQfobia aqui em João Pessoa, a gente teve vários ciclos de formação com policiais, servidores da saúde, assistente social e professores, [...] tem informações que se dar pelo processo de capacitação dos servidores.

Os participantes relataram que o Espaço LGBT de João Pessoa utiliza no combate a homofobia ações e atividades informativas, que são produzidas de acordo com datas que representam a visibilidade para as pessoas LGBTQIA+, a exemplo do dia 29 de junho, conhecido como o “Dia do Orgulho LGBTQIA+”, data em que o órgão desenvolve a temática LGBTQIA+ com todos que fazem parte da instituição.

Além disso, os funcionários são capacitados com informações sobre o cotidiano de pessoas LGBTQIA+, além de ter ciclos de formações com profissionais que estão diretamente ligados a essa população.

Por sua vez, em busca da conscientização e diálogo com o público em geral em relação ao preconceito, à discriminação e à violência contra LGBTQIA+, a instituição também desenvolve atividades, por exemplo, em 2013, realizou a 1ª Corrida Estadual contra a Homofobia da Paraíba nessa perspectiva (SOARES; SCHULTZ, 2018).

Desse modo, a realização dessas ações e atividades promove na sociedade, especificamente, a paraibana, redes de apoio para esses sujeitos e abertura para diálogos que envolve essa população.

D: Mídia impressa

[...] existe uma cartilha, a gente tem *folder* aqui [...] *folder* pra melhor exemplificar isso.

Os participantes descreveram também que a instituição utiliza mídia impressa, como a cartilha e o *folder*, que apresentam informações de conscientização e prevenção contra homofobia e doenças. Dessa maneira, a partir do DSC, percebemos uma diversidade de estratégias informacionais que possibilitam que os sujeitos que interagem com o local se mantenham informados diante de situações que envolvem seu cotidiano.

A utilização desses meios demonstra como o Espaço LGBT de João Pessoa diversifica suas fontes informacionais na inserção de informações relevantes para seus/suas usuários/as.

E: Acervo LGBTQIA+

[...] A gente tem a biblioteca aqui, tem várias pesquisas na área de Serviço Social, Psicologia, Arquivologia, Psicologia, acho que deve ter uns vinte TCCs ali, tem umas teses de doutorado, de mestrado deve ter uns cinco ou seis, então tem várias temáticas.

A disseminação de informações pelo Espaço LGBT de João Pessoa também é realizada pelo acervo LGBTQIA+ (Figura 10) que tem no local, que se constitui como um espaço aberto para leitura e pesquisa com produções acadêmicas que abordam a temática LGBTQIA+ em diferentes campos (PARAÍBA, 2019).

Sendo assim, o acervo LGBTQIA+ assume um papel importante no processo de (des)construção de conhecimento sobre o cotidiano de LGBTQIA+, já que oferece a partir da produção acadêmica que possui informações essenciais e sem a centralidade do pensamento hegemônico. Além de possibilitar que tais indivíduos compartilhem as informações adquiridas com outros sujeitos.

Figura 10 – Acervo LGBTQIA+



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

F: Redes Sociais Digitais

[...] tem material no *instagram*, nas redes sociais do próprio governo do Estado.

As redes sociais digitais se tornaram importantes espaços de compartilhamento de informações, a inserção do Espaço LGBT de João Pessoa nelas, possibilita que mais pessoas LGBTQIA+ saibam dos serviços que oferecem e demais informações que são produzidas pelo local. Assim, as informações podem ser acessadas de forma mais rápida, já que são recursos bastante utilizados no cenário atual (FREIRE; GUIMARÃES, 2020).

G: Pouca exposição de informações

Olha que eu identifico lá, é... deixa eu me lembrar do Espaço novo, eu acho que o Espaço antigo tinha mais informações do que tem lá hoje, porque eles mudaram recentemente pra lá [...] mas no Espaço antigo tinha muitas mais informações, tinha muitos mais cartazes, tinha muito mais é... tinha inclusive uma estante disponibilizada pra quem chegasse, passava pelas salas via, tinha material, tinha panfleto, tinha muito mais coisas que a gente podia ler e ter acesso do que tem hoje.

Conforme relato acima, na localização atual do Espaço LGBT de João Pessoa, há poucas informações, o que não era assim no antigo, onde havia informações expostas em diferentes ambientes da instituição. Desse modo, percebemos como a exposição de cartazes, por exemplo, é eficaz na conscientização e combate a homofobia para os/as usuários/as que

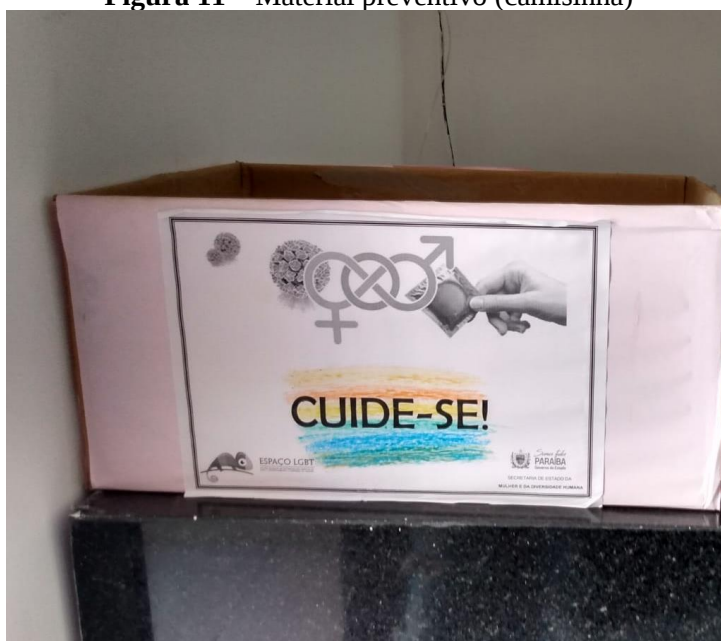
frequentam o órgão, pois como os mesmos têm caráter informativo e preventivo, possibilita que os/as usuários/as estejam informados diante dessa realidade.

H: Materiais preventivos

É mais em relação a conscientização, de modo geral, sabe, prevenção [...] inclusive materiais que ajudam nessa prevenção, né? Como camisinha [...] hoje a gente chega no Espaço e só tem uma cesta com camisinha e lubrificante.

Os materiais preventivos (Figura 11), mesmo não sendo estratégias informacionais no combate à homofobia, foram citados, possivelmente, isso tenha acontecido por ser meios de prevenção para pessoas LGBTQIA+, já que as doenças sexualmente transmissíveis são atreladas bastante a esses indivíduos.

Figura 11 – Material preventivo (camisinha)



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Antigamente, no epicentro da epidemia da AIDS, a população *gay* sofreu consequências severas, já que o vírus estava vinculado as suas práticas sexuais, pensamento que não mudou nos dias atuais. Além disso, não se tem discussões sobre as práticas sexuais desses sujeitos em ambientes familiares, escolares, etc. Desse modo, a disponibilização de materiais preventivos se torna essencial, já que há poucas informações no cotidiano dessas pessoas sobre esse contexto.

5.2.3 Resultados e análise da pergunta 6

Com o objetivo de saber as fontes informacionais utilizadas pelos sujeitos participantes desta pesquisa no combate a homofobia, a pergunta 6 do roteiro de entrevista – “Quais fontes de informações você utilizou/utiliza para se manter informado ou se, possivelmente, informar o outro no combate a homofobia?” apresentou os seguintes resultados (Tabela 15):

Tabela 15 – Fontes informacionais utilizadas pelos entrevistados

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Redes Sociais Digitais	3	23,08
B: Internet	3	23,08
C: Profissionais	1	7,69
D: Atendimento direto	1	7,69
E: Fontes acadêmicas	2	15,38
F: Redes de estudo	2	15,38
G: Programa jornalístico	1	7,69

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Redes Sociais Digitais

É, as redes sociais, eu acho que é o lugar onde mais, apesar de tantas coisas que têm nas redes sociais, eu acho que lá é o lugar onde mais as pessoas estão abertas as discussões, a diálogo e tudo mais, onde tem muita coisa presente em relação a isso, de alerta, de homofobia, onde muitas vezes as pessoas passam por situações [achando] que não foi homofobia e graças as pessoas que estão lá [...] intensificam essas discussões pra que haja de fato uma conversa e um entendimento pra que isso realmente seja visto como homofobia, porque realmente, talvez naquela situação, por exemplo, talvez foi sabe e às vezes a pessoa passou e não sabe exatamente que passou [...] Eu acho que as redes sociais [...] são na verdade um lugar de fato pra gente encontrar essas [informações], para levantar questões, para levantar discussões, mas eu acho que o *facebook*, já foi muito [utilizado] e hoje em dia não tanto, acho que decaiu bastante, mas talvez o *twitter* e o *instagram* estejam [com] essas discussões bem afloradas. Gosto até do *instagram*, tem muito, hoje, grupos que falam sobre a LGBTQIAfobia [...] eu sigo páginas no *facebook*, eu sigo páginas do *instagram*.

Os participantes relataram que utilizam as redes sociais digitais (*facebook*, *instagram* e *twitter*) para se informar sobre a homofobia (LGBTQIAfobia), visando entender se determinada situação ocorreu alguma prática homofóbica. Nesse tipo de situação, McKenzie (2003) salienta que ocorre a busca ativa, ou seja, quando o sujeito se direciona para fontes informacionais previamente identificadas em busca de sanar dúvidas sobre situações que envolvem seu cotidiano.

Para Meira e colaboradores (2012) as redes sociais virtuais são ambientes que possibilitam interações sociais com base em algum tipo de relacionamento. Portanto, conforme o DSC, o ambiente virtual, que no caso específico é proporcionado pelas redes sociais, possibilitaram para os entrevistados campos de pesquisa sobre a homofobia.

B: Internet

Geralmente, eu gosto de fazer busca em *sites* [...] se você quiser saber de outras coisas que não seja morte e tal de pessoas LGBT é na internet [...] tem até um *[site]* [...] que eles postam algumas informações que sejam relevantes [...] como complemento a internet de modo geral, sabe, tipo de pesquisas e tudo mais.

O acesso à informação possibilita que os sujeitos superem o estado de incerteza informacional, pois começam a buscar fontes informacionais essenciais para gerenciá-lo (BRASILEIRO, 2019). Sendo assim, os participantes ao realizarem pesquisas em *sites* que discutem sobre temas LGBTQIA+, a exemplo da homofobia, passam a estar inseridos nessas discussões, possibilitando mais tomada de decisão diante desse fenômeno.

A internet gerou para os entrevistados experiências positivas, já que são espaços em que podem sanar suas dúvidas sobre contextos LGBTQIA+, de fácil acesso e com abundância de informações sobre essas pessoas. Como são indivíduos que sabem do fenômeno das *fakes news*, sempre buscam se direcionar para *sites* que já possuem relevância e confiabilidade dentre os sujeitos LGBTQIA+.

C: Pessoas e profissionais

[...] eu geralmente encontro as respostas que eu quero e não só procuro na internet como me informando com pessoas, profissionais etc.

De acordo com o DSC, os participantes se informam com outras pessoas, possivelmente, seja do seu vínculo social e que são LGBTQIA+, já que são indivíduos que entendem de sua realidade, o que facilita o diálogo sobre as vivências dessas pessoas. Além disso, foi citado profissionais, compreendemos que por estarem imersos no Espaço LGBT de João Pessoa, os funcionários se tornam mediadores da informação.

O acompanhamento dos profissionais do órgão pelos atendimentos que realizam é essencial para a compreensão da realidade, pois esclarecem dúvidas e inseguranças que são causadas pela homofobia, servindo, portanto, como uma rede apoio. Podemos verificar que a

interação com esses sujeitos possibilitou a construção do cenário, ou seja, os participantes a partir dessas conexões conseguiram informações relevantes diante do contexto vivenciado (LLOYD, 2014).

D: Atendimento direto

A gente faz o atendimento direto essa população LGBT, aqui a gente tem relatórios de atendimentos dos usuários, né? A gente tem estudos de caso, então a gente tem essa fonte primária de informação.

O DSC acima relata que os atendimentos realizados com os/as usuários/as se tornam fontes de informação, na qual os sujeitos situam os funcionários sobre os acontecimentos do dia a dia de uma pessoa LGBTQIA+. Importante ressaltar que esses dados são divulgados para a imprensa local e servem para situar outros LGBTQIA+ na Paraíba sobre o cotidiano desses indivíduos.

Sendo assim, percebemos que é outro fator que possibilitou a construção do cenário (LLOYD, 2014), pois o contato direto com os/as usuários/as, possibilita a construção de dados relevantes sobre o cotidiano dos sujeitos do Espaço LGBT de João Pessoa diante da homofobia e perfil sociodemográfico, por exemplo.

E: Fontes acadêmicas

[...] a gente também tem as fontes de informação acadêmicas, então a gente tem sempre livros, artigos, coisas que estão sendo publicadas [...] que eu olho sempre para poder me atualizar e ver como eu posso usar e ajudar esse lugar.

Os participantes também descreveram que utilizam livros, artigos, entre outras fontes acadêmicas para saber sobre o fenômeno da homofobia (LGBTQIAfobia) e assim compreender os diferentes casos desse fenômeno, ou seja, recurso essencial para os funcionários que trabalham no órgão.

A utilização de tais fontes possibilita para os sujeitos LGBTQIA+ compreender conceitos e nomenclaturas que os permeiam, bem como ampliar o conhecimento sobre o cotidiano dessas pessoas e ajudar os espaços em que trabalham, sendo importante elemento na construção do cenário.

F: Rede de estudos

[...] tenho grupos de universidades, bem como eu faço parte também de uma rede de pesquisadores [...] que estuda sobre sexualidade.

Com base no DSC, as redes de estudos que são proporcionadas pelas universidades são fontes informacionais essenciais para entender sobre o contexto das pessoas LGBTQIA+, principalmente, porque os estudos são aprofundados e discutidos em vários encontros.

Desse modo, a inserção nesses grupos proporciona conhecimentos atuais e essenciais para entender o contexto dos indivíduos LGBTQIA+, já que ajuda no processo de tomada de decisão de questões significativas para os indivíduos que buscam atendimentos no Espaço LGBT de João Pessoa. Importante salientar que os questionamentos que envolvem esses sujeitos estão em processo de transformação constantemente, tais grupos podem servir na compreensão dos novos significados que são construídos sobre os corpos LGBTQIA+ na contemporaneidade. Sendo assim, o contato com esses espaços informacionais desempenhou para os entrevistados ambientes em que podem buscar informações acerca da vivência LGBTQIA+ (LLOYD, 2014).

G: Programa jornalístico

Olhe pra você saber de agressão, essas coisas, é só ligar no jornal normal na TV aberta que vai ter.

O preconceito, a discriminação e a violência são constantes na vida de pessoas LGBTQIA+, essas práticas se naturalizaram de tal forma que, conforme o DSC, são cotidianos que podemos encontrar em programas jornalísticos, reforçando assim a marginalização dos sujeitos LGBTQIA+ por divergirem do modelo heteronormativo.

Desse modo, precisamos nos indagar sobre essas situações e começar a não aceitar isso como algo comum na vida dessas pessoas, pois “[...] não é uma violência qualquer fruto de um processo de formação socioespacial desigual, é uma violência que mata, fere e brutaliza esses corpos, expondo-os ao ridículo e a extremos processos de exclusão por serem quem e como são” (GASTALDI *et al*, 2021, p. 10).

5.2.4 Resultados e análise da pergunta 7

A pergunta 7 do roteiro de entrevista – “Como você se sente hoje, após contato com o Espaço LGBT diante da homofobia? E, após a criminalização pelo Supremo Tribunal Federal? Em que isso facilitou sua tomada de decisão sobre esse contexto? Quais mudanças você identifica no seu entendimento sobre o assunto?” – teve a finalidade de entender como os entrevistados ressignificaram seu entendimento sobre a homofobia a partir da inserção no Espaço LGBT de João Pessoa, bem como após a criminalização das práticas LGBTQIAfóbicas. Sendo assim, os seguintes resultados foram alcançados (Tabelas 16 a 18, respectivamente):

5.2.4.1 Ambiente informacional e a tomada de decisão

Tabela 16 – Ambiente informacional e a tomada de decisão

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Assertividade	1	25
B: Produção de conhecimento e oportunidade profissional	1	25
C: Empoderamento e ajuda ao próximo	1	25
D: Ambiente de acolhimento e informacional	1	25

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Assertividade

Eu me sinto como mais voz ativa em relação a isso [...] eu já passei por algumas situações, não de embate pra enfrentar, foi mais de você perceber que tem gente olhando torto pra você e seus amigos, tem gente incomodado com a sua presença, mas nunca de chegar combater e enfrentar aquilo ali. Mas através do Espaço, eu me sinto preparado [...] pra se acontecer alguma coisa do tipo eu conseguir ter voz ativa e enfrentar determinadas situações [homofóbicas].

Os participantes relataram que a inserção no Espaço LGBT de João Pessoa possibilitou mais autoconfiança diante da realidade vivenciada, superando o estado de incerteza informacional, já que passam a entender o que é essa situação e como se prevenir. Além de possibilitar o compartilhamento dessas informações para pessoas próximas.

Desse modo, o Espaço LGBT de João Pessoa se configura como um ambiente familiar, que proporciona informações relevantes para o enfrentamento da homofobia. Nesse contexto, podemos observar a promoção da resiliência informacional, já que os sujeitos ressignificaram

suas experiências informacionais anteriores, passando a lidar com o estado de incerteza informacional (LLOYD, 2014; BRASILEIRO, 2019).

B: Produção de conhecimento e oportunidade profissional

O Espaço LGBT na verdade, ele é primeiro um reconhecimento do Estado que essa população tem direito, é um lugar onde as pessoas vão ser atendidas quando necessitarem e é um espaço de produção de conhecimento, né? A gente é um campo de estágio, onde novos profissionais, seja da área de serviço social, psicologia, direito, tem feito estágio aqui.

Os participantes consideram que o órgão se tornou um local de produção de conhecimento sobre as pessoas LGBTQIA+, que oferece serviços e experiências profissionais. Sendo assim, o ambiente informacional contribui significativamente na construção da cidadania LGBTQIA+. Nesse sentido, passa a ser um elemento essencial na busca de igualdade social para essa comunidade na Paraíba.

Dessa maneira, o Espaço LGBT de João Pessoa desenvolve um papel importante na sociedade, o qual serve como mediador, produtor e compartilhador da informação, promovendo mais oportunidades para os sujeitos LGBTQIA+, visando o fim da LGBTQIAfobia. Diante disso, observamos com base em Lloyd (2014) o agrupamento de informações, pois se apresenta como um espaço do cotidiano em que fornece informações sobre o contexto em que essas pessoas estão inseridas, possibilitando também que tenham mais tomada de decisões.

C: Empoderamento e ajuda ao próximo

Pra mim, foi extremamente válido no sentido [do empoderamento], porque cada dia vem uma história diferente de vida, uma realidade, então só acrescenta pra de fato ajudar quem é vítima de violência, então aprendi que o lance mais do indivíduo, das questões que chegam, que me faz, que eu me sinta mais empoderado até de poder ajudar o outro, pois [...] a gente sempre está mandando conteúdo [...]. Sendo assim, quando chega algo diferente, uma lei, uma norma, enfim [enviamos] pra ajudar, nesse sentido.

Os entrevistados mencionaram o empoderamento como característica desenvolvida para compreender vivências LGBTQIA+ após contato com a instituição, o processo de empoderamento permite que os sujeitos desenvolvam estratégias para se situarem diante a realidade vivenciada (FARIAS; VARELA, 2016), que no caso em questão, foi o envio de conteúdos informacionais para os/as usuários/as que frequentam o local.

Desse modo, percebemos que o compartilhamento de informações essenciais é outra alternativa para o enfrentamento da homofobia, demonstrando como o local desenvolve várias estratégias para garantir o fim ou conscientizar sobre essa realidade.

D: Ambiente de acolhimento e informacional

O Espaço LGBT, eu gosto muito [...] de pensar, por exemplo, num âmbito estadual, eu sei que existe uma preocupação de não deixar essas pessoas desamparadas [...] e, assim, eu acho muito bom saber que tem pessoas que são LGBT, pessoas que não tem casa, que vão poder ser atendidos, que vão poder ser aconselhadas, ter informações, de ter uma casa, entendeu? Vão saber como pode casar, enfim que sofrer algum tipo de violência, homofobia, que vão contar com apoio psicológico e jurídico do Estado.

Os participantes mencionaram que o órgão se configura como um ambiente de acolhida e informacional, pois proporciona para os sujeitos LGBTQIA+ serviços que promovem a cidadania e representatividade, ou seja, um espaço de resistência para essas pessoas que são marginalizadas na sociedade.

Dessa maneira, esse ambiente se tornou referência na criação de estratégias de enfrentamento da homofobia para os sujeitos que frequentam o local, os quais desenvolveram informações relevantes sobre esse contexto, permitindo se entender a partir de sua orientação sexual, por exemplo.

5.2.4.2 Criminalização da LGBTQIAfobia pelo STF

Tabela 17 – Opiniões sobre a criminalização da LGBTQIAfobia

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Consciência social	1	33,33
B: Insegurança	2	66,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Consciência social

Eu sinto que a gente tá caminhando pra isso, que a gente tá caminhando cada vez mais, inclusive essas coisas [práticas homofóbicas] estando presente na mídia, estando presente aqui e ali, que isso se intensifique, para que no futuro a gente possa de fato exterminar, eu acho que vai ser meio difícil, eu acho que só tendo outro dilúvio e todo mundo morrendo e nascendo outra geração consigamos combater, exterminar. Mas, o que eu quero dizer é que se houver alguma situação como essa que sejam de fato coisas que não se tornem naturais, sabe eu acho que estamos nesse caminho, é isso que quero dizer e no

futuro próximo, essas discussões estejam ainda mais intensificadas e a floradas, para que a gente possa identificar com mais facilidade, possa combater com mais facilidade e que os Poderes possam estar mais presente, que não só basta criar uma lei, se não tem fiscalização, se não tem apoio amparo pra alguém que está passando por aquela situação, a gente tá no caminho, mas espero que a gente consiga mais, é isso.

Consoante o DSC, a criminalização das práticas LGBTQIAfóbicas implica entender que são condutas intoleráveis e precisamos enfrentá-las, desconstruindo a naturalização que se tem sobre esse fenômeno, além de provocar reflexões sociais de como internalizamos essas situações e buscar que o Estado esteja mais presente diante dessas discussões.

Dessa forma, outras medidas devem ser tomadas, possivelmente, a criação de uma lei contra tais práticas promova a proteção e garantia de direitos para esses sujeitos. O papel da educação é importante também para esse processo, pois trabalhar o respeito na sala de aula é entender que podemos viver com o diferente e que todas as vidas importam. Por fim, a criminalização realizada pelo STF possibilitou que esse fenômeno se tornasse mais visível e discutido pela sociedade.

B: Insegurança

Não assim, eu não me sinto protegido porque a gente vive numa sociedade, é uma sociedade baseada na violência, né? Então a gente tem uma sociedade baseada na violência, produz práticas educacionais de violência [...] E, nenhuma lei, nenhum decreto e nenhuma resolução, ela vai transformar esses comportamentos humanos, então na verdade eu acho que a lei, o que ela traz é um reconhecimento institucional, ela traz também um respaldo jurídico, mas se a gente pegar o respaldo jurídico que a lei e você fazer um levantamento dos crimes homofóbicos que aconteceram antes da lei e depois dela, você não vê que a violência, ela diminuiu, ou ela tá no mesmo patamar ou ela tem aumentado, então não é uma lei que vai mudar comportamentos e práticas humanas, né? Eu acredito mais na educação de que na própria lei, mas a lei é boa, porque ela respalda e ela traz uma um tema em discussão e reconhece. Honestamente, assim interfere muito pouco sendo sincero, porque [...] a questão não é o STF dizer, a questão é a gente ter uma coisa legítima, dizendo olhe existe uma lei, nós aprovamos uma lei, nós nos esforçamos, nos empenhamos [...] não pode discriminar o “viado”, que ele tem que casar igual e tudo, [portanto] uma lei é diferente, um estatuto de uma lei é totalmente diferente.

Os participantes relataram a insegurança que ainda tem sobre a homofobia, pois estão inseridos em uma sociedade que produz preconceito, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ e mesmo com esse respaldo dado pelo STF, já que não se configura como lei, a desconfiança que sobressai. Dessa maneira, precisamos avançar ainda mais no enfrentamento

a LGBTQIAfobia, pois pessoas LGBTQIA+ continuam virando estatísticas por se expressarem pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

5.2.4.3 Mudanças no entendimento sobre homofobia e outros contextos

Tabela 18 – Mudanças no entendimento sobre homofobia e outros contextos

Síntese das ideias centrais dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados quantitativos	
	Respostas	%
A: Compreensão sobre o assunto	2	50
B: Afirmação sobre si	1	25
C: Garantia de direitos	1	25

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A: Compreensão sobre o assunto

Eu acho que ajuda bastante é esse Espaço, a gente aflorar essas discussões, sabe? Tipo de estar mais presente nessas discussões pra que a gente possa também entender, é aquela coisa, eu acho que é um processo que vamos entender essa situação aqui e perceber que isso aqui foi homofobia gente, isso aqui foi homofobia pura, vamos combater, vamos enfrentar etc, na situação que está acontecendo ali naquela hora, porque muitas vezes aquela ideia que é natural, se naturalizou entre essas pessoas de xingar, tirar onda, sempre me senti incomodado pra falar a verdade, sempre me senti incomodado com tios, primos, que simplesmente via um homossexual, só porque era afeminado, por exemplo, e já xingar até a terceira geração do cara só porque ele era isso. [...] Eu acho que essas discussões estão mais presentes. Além disso, hoje eu não me troco, não me incomodo, não fico afetado emocionalmente, mas eu percebo como incomoda a minha sexualidade pra o outro e é isso.

Após contato com o Espaço LGBT de João Pessoa, os participantes afirmaram que têm mais entendimento sobre a homofobia, possibilitando reflexões e perspectivas sobre o assunto, além de gerar mais tomada de decisão. Desse modo, o órgão se tornou uma espécie de guia na obtenção de informações relevantes, além da autonomia que possibilitou para os entrevistados.

A esse respeito, levando em consideração Lloyd (2014), que compreende a resiliência informacional como o modo dos sujeitos se orientar, ajustar e ressignificar em tempos de incerteza diante da informação, o presente estudo demonstrou que as práticas informacionais constituídas pelos entrevistados a partir da interação com o campo empírico, a exemplo da busca por informações relevantes sobre o cotidiano LGBTQIA+, foram eficazes nos processos de orientação, ajuste e ressignificação diante do contexto vivenciado, possibilitando o

desenvolvimento da competência crítica em informação¹⁷, já que tem senso crítico diante da informação a ser pesquisada.

B: Afirmação sobre si

Hoje, eu percebo que [tem] essa desconstrução, eu falo na maior, eu não tenho nenhum problema [...] de falar sobre [minha orientação sexual], sempre é necessário dizer que eu sou *gay*, tem momentos que eu sinto que é necessário falar, pra mim é uma autoafirmação de dizer “eu sou homem *gay*” [...] mas também tem lugar [que] eu não preciso tá falando ou me colocando enquanto homem *gay*, porque eu acho que é desnecessário também, é desnecessário.

Conforme DSC, as mudanças ocorrem também no entendimento sobre sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, permitindo que esses sujeitos se afirmem e se expressem na sociedade. A reformulação de seus conhecimentos foi possível a partir da interação com o Espaço LGBT de João Pessoa.

Para Lloyd (2014) esta etapa se configura como a de resignificação, isto é, quando os sujeitos informacionais reformulam seus conhecimentos na busca de novos sentidos para a realidade inserida. Desse modo, o contato com o órgão possibilitou a construção do processo de resiliência informacional em contextos pessoais e significativos.

C: Garantia de direitos

[...] cria um precedente pra próxima gestão, porque a gente não sabe, essa é ideia dessa gestão, mas a gente não sabe como é a próxima, mas mesmo assim cria um precedente, diz olha existia um Espaço que a gente era ouvido, que a gente tinha atenção e a gente quer esse espaço também, agora, política é assim, uma hora muda [...] eu acho que cria um precedente, abre espaço pra continuar melhorando os serviços.

Os participantes descreveram que no âmbito político passa a ser um precedente, ou seja, uma comprovação para os próximos gestores, possibilitando que os serviços sejam continuados e melhorados para as pessoas LGBTQIA+. No cenário político, os conservadores buscam impedir a cidadania LGBTQIA+ e com base no relato acima, o Espaço LGBT de João Pessoa, se torna essencial na garantia dessa cidadania.

Tudo isso demonstra a importância do ambiente informacional analisado, o qual a partir das estratégias informacionais que vem desenvolvendo no combate a LGBTQIAfobia e

¹⁷ O conceito faz referência ao olhar crítico do sujeito diante da informação, capacitando-o “[...] para distinguir entre o que é relevante e/ou irrelevante, buscar fontes seguras de informação, hierarquizar as informações, utilizá-las, produzir novas informações, ser criativo, contextualizar etc.” (BRISOLA; ROMEIRO, 2018, p. 75).

na promoção da cidadania e direitos fundamentais para as pessoas LGBTQIA+, inserem os/as usuários/as em acesso de informações relevantes, além de proporcionar serviços que possibilitam que os sujeitos LGBTQIA+ tenham experiências significativas com a vivência LGBTQIA+.

Nesse sentido, observamos como o Espaço LGBT de João Pessoa foi essencial para os entrevistados, os quais desenvolveram práticas informacionais cotidianas que fizeram superar o estado de incerteza informacional e, conseqüentemente, reverberou na promoção da resiliência informacional diante da homofobia e demais contextos LGBTQIA+, isto é, os sujeitos participantes desta pesquisa após a imersão no ambiente informacional passaram a entender que sua orientação sexual é uma realidade normal e vivenciada por outros sujeitos na sociedade, o conhecimento adquirido também fez com que eles se entendessem por essa identidade sexual. Além disso, as informações que têm acesso através das estratégias informacionais contribuem significativamente na tomada de decisões diante do fenômeno estudado e demais contextos LGBTQIA+.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentimentos são sempre livres, neles nenhuma regra ou preconceito pode ser maior que o próprio poder de sentir (AUTOR DESCONHECIDO).

Esta pesquisa evidenciou como os sujeitos LGBTQIA+ sofrem invisibilizações por não condizerem com o modelo heteronormativo. Assim, passamos a compreender o cotidiano desses indivíduos a partir dos conceitos que os permeiam, entendendo que são silenciados e estão em disputas de poder a todo momento. Nesse contexto, para garantir seus direitos e representatividade na sociedade problematizam a estrutura binária de gênero, demonstrando que seus corpos são normais e precisam de apoio do Estado e sociedade para que não virem estatísticas por divergirem da norma social. Atualmente, o preconceito, a discriminação e a violência contra a população LGBTQIA+ são constantes, apresentando números altos e as pautas LGBTQIA+ retrocederam no contexto político. Logo, disseminar informações com o intuito de gerar mais inclusão social e garantia de direitos para os sujeitos LGBTQIA+ se faz necessário para desconstruir os pensamentos retrógrados que limitam esses indivíduos de transitarem na sociedade.

Os entrevistados, que pertencem a população homossexual masculina, demonstraram nos depoimentos como o processo de reconhecimento pela sua orientação sexual foi difícil, principalmente por estarem, inicialmente, em ambientes que propagavam a homossexualidade como exclusão, ou seja, considerava inadequada, pecado e doentia, tais acontecimentos reverberaram para esses indivíduos diversos desafios informacionais, por exemplo, não tinham informações sobre o cotidiano LGBTQIA+, o acesso a informações colocava a heterossexualidade como a única sexualidade legítima, estavam inseridos em ambientes que propagavam a heteronormatividade e alguns sofreram com a homofobia internalizada, consequentemente, a aceitação da sexualidade passou por barreiras pessoais e sociais. Em busca de se entender pela a orientação sexual, encontraram alguns espaços que possibilitaram que compreendessem que não estão sozinhos, implicando, portanto, na afirmação e reconhecimento pela homossexualidade. Dentre os espaços citados, temos o Espaço LGBT de João Pessoa, que proporcionou para os participantes desta pesquisa, acolhimento, serviços e informações relevantes.

Nesse contexto, o Espaço LGBT de João Pessoa se apresentou como um ambiente informacional que media, produz e dissemina informações essenciais sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+. Portanto, as estratégias informacionais desenvolvidas pelo local se

apresentam como fundamentais no enfrentamento a LGBTQIAfobia e na garantia de direitos civis para essa população, reverberando nas práticas informacionais cotidianas dos participantes desta pesquisa. Assim, os participantes passaram a ter mais tomada de decisões diante do fenômeno da homofobia e demais contextos LGBTQIA+, ou seja, pesquisam informações sobre esses cenários nas redes sociais digitais, internet, fontes acadêmicas, etc., além de informar outras pessoas LGBTQIA+, por exemplo. Entendem que dentre essa população, existem sujeitos mais subalternizados por apresentarem seus corpos uma transição de gênero mais visível, os quais necessitam de políticas públicas para resistirem ainda mais frente a esse sistema opressor, como é o caso das pessoas trans.

A presente pesquisa também abordou a construção do processo de resiliência informacional, o qual consiste em três etapas. A primeira etapa, denominada “orientação”, foi percebida ao longo dos depoimentos através da rede de amigos que conduziram os entrevistados para o Espaço LGBT de João Pessoa, servindo, portanto, como mediadores da informação. Outro motivo foi a possibilidade de desenvolver trabalhos com pessoas LGBTQIA+, assim alguns passaram a trabalhar no local com essa finalidade.

A segunda etapa “ajustamento” se deu quando os entrevistados começaram a acessar ou oferecer os serviços do Espaço LGBT de João Pessoa, consistindo na modificação dos métodos de conhecimentos, habilidades e estratégias informacionais anteriores, ou seja, os entrevistados passaram a querer ter mais acesso a informações sobre o cotidiano de pessoas LGBTQIA+, tendo cuidado ao fazer essas buscas, além de desenvolver pesquisas acadêmicas.

Na última etapa “ressignificação”, foi percebida pelas mudanças que ocorreram após contato com o órgão, ou seja, se compreenderam pela sua orientação sexual, se sentem empoderado por serem *gays*, além de compreenderem que o fenômeno da homofobia é algo cruel para eles, entendendo que não é natural, mas sim, uma brutalidade por ser quem são. Assim, a informação adquirida na interação com o Espaço LGBT de João Pessoa foi essencial na superação do estado de incerteza informacional diante da realidade vivenciada por cada entrevistado, seja no processo de reconhecimento pela sua orientação sexual ou no enfrentamento de práticas homofóbicas. Portanto, a informação adquirida pelos entrevistados teve significado transformador em suas vidas.

Em relação aos elementos que fundamentam as etapas anteriores. Podemos observar que a construção do cenário, primeiro elemento, se deu a partir das conexões dos entrevistados com pessoas, profissionais e o atendimento direto aos/as usuários/as, por exemplo. Já o segundo elemento foi no reconhecimento do Espaço LGBT de João Pessoa como um ambiente em que eles podem buscar informações sobre seu cotidiano e confirmá-las. Mas ao longo do processo

de reconhecimento pela a orientação sexual, os entrevistados tiveram contatos com outros ambientes que proporcionaram informações sobre a realidade LGBTQIA+, tais como a terapia, a universidade entre outros. Por sua vez, o último elemento diz respeito a entender que esse órgão desenvolve estratégias informacionais de enfrentamento coletivo diante de contextos LGBTQIA+.

Em suma, podemos observar que o processo analisado possibilitou para os entrevistados o reconhecimento pela orientação sexual, mas ainda há receios por viverem em uma sociedade ainda com altos números de práticas LGBTQIAfóbicas, mesmo com a criminalização dessas práticas. A inserção no Espaço LGBT de João Pessoa fez com que eles desenvolvessem práticas informacionais para enfrentar essa realidade e demais contextos que envolvem os sujeitos LGBTQIA+, assim passaram a confiar mais em si, se relacionar com outros indivíduos LGBTQIA+ e ter esperança em um futuro que esse fenômeno seja mínimo.

No que tange ao âmbito da Ciência da Informação, este estudo proporciona novos olhares sobre os estudos de gênero e sexualidade com o foco nas pessoas LGBTQIA+, entendendo que há necessidade de problematizar mais o cotidiano desses sujeitos, possibilitando assim mais informações de como transitam na sociedade, principalmente no que tange aos estudos do fenômeno da homofobia/LGBQIAfobia que são poucos, sendo necessário a ampliação de produções sobre os sujeitos LGBTQIA+ e o fenômeno informacional.

Sendo assim, a pesquisa abre caminhos para que outros estudos sejam realizados com a correlação dos conceitos de práticas informacionais e resiliência informacional direcionados a população LGBTQIA+, já que são um grupo multifacetado, cada um com suas particularidades.

Para finalizar, agradecemos aos entrevistados, à SMDH e ao Espaço LGBT de João Pessoa pela contribuição dada para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ACONTECE LGBTI+. 2022. Disponível em: <https://www.acontecelgbti.org>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ALCÂNTARA, A. M.; VESCE, G. E. P. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2008. p. 2208-2220. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/724_599.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

ARAÚJO, C. A. V. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, v. 2, p. 217-236, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41147>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ARAÚJO, C. A. V. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2013. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2337>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENEVIDES, B. G. O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica. **Cartilha de Orientações à população LGBTI no combate à LGBTIfobia**. 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Natal: EDUFRN, 2014.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso Gênero e Diversidade na Escola**. Brasília, 2009.

BRASILEIRO, F. S. Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5309, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5309/5102>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional em redes sociais virtuais: práticas colaborativas, emoções e mobilidade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência Informacional**: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais. 2017. 228f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2017.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CALIXTO, A. A.; CÔRTEZ, G. R.; SOARES, G. S. Rompendo o silêncio: a informação no Espaço LGBT do estado da Paraíba. **Archeion Online**, v. 4, n. 2, p. 83-105, 2016.

CARTILHA SOFREU LGBTIOBIA? PROCURE A DEFENSORIA PÚBLICA. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/CARTILHA_LGBT.pdf. Acesso em: 28 abr. de 2021.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. 2018.

CORTES, G. R.; SILVA, L. F.; SILVA, L. K. R.; SOARES, G. S. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no Espaço LGBT. *In*: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2017. Marília-SP. **Anais [...]** Marília-SP, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/616. Acesso em: 06 mar. 2022.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

ESPAÇO LGBT DE JOÃO PESSOA. **Relatório síntese**: dados até novembro de 2021 do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho) – Unidade 1 – João Pessoa-PB, 2021.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARIAS, M. G. G.; VARELA, V. A. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación Bibliotecológica**, v. 31, n. 72, p. 91-110, 2017.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, M. J. de R. Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE

SEXUAL E DIREITOS HUMANOS, 2012. Espírito Santos. **Anais [...]** Espírito Santos, SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/gepss/article/view/3891>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FERREIRA, R. C. **O gay no ambiente de trabalho: uma análise dos efeitos em ser gay nas organizações contemporâneas**. 2007, 126f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FREIRE, G. H. de A.; GUIMARÃES, M. V. de A. Uso das redes sociais digitais nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação: contribuições para a comunicação e divulgação científica. **Bibliomar**, v. 19, n. 2, p. 193-217, jul./dez., 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Por que a doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de Covid-19?** 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19#:~:text=Compartilhar%3A,primeiros%20casos%20foram%20publicamente%20divulgados>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GASTALDI, A. B. F. *et al.* (Orgs.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. C. *et al.* (Orgs.). **A violência LGBTQIA+ no Brasil. 2020**. Disponível em: https://www.fgv.br/mailling/2020/webinar/DIREITO/Nota_Tecnica_n.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

GOOGLE TRENDS. **Pride 2019**. Disponível em: https://trends.google.com.br/trends/story/US_cu_Ve1OCmsBAABwZM_en. Acesso em 26 abr. 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? **Sexualidade, gênero e sociedade**, ano 1, n. 2, 1994.

IRINEU, B. A. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

JESUS, J. G. de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp->

content/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf . Acesso em: 21 nov. 2020.

JORNAL NACIONAL. **Levantamento mostra subnotificação de casos de homofobia e transfobia**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/19/levantamento-mostra-subnotificacao-de-casos-de-homofobia-e-transfobia.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JOSÉ FILHO, Pe. M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, Pe. M; DALBÉRIO, O. **Desafios da pesquisa**. Franca: UNESP - FHDSS, p. 63-75, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, v. 15, n. SPE, p. 7-21, 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; CORNETTA, V. K.; ARAÚJO, S. D. T. de. O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. **Journal of Human Growth and Development**, v. 20, n. 3, p. 798-808, 2010.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 517-524, 2006.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: UEDUCS, 2005. (Desdobramentos).

LLOYD, A. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes, **Journal of Documentation**, v. 71, n. 5, p. 1029–1042, 2015.

LLOYD, A. Building Information Resilience: How do Resettling Refugees Connect with Health Information in Regional Landscapes – Implications for Health Literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 45, n. 1, p. 48–66, 2014.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.

LOURO, G. L., Pedagogias da Sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Autêntica Editora, 2010.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 1997.

MARINHO, M. H.; ENGLERT, P. *ThinkWithGoogle. Por que sua marca deveria saber o que a comunidade LGBTQIA+ espera dela. Outubro de 2019.* Google Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/futuro-do-marketing/gestao-e-cultura-organizacional/diversidade-e-inclusao/por-que-sua-marca-deveria-saber-o-que-comunidade-lgbtqia-espera-dela/#:~:text=Os%20benef%C3%ADcios%20da%20diversidade%20para,pessoas%20de%20uma%20forma%20geral>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2004. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751/139> 3. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARTINS, C. W. S.; RODRIGUES, T. S. A literatura que não ousa dizer seu nome: Percepções das Bibliotecárias da rede nacional de bibliotecas comunitárias (RNBC) acerca da mediação de literatura com a Temáticas LGBT. In: ROMEIRO, N.; ALMEIDA, B.; MARTINS, C.W. S. (Orgs.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis: Nyota, 2019.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003.

MEIRA, S. R. de L.; COSTA, R. C.; JUCÁ, P. M.; SILVA, E. M. da. Redes Sociais. In: PIMENTEL, M.; FUKS, H. (Orgs.). **Sistemas colaborativos**. Rio de Janeiro: Campus, 2012. Disponível em: <https://sistemascolaborativos.uniriotec.br/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. **Princípios de Yogyakarta**. Yogyakarta, 2007.

PARAÍBA. GOVERNO DO ESTADO. **Governo comemora 8 anos do Espaço LGBT de João Pessoa**. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-comemora-8-anos-do-espaco-lgbt-de-joao-pessoa>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PARAÍBA. GOVERNO DO ESTADO. **Cartaz Respeito**. 2017. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/11/Cartaz-RESPEITO-500x500cm.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PEREIRA, C. F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 193-198, jan./jul. 2011.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA. **Polícia Civil conclui mais de 100 investigações de LGBTfobia em JP**. 2020. Disponível em: <https://policiacivil.pb.gov.br/noticias/policia-civil-conclui-mais-de-100-investigacoes-de-lgbtphobia-em-jp>. Acesso em: 26 abr. 2021.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A. de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, v. 23, n. 1, p. 36-61, 2017.

ROCHA, J. A. P.; PAULA, C. P. A. de. Práticas Informacionais no Fazer Científico. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2019.

ROCHA, P. M. da S. **Resiliência Informacional no contexto da microcefalia: o papel das práticas informacionais em ambiente digital**. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2019.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, R. N. R. dos. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. 2020. 160f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, R. N. R. dos; TARGINO, M. das G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n.1, p. 114-135, 2017.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SCOTT, J. **La citoyenne paradoxale: les féministes françaises et les droits de l’homme**. Paris: Albin Michel, 1998.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1995.

SILVA, L. F. da. **Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT**. 2019.189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, L. F. da; CORTÊS, G. R. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT. *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB), 2018. Londrina-PR. **Anais [...]** Londrina-PR, 2018.

Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1478/1554.

Acesso em: 05 mar. 2022.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, G. S.; SCHULTZ, R. R. Retirando do armário as políticas públicas para LGBT na Paraíba. *In*: NASCIMENTO, S.; FRANCH, M. (Orgs.). **Entre o sertão e o mar**: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. Salvador-BA: Editora Devires, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta é uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tem por objetivo analisar se/como as práticas informacionais constituídas no Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), em João Pessoa, têm contribuído com a construção da resiliência informacional diante o contexto da homofobia.

PARTE I – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1. Gênero: _____
2. Orientação sexual: _____
3. Escolaridade: _____
4. Idade: _____
5. Caracterização étnico racial: _____
6. Profissão/Ocupação: _____
7. Estado Civil: _____
8. Renda mensal:

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De 1 a 3 salários mínimos
- () Mais de 3 salários mínimos

PARTE II – QUESTÕES ABERTAS

1) Como você se vê e se define?

2) Como foi para você o processo de se reconhecer e/ou se expressar pela sua identidade de gênero e/ou orientação sexual? Você conhece outra pessoa que passou por isso? Como foi o processo para ela?

- Aspectos sociais relacionais (condições anteriores)
- Família
- Educação

- Trabalho
- Saúde
- Direitos Civis

3) Quais foram as dificuldades que você encontrou ao buscar por informações sobre a homofobia, bem como sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+?

4) O que te motivou a se direcionar ao Espaço LGBT? Houve alguma barreira? Quais serviços você utiliza? Após seu contato, quais mudanças você identifica no seu cotidiano?

5) Quais conteúdos e estratégias informacionais realizadas pelo Espaço LGBT no combate a homofobia você identifica?

6) Quais fontes de informações você utilizou/utiliza para se manter informado ou se, possivelmente, informar o outro no combate a homofobia?

7) Como você se sente hoje, após contato com o Espaço LGBT diante da homofobia? E, após a criminalização pelo Supremo Tribunal Federal? Em que isso facilitou sua tomada de decisão sobre esse contexto? Quais mudanças você identifica no seu entendimento sobre o assunto?

Agradecemos pela sua colaboração e caso queira abordar/falar sobre algo que não foi dito na entrevista, fique à vontade!

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezado/a participante,

Inicialmente, queremos agradecer a sua disposição.

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPA) pelo Pesquisador LUÍS CARLOS DA SILVA, sob orientação do Pesquisador Doutor Edvaldo Carvalho Alves e coorientação do Pesquisador Doutor Felipe Sá Brasileiro.

Sua participação é de fundamental importância para compreendermos as Práticas Informacionais das pessoas LGBTQIA+ e o processo de construção da Resiliência Informacional diante a homofobia e demais barreiras impostas pela sociedade.

As perguntas que compõem a entrevista se referem ao mapeamento do perfil dos/das usuários/as que frequentam o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba – Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho), em João Pessoa, os desafios informacionais enfrentados diante da homofobia e a identificação de quais práticas informacionais vêm contribuindo no processo de construção da resiliência informacional para o enfrentamento dessa realidade.

Solicitamos sua colaboração para o desenvolvimento da entrevista, que será gravada em áudio, como também sua autorização para apresentarmos e publicarmos os resultados desse estudo em eventos e periódicos científicos da área da Ciência da Informação. Por ocasião da publicação dos resultados, garantimos que seu nome será mantido em sigilo.

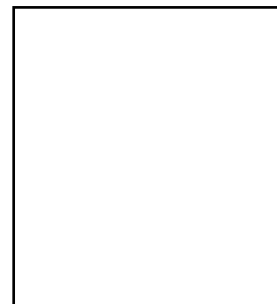
Informamos que sua participação no estudo é voluntária e que você não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador responsável. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará à disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessários, em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para que os resultados obtidos sejam publicados em eventos e periódicos científicos reconhecidos. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do/a Participante da Pesquisa

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto – acrescentar)



Espaço para impressão
Dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador Responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o estudo, favor ligar para o pesquisador LUÍS CARLOS DA SILVA – Telefone: (083) 99102-2281 – E-mail: LUISCARLOSSILVA.LCS@GMAIL.COM.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável